

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – NCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E MEIO AMBIENTE- PGDRA**

ELAINE FILGUEIRAS GONÇALVES FECHINE

MULHERES RIBEIRINHAS DO RIO MADEIRA: Cotidiano Envolto em Brumas

**Porto Velho
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Elaine Filgueiras Gonçalves Fachine

MULHERES RIBEIRINHAS DO RIO MADEIRA: Cotidiano Envolto em Brumas

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, Núcleo de Ciências e Tecnologia, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente; Área de concentração Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva

Porto Velho

2007

Catalogação Biblioteca Central / UNIR

F291m	<p data-bbox="576 1310 1054 1344">Fechine, Elaine Filgueiras Gonçalves</p> <p data-bbox="576 1346 1378 1525">Mulheres Ribeirinhas do Rio Madeira: cotidiano envolto em brumas/ Elaine Filgueiras Gonçalves Fechine. Orientadora Maria das Graças Silva Nascimento Silva. – Porto Velho, 2007. 169f.</p> <p data-bbox="576 1570 1378 1671">Dissertação apresentada à Fundação Universidade Federal de Rondônia para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente</p> <p data-bbox="576 1715 1378 1783">1.Grupo Social-Gênero 2.Comunidades Ribeirinhas-Região Norte I. Título</p> <p data-bbox="967 1785 1378 1816">CDU : 316.346.2-055.2 (811.1)</p>
-------	---

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – NCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E MEIO AMBIENTE-PGDRA**

Elaine Filgueiras Gonçalves Fachine

MULHERES RIBEIRINHAS DO RIO MADEIRA: Cotidiano Envolto em Brumas

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Silva Nascimento Silva

Prof^a. Dr^a. Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Prof^a. Dr^a. Wilma Suely Batista Pereira

Porto Velho, 13 de julho de 2007

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos meus pais, Fernando Gonçalves e Ivete Filgueiras Gonçalves, pelo amor, dedicação e valores repassados que serviram para alicerçar o meu caráter.

Aos meus avós Gercina Carvalho Filgueiras e João Gonçalves pelo carinho e alegrias que me proporcionaram em vida.

Aos meus amados filhos Heber Bruno e Tércio, pelo incentivo e companheirismo, mesmo quando a presença física não se tornou possível.

Ao meu esposo Antonio Carlos M. Fchine, com seu silêncio peculiar, mesmo sem ter consciência partilhou comigo dos momentos em que precisei de conforto.

Aos meus irmãos, por nossa relação de carinho e a Eveline, em particular, pela paciência em me ouvir e as idéias que brotaram desse diálogo, mesmo à distância.

Aos meus sobrinhos: Fernanda, Julyanna, Alanna, Carolina, Miguel, Samuel e Gabriel, essa nova geração que se forma, com a esperança de que sejam sensibilizados para as questões de gênero e assim possam contribuir para um Brasil onde a equidade de gênero seja uma realidade.

AGRADECIMENTOS

A elaboração da Dissertação é fruto de um trabalho solitário. Mas, etapas se sucederam e para que ele se materializasse, muitas pessoas ajudaram. Aos que mais diretamente partilharam desta trajetória o meu agradecimento.

A Deus que me proporcionou os meios para que eu realizasse essa Dissertação, dando-me saúde e vigor para prosseguir quando em vários momentos senti perder a coragem, mas Ele me proporcionou vigor e persistência por saber da importância dessa conquista.

À Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Silva Nascimento Silva, minha Orientadora, pelos debates, estudos e pesquisas; sempre acreditando na minha capacidade de realização. Por ter partilhado com ela da criação do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero. Enaltecer a sua presença calma e orientação dedicada que contribuíram para diminuir a minha ansiedade, por se tratar desta a primeira Dissertação oriunda do GEPGÊNERO.

Aos docentes Josué da Costa Silva e Wilma Suely Batista Pereira, pelas discussões e sugestões no Exame de Qualificação, possibilitando um novo olhar.

A Prof^a. Dra. Rosa Ester Rossini, da Universidade de São Paulo – USP, que durante as rápidas passagens e de intenso trabalho na UNIR, foi generosa em se dispor a me ouvir falar do meu trabalho acadêmico e me orientar com significativas informações de quem tem uma vasta experiência acumulada. Momentos marcantes e inesquecíveis para mim, por sua humildade e bondade demonstradas.

A todos os docentes do mestrado, em nome da Professora Arneide Bandeira Cemim, que alargou os meus horizontes com os seus conhecimentos acerca dos Estudos sobre Mulher e Relações de Gênero.

À amiga Ilma Erse Campos, pela convivência longa na UNIR e companheirismo durante a trajetória do Mestrado.

À amiga e conterrânea Maria José Ribeiro de Souza, por ter partilhado comigo de momentos riquíssimos e inesquecíveis ao adentrarmos nos recônditos, trilhas e banzeiros do “universo ribeirinho”.

Aos Colegas Adriano Saraiva, Jeanne e José Anchieta, pela convivência prazerosa, exercício de aprendizado em grupo e lições de vida compartilhadas.

Aos amigos Adeilson e Alyne pelo apoio decisivo na formatação do texto e no refinamento da apresentação dos slides desta Dissertação.

Ao colega de trabalho Tiene Medeiros, pela decisiva participação no processo da minha liberação para cursar as disciplinas do Mestrado.

Às mulheres ribeirinhas que sempre me receberam em suas casas de boa vontade, contando suas histórias e demonstrando interesse quando solicitadas a responder particularidades do cotidiano. A todas vocês os meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço, também, a todas as mulheres que sonham e lutam por uma sociedade mais justa e fraterna, onde homens e mulheres possam, pacificamente, construir um Brasil justo, com igualdade de oportunidades para todos.

RESUMO

Este estudo investiga o cotidiano da mulher ribeirinha do Rio Madeira, especificamente das comunidades Terra Caída e Vila do Cujubim Grande, vinculadas ao Município de Porto Velho, com enfoque mais direcionado ao trabalho desenvolvido pelas mulheres, tanto os executados no âmbito doméstico, o reprodutivo, bem como aqueles no espaço de produção. A utilização da categoria de análise gênero possibilita interpretar os significados que são conferidos pela sociedade à diferença entre homens e mulheres, as relações entre ambos e quais as conseqüências advindas do processo de socialização inerente ao homem e a mulher. Descreve as condições de vida e de como são desenvolvidos os trabalhos no dia a dia, os papéis atribuídos a cada membro do grupo doméstico e a importância dessas atividades para a subsistência e manutenção das famílias. Analisa as estratégias utilizadas pelas mulheres para conciliar todo o trabalho que é imposto socialmente como “trabalho feminino”; averiguando a importância dele para o desenvolvimento dessas comunidades. Paralelamente, investigam-se quais as demandas por serviços sociais, que devem ser ofertados através de Programas de Políticas Públicas, e, em que medida atende aos anseios da população, e ainda, se essas ações dos governos municipal, estadual e federal são eficazes no processo de inclusão da mulher na condição de cidadã, nas comunidades ribeirinhas da Amazônia Brasileira.

Palavras-chave:

Gênero – Trabalho – Comunidades Ribeirinhas – Desenvolvimento .

ABSTRACT

This Study investigates day-by-day activities of women who live in riverside communities along Madeira River, especially at *Terra Caida* and *Vila do Cujubim Grande* communities, area inside municipal district of Porto Velho, Rondonia State. The focus of the research is directed to work activities developed by women, such as domestic work, family care, procreation, as well as the field work. The utilization of gender analyses category, enables a better interpretation of the meanings, given by society, about the differences between men and women, their relation and resulting consequences of that socialization. This study also describes life conditions and the way that day-by-day activities are accomplished, the role played by each member of the family unit and the importance of those activities for kin's subsistence. Analyzing the strategies used by women to conciliate the work imposed as "female work", ascertaining the importance of it for the development of those communities. At the same time, it was investigated which social services were in demand, that should be offered by government programs, and it evaluates how those services meet the population desires, as well as the efficiency of those government actions in including women at citizenship condition in river side communities of Brazilian Amazon.

Key-words:

Gender- Riverside Communities- Development

SUMÁRIO

RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
LISTA DE FIGURAS	xiii
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	26
METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA	26
1 O CAMINHO METODOLÓGICO	27
1.1 O TRABALHO DE CAMPO	30
1.2 A SELEÇÃO DOS SUJEITOS, INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS E PROCEDIMENTOS.....	35
1.3 PERFIL DAS ENTREVISTADAS.....	37
CAPÍTULO II	62
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	62
2.1 UMA BREVE IMERSÃO NO FEMINISMO.....	63
2.2 RELEVÂNCIA DOS ESTUDOS DE GÊNERO	65
2.3 CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DE GÊNERO PARA A VISIBILIDADE DA MULHER.....	68
CAPÍTULO III	72
O COTIDIANO DAS MULHERES RIBEIRINHAS.....	72
3.1 DIMENSÕES E REFLEXOS DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	74
3.2 MULHERES RIBEIRINHAS: UMA EXISTÊNCIA DE “LUTAS” E REALIZAÇÕES	77
3.2.1 O Trabalho Doméstico: Um serviço sem fim.....	79
3.2.2 Atividades na Roça/Quintal	88
3.2.3 Produção Artesanal da Farinha.....	93
3.2.4 Atividades de Pesca	95
3.2.5 Outras Frentes de “Luta”	96
3.3 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS.....	98
3.4 A APARENTE CONTRADIÇÃO	101
3.5 LAZER E FESTEJOS	105
3.6 COMUNIDADES RIBEIRINHAS: NICHOS DO PATRIARCADO?	109
CAPÍTULO IV	112

GÊNERO E DESENVOLVIMENTO.....	112
4.1 A EDUCAÇÃO NAS COMUNIDADES.....	117
4.2 A OFERTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE.....	121
4.3 SANEAMENTO AMBIENTAL.....	125
4.3.1 Abastecimento de água.....	125
4.3.2 Esgotamento Sanitário.....	125
4.3.3 Tratamento do Lixo.....	127
4.4 DESENVOLVIMENTO E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER.....	128
4.5 CAPITAL SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DE MULHERES.....	133
CAPÍTULO V.....	139
COMUNIDADES RIBEIRINHAS: MODERNIDADE E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	139
5.1 MODERNIDADE E GÊNERO.....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
RECOMENDAÇÕES.....	160
REFERÊNCIAS: BIBLIOGRÁFICAS.....	162
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS.....	169

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Vista parcial do lago em Cujubim . Elaine, junho de 2006	15
FIGURA 2: Amanhecer no Rio Madeira. Viagem destino Terra Caída. Foto: Elaine, abril 2006.....	26
FIGURA 3:Hotel em São Carlos, após temporal noturno. Foto: Elaine, abril 2006.	32
FIGURA 4: Vista parcial do Distrito de São Carlos. Foto: Maria José, abril de 2006	53
FIGURA 5: São Carlos, passarelas construídas na atual gestão municipal. Foto: Maria José, abril de 2006.	54
FIGURA 6: Vista do Posto de Saúde de Terra Caída e das trilhas na comunidade.Foto:Elaine, abril 2006.	55
FIGURA 7: Foto de residência, construída de madeira da floresta e coberta de palha. Foto: Elaine, abril 2006	56
FIGURA 8: Foto da Escola de Terra Caída, ao lado a Igreja Católica da Comunidade.Foto: Elaine, abril de 2006.	57
FIGURA 10: Vista da Vila do Cujubim Grande, a partir da subida da barranca. Foto: Elaine, junho de 2006.....	59
FIGURA 11: Foto da Escola Muncipal Deiguimar Moraes de Souza. Foto: Elaine, junho de 2006.....	60
FIGURA 12 : Ilustra dia de trabalho de uma moradora em São Carlos. Foto: Elaine, abril 2006.....	62
FIGURA 13: Ribeirinho navegando no Rio Madeira. Elaine, maio 2006.	72
FIGURA 14: Cujubim Grande, criança varrendo o salão. Elaine, junho, 2006	85
FIGURA 15: Terra Caída, mulher limpando o solo para o plantio. Foto: Elaine maio, 2006	92
FIGURA 16: Torneio de futebol masculino em Aliança. Foto: Elaine, outubro de 2006.	106

FIGURA 17: Mulher trabalhando para a realização do festejo em Aliança. Foto Elaine, outubro 2006.	108
FIGURA 18: Faixa com questionamento acerca das barragens no Rio Madeira, na entrada da Comunidade de São Carlos. Foto:Elaine, abril de 2006.....	112
FIGURA 19: Barco atracando em São Carlos com alunos de diversas localidades – Foto Elaine, abril 2006.	119
FIGURA 20: Ônibus sendo consertado em meio a estrada. Foto Elaine, junho de 2006.	120
FIGURA 21: Criança fazendo o exame de malária. Foto: Elaine, junho de 2006.....	124
FIGURA 22: Foto do banheiro em uma das residências pesquisadas. Foto Elaine, maio de 2006.....	126
FIGURA 23: Residência em Terra Caída. Foto Elaine, maio de 2006	127
FIGURA 24: Local onde acontecem as reuniões da Associação de Mulheres. Foto: Elaine, em junho de.2006.....	134
FIGURA 25: Reunião de Mulheres da Associação, com a presença da Pesquisadora. Foto: Maria José, junho de 2006	137
FIGURA 26: Residência visitada em Cujubim. Foto: Elaine, junho de 2006. ***	139

INTRODUÇÃO

Ouso dizer que às vezes você se espanta com minha maneira independente de andar pelo mundo como se a natureza me tivesse feito de seu sexo, e não do da pobre Eva. Acredite em mim, querido amigo, a mente não tem sexo, a não ser aquela que o hábito e a educação lhe dão (WRIGHT, 1822.¹)



FIGURA 1: Vista parcial do lago em Cujubim . Elaine, junho de 2006

¹ Frances Wright, feminista inglesa, em 1822, citada por Margareth Rago, no texto Feminizar é Preciso, por uma cultura filógena.

Entende-se que a trajetória de vida e circunstâncias vivenciadas na família, na escola, na igreja, a convivência com as amigas e amigos desde a tenra idade, os relacionamentos que vão se sedimentando ao longo da caminhada, acabam por influenciar uma série de escolhas que vão refletir em todas as fases e percursos trilhados no cotidiano e essas experiências pessoais norteiam as decisões de cunho pessoal e também influenciam nas escolhas da vida acadêmica e de temas que se almeja pesquisar.

O fato de ser nordestina e viver em uma família numerosa de 07 (sete) irmãos, ainda conviver com muitos primos, primas, tias, tios e avós, foi o bastante para desde cedo perceber como o tratamento dispensado aos meninos e as meninas eram diferenciados. Na época, inexistia consciência crítica, muito menos entendia o porquê das condições impostas, mas o “bichinho” questionador começava a se instalar e mesmo de forma silenciosa e discreta, perguntava-se por que tinha que ser assim?. Naqueles tempos, criada em família cujos pais não haviam tido oportunidade de uma formação educacional e em meio à cultura da região, era impossível o enfrentamento de questões que não parecessem justas em relação aos critérios rigorosos disciplinares dos pais. Às vezes, simples indagações eram confundidas como desrespeito aos pais, aos mais velhos e assim se caminhava e a vida seguia seu rumo dentro da “naturalidade” do contexto social.

De família simples e sendo a mais velha dentre os irmãos, era difícil aceitar o fato de ter dois irmãos do sexo masculino e estes não poderem contribuir com as tarefas domésticas do dia a dia. O pai, chefe da família em todos os sentidos, não permitia a participação deles nos trabalhos que ele considerava “coisas de mulher”. Atitude que lembrava uma expressão popular muito disseminada no nordeste, principalmente na zona rural: “Larga o rabo de saia de tua mãe que o lugar de homem é na sala.”

A mãe por sua vez, foi criada para ser a submissa e ingênua “rainha do lar”, a quem não era permitido questionar as ordens do chefe, silenciava perante as reclamações das filhas, mas não permitia a participação deles nas atividades domésticas, para não contrariar as ordens que o pai havia dado, gerando, assim, alguns conflitos entre os irmãos. Mas nada se modificava e a vida continuava.

Quanto à educação da mãe para as “prendas domésticas”, estudando somente até a 3ª série do antigo primário, porque se concebia que a mulher deveria

estudar até saber ler e escrever uma carta para o futuro marido, não tinha poder e nem liberdade, dependendo dele financeiramente para tudo, pois paria, cuidava e trabalhava em casa para manter tudo limpo e comida pronta na hora certa. Dessa forma, não havia possibilidade de enfrentamento com o esposo, como até achava natural que aquelas tarefas fossem exercidas pelas filhas, por se tratar de “trabalho de mulher”. Entendia que: “a vida de mulher é assim mesmo minha filha, tem que se conformar. Mulher nasceu para sofrer”. Reforçava na sua ingenuidade, uma injustiça social que hoje se torna pano de fundo de tantos debates no mundo acadêmico.

Causava indignação pela sobrecarga do trabalho intenso, em ter que cuidar dos irmãos menores, desde a lavagem de fraldas, lavagem de pequenas peças de roupa como pano de enxugar prato, pequenas toalhas (as peças pesadas ficava para a mãe), cuidar da higiene pessoal das crianças menores, passar ferro em fraldas, ajudar na limpeza da casa, lavar louça, ainda aprender a cozinhar a partir dos doze anos, e dá conta dos estudos, pois era apregoado que a responsabilidade de ser a mais velha era muito grande, já que servia de exemplo a ser seguido pelos irmãos mais novos.

Acredita-se que foi plantada ali a semente na mente e no coração que levaria um dia a pesquisar sobre “mulher”, adotando a categoria de análise gênero, por entender que o ser homem e o ser mulher se aprende através do processo de socialização, que se inicia em casa, depois na escola.

Assim foi sendo construído o tema da pesquisa, consubstanciada no ensinamento de Minayo que de forma tão providencial faz a vinculação entre pensamento e ação, segundo a qual:

Nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeira instância, um problema de vida prática. Isto quer dizer que a escolha de um tema não emerge espontaneamente, da mesma forma que o conhecimento não é espontâneo. Surge de interesses e circunstâncias socialmente condicionadas, frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos. (1992, p.90)

No que concerne a perspectiva acadêmica diria que esta pesquisa foi motivada pela interação de um grupo de mulheres e, ainda, poucos homens, que juntos se propõem a estudar, discutir, pesquisar, fazer extensão, divulgar e expor para a sociedade temas relacionados com a temática gênero, que inclusive impulsionou a criação do Grupo de Estudos sobre Mulheres e Relações de Gênero -

GEPGÊNERO, do qual essa pesquisa é fruto enquanto pesquisadora e fundadora, em parceria com a Coordenadora do Grupo, com cadastro junto ao CNPQ. Esse percurso acadêmico continua e culminou com o fato da Coordenadora do GEP-GÊNERO ter se tornado a orientadora nesse trilhar pelos caminhos da pesquisa científica.

Muito já se conquistou. Publicações foram realizadas como a participação e publicação de Artigos no I Seminário Internacional – Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina; na Revista Presença, artigo sobre violência perpetrado contra as mulheres, que em Rondônia passou a se tornar manchete de jornais, com uma dose de naturalidade, pela recorrência em que é praticada.

No decorrer dessa experiência, foi possível articular as ações e situar a temática feminina em torno de dimensões políticas, propiciando a criação de novas parcerias com outros Grupos de Pesquisas como o GEPCULTURA, vinculado ao Centro de Estudo Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável e Populações Tradicionais - CEDSA. Dessa parceria foi possível fortalecer o Programa Beradão de Extensão Universitária para Comunidades Ribeirinhas/ PROEXT, Programa este que se tornou Institucional na UNIR, que vem atuando a alguns anos em diversas áreas, mais particularmente no Baixo Madeira com as Comunidades Ribeirinhas vinculadas administrativamente ao Município de Porto Velho.

As idas e vindas em viagens com professores, pesquisadores, bolsistas do PIBIC a essas comunidades despertaram, um interesse maior em trabalhar com as mulheres, uma vez que os contatos estabelecidos foram abrindo espaço para uma imersão no modo de vida dessas pessoas, exemplos de garra e abnegação em favor da família .

Aconteceram encontros, oficinas com mulheres sobre educação e sexualidade e a participação de muitas delas foi decisivo na escolha da temática: mulheres e relações de gênero. Apesar de ser sempre reduzido o número de mulheres que se expõem nesses eventos de extensão universitária, notadamente quando existe a presença de homens no local. Porém, o contato corpo a corpo, as conversas nas horas de intervalo, permitem um entrosamento maior e com isso o aprofundamento dos aspectos de maior interesse.

Particularmente, um deles foi marcante, o **I Encontro das Comunidades Ribeirinhas do Baixo Madeira**, no Distrito de São Carlos, com a participação de um grande número de mulheres. Muitas delas vieram para substituir os maridos, companheiros que preferiram participar de um Torneio de Futebol que estava acontecendo na mesma data, no Distrito de Nazaré. A presença delas foi decisiva para a realização do evento e ficou comprovado o interesse delas pelos assuntos relacionados com as comunidades, das quais são partes interessadas. Em alguns momentos as participações aconteceram de forma sutil, mas sempre atentas a tudo que se dizia, ainda que poucas ousassem falar; acredita-se que pela falta de hábito. Mas sempre surgem as lideranças e elas lançam os seus apelos e falam de suas dificuldades.

Em outros eventos onde a participação feminina foi mais expressiva, algumas se sobressaíam e participavam de forma mais ativa das conversas e debates enriquecendo o trabalho, como aconteceu com a realização de oficinas que abordavam temas sobre saúde, educação e gênero, em várias comunidades ribeirinhas.

O fato é que muitas mulheres não foram socializadas para o mundo público, para participar de encontros, decidirem assuntos relacionados com as suas vidas, às vezes nem na sua própria comunidade participam das reuniões das associações, alegando que a maioria dos homens fala o tempo todo e elas não conseguem fazer o uso da palavra, preferindo, então, que os maridos façam parte e repasse informações, coisa que nem sempre acontece. Situações como essa, aliada ao processo de socialização masculina para atuação na esfera pública, possibilitou que o “mundo” das mulheres e sua atuação distante das decisões políticas, mantivessem-nas na invisibilidade que as aprisionou por séculos. Em toda a história da humanidade as mulheres sempre estiveram trabalhando nos mais distintos campos de atuação, imbuídas do propósito de manterem a si mesmas e as suas famílias alimentadas, terminaram por desenvolver a agricultura e paralelamente deram início à domesticação dos animais de pequeno porte.

Mesmo assim, pode-se dizer que a história das mulheres está ainda por ser construída em razão dos séculos em que foram deixadas como sujeitos anônimos, tornadas invisíveis pela névoa do tempo, ainda que “o invisível não é irreal: é o real

que não é visto.”², a construção da história foi sendo elaborada tendo o homem como referência.

A história da mulher no Brasil se confunde com a própria história da colonização brasileira pelos portugueses. Contudo, poucos são os registros acerca da vida e participação dessas mulheres na construção de uma sociedade que surgia e que hoje apresenta um déficit histórico com relação às mulheres de uma maneira geral. Safiotti alerta para o fato de que “a atuação das mulheres sempre foi pouquíssimo registrado e que, por via de consequência, a maior parte de sua história está por ser estudada” (2006, p.13-14).

Já nas primeiras expedições constava a presença de mulheres européias no Brasil, consideradas como prostitutas “criminosas” perseguidas em Portugal, afora as índias que aqui já se encontravam. A vinda dessas mulheres foi fundamental uma vez que, serviu para satisfazer as “necessidades sexuais” dos primeiros colonizadores, prestando na realização de seus serviços, além da utilização de seus corpos, o suor de seus esforços no cuidado dos serviços domésticos, que incluía a limpeza, costura das roupas, preparo da comida, entre outros trabalhos para as quais eram designadas (BAUER, 2001).

Um tanto tranquilizador é que mais recentemente a história social tem se voltado para os movimentos sociais organizados, entre eles o movimento feminista, que há séculos vêm alardeando para o mundo da opressão e repressão histórica que sofrem às mulheres das mais distintas classes sociais, raça e etnia, e assim pesquisadores sensíveis às questões da mulher, passaram a investigar o tema.

Poeticamente, Loureiro nos fala que a “Amazônia é fêmea e contém o amor das fêmeas que celebram esse amor...” (1995, p.14) e isso leva ao devaneio de que a Amazônia seria um espaço de reconhecimento e respeito para com as mulheres. Ocorre que na prática a realidade é bem outra; os primeiros colonizadores não levaram em conta as fêmeas, no que se refere ao tratamento desrespeitoso e violento para com as mulheres que aqui já estavam e com as outras que chegavam em busca de uma vida melhor. É sempre o sonho que impulsiona as pessoas a procurarem refazer suas vidas em novas paragens. Mas a realidade vivida por elas na Amazônia foi o reverso do que se pode entender como uma “vida melhor”.

² Conceito no Dicionário Aurélio, citação da Obra de Murilo Mendes, O Discípulo de Emaús, p.14

Na Amazônia Brasileira, a situação das mulheres seguiu os mesmos rumos em direção à opressão, exclusão, como em várias partes do mundo, mesmo tendo participado de todos os processos dinâmicos que a sociedade impunha, ainda a repressão histórica também se abateu sobre elas. Motta Maués convida a refletir sobre essa situação quando alerta que “a condição de sujeição e discriminação imposta milenarmente à mulher, a qual, sendo uma imposição social, aparece como se fosse a ‘ordem natural’ das coisas”. (1993) ³. No entanto, hoje é comprovada através de pesquisa antropológica, a atuação dessas mulheres, resgatando um trabalho silenciado por séculos⁴. As atividades que essas mulheres desempenharam, juntamente com os homens, foram fundamentais no processo de produção da borracha. Ainda assim, essa participação não foi capaz de promover a valorização dessas mulheres, que nunca foram reconhecidas como seringueiras e como tal não usufruíram seus direitos. São exemplos de dimensões do passado que foram totalmente esquecidas e assim com ele a luta diária no campo, na cidade e nos lares de uma infinidade de mulheres.

Na região dos seringais as mulheres eram vendidas, motivo de disputas entre os homens, e “encomendadas” aos patrões como artigo raro, e por isso considerado de luxo, trazidas de Manaus, Belém ou nordeste. Pode-se dizer que não foram respeitadas sequer na condição de pessoa humana, sofreram agressões de toda espécie quando tratadas como “mercadorias” eram tomadas à força, raptadas de suas tribos para serem exploradas sexualmente pelos homens brancos e transformadas em concubinas e/ou prostitutas. Fatos esses confirmados em relatos, em depoimentos sobre as famosas “correrias” no Estado do Acre. (SIMONIAN, 1995; WOLFF, 1999)

Desse período, muito do produzido e do sofrido pelas mulheres ficou perdido em função do tempo e só dando vez e voz a essas mulheres amazônicas, talvez se evite que situações aviltantes se tornem a repetir, como nos alerta Rago:

As conquistas sociais e sexuais são sempre instáveis e dependem da continuidade, da firmeza e da intensidade da pressão dos grupos envolvidos, assim como da potencialização das políticas reivindicadas pelo feminismo e pelas mulheres em geral. (2004,p.41)

³ Referência que faço constar, faz parte da Nota Introdutória da Obra *Trabalhadeiras & Camaradas: Relações de Gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica*.

⁴ Lígia T.L. Simonian autora do Artigo *Mulheres Seringueiras na Amazônia Brasileira*, baseada em pesquisa antropológica realizada em estudo no Estado do Acre. (1995)

Esse processo de eliminação da historicidade dos fenômenos, ou de naturalização, segundo Rago:

Pode ser claramente percebido na relação estabelecida com vários movimentos sociais, entre o feminista, o hippie e o anarquista, entre outros, é claro. Como se operasse um profundo corte entre gerações imediatamente sucessivas, o que é proposto de maneira impactante e conflituosa por uma, é vivido pelas seguintes com naturalidade, como ordem natural do mundo, esquecendo-se a dimensão da luta realizada para sua conquista e tachando-se o movimento originário de “derrotado”. (2001, p.59-60)

Também na história de ocupação do espaço ribeirinho do Baixo Madeira, proveniente das correntes migratórias para os seringais da Amazônia, as mulheres estavam presentes e atuando juntamente com os homens na formação dos grupos sociais.

Wolff chama atenção para a importância de se analisar a constituição dos sistemas de relações de gênero que se formam com base em estereótipos, comportamentos, atitudes e convicções vigentes impostas pela convivência com a imensidão da floresta, de rios e das condições artesanais de trabalho nos antigos seringais; porque são experiências vivenciadas pelas mulheres, mas praticamente inexistem referências, por exemplo, sobre mulheres que extraíram látex da *Hevea brasiliensis*.

A pesquisadora Nascimento Silva também registra “a ‘descoberta’ do trabalho das mulheres, em todo o processo de produção da borracha” (1996, 22-23), no Distrito de São Carlos e localidades circunvizinhas do Baixo Madeira⁵, possibilitando a análise do papel exercido por elas, inclusive por se tornarem “peças” essenciais para a fixação do homem nos seringais.

Com relação ao papel da mulher como fundamental para fixação do homem no lugar, em registro de fontes orais, temos:

A Mulher é o elemento fixador por excelência. Dá o sentido de estabilização e permanência na terra em uma imigração bem dirigida. No

⁵ Baixo Madeira compreende o trecho que começa na cachoeira de Santo Antônio e termina na sua foz no Rio Amazonas a jusante a cidade de Manaus. Este trecho é de 1100 Km., navegável o ano todo, com certas dificuldades no período de águas baixas.

entanto, sendo quase sempre sentimental por índole, e mais chegada aos hábitos e costumes, é quem vai sofrer mais a mudança de ambiente [...]. Em todas as mulheres que entrevistei, sentia sempre um desgosto, um desânimo quando não revolta incontida. 'Não haverá mais sossego para mim numa terra em que eu não conheço ninguém. A falta de aconhego do lar, da paisagem doméstica, dos parentes e dos amigos, da 'convivência' como eles chamam, atua poderosamente para isso. (BECHIMOL, 1949 *apud* CRUZ, 1999, p.9)

Ainda assim, não tiveram esses trabalhos visibilizados e valorizados pela sociedade, razão pela qual não foram oficialmente reconhecidas como “seringueiras” e, portanto, não tiveram os seus direitos garantidos, como alguns homens que conseguiram inclusive se aposentar como “soldados da borracha”. Portanto é preciso ressaltar que são múltiplas e variadas as formas pelas quais se constituem as relações de gênero, em função da relação entre homens e mulheres, dos grupos sociais dos quais fazem parte e do tempo e espaço em que as mesmas acontecem.

Considerando a discussão apresentada e a dificuldade de reconhecimento das mulheres rurais como trabalhadoras, determinou-se como problema da pesquisa investigar: o cotidiano da mulher ribeirinha, enfocando o trabalho produtivo e reprodutivo, e qual a importância desse trabalho para garantia da subsistência da família e em que medida contribui para o desenvolvimento das comunidades? Como objetivos específicos: a) Levantar as características sócio-demográficas das mulheres (faixa etária, ocupação, rendimento, número de filhos, tipo de moradia, escolaridade, raça, religião e estado conjugal; b) Identificar as estratégias de sobrevivência para o sustento e a educação dos filhos e demais membros da família; c) Delinear a multiplicidade de papéis que a condição de ser mulher impõe no espaço ribeirinho; d) Identificar as principais demandas relacionadas às Políticas Públicas nas Comunidades; e) Compreender o cotidiano das mulheres e dos membros da família.

No capítulo I, aborda-se o caminho metodológico trilhado e as técnicas de pesquisa, tendo como principal instrumento a análise de natureza exploratória, descritiva. Dessa forma, a abordagem é qualitativa, buscando aproximação da realidade vivenciada pelas mulheres. Detalha-se as experiências vivenciadas na pesquisa de campo, por acreditar que essas etapas fornecem o conjunto necessário que possibilita a elaboração e embasamento desse trabalho acadêmico. Apresenta-se a seleção dos sujeitos sociais pesquisados, traçando o perfil das entrevistadas, para dá visibilidade a essas mulheres, sem perder de vista que tanta as pesquisadas quanto a pesquisadora são, ao mesmo tempo, autores e frutos de seu tempo

histórico. Efetua-se a contextualização das comunidades em estudo e a localização das mesmas.

No Capítulo II – Referencial Teórico, registra-se, em uma breve imersão no feminismo, como movimento social organizado, a trajetória de lutas em razão da hierarquia e do processo sócio-histórico da desigualdade entre os sexos, abrindo espaço para que o conceito gênero alcançasse a academia e possibilitasse os estudos e pesquisas na contemporaneidade, analisando, sob novo prisma, as relações entre homens e mulheres que constroem a teia do cotidiano.

No Capítulo III – o Cotidiano das Mulheres Ribeirinhas, efetua-se reflexões e análises acerca do convívio social dessas mulheres nas comunidades estudadas, bem como o transcorrer do cotidiano, enfocando o modo de vida da população investigada, as circunstâncias e condições de trabalho, a participação delas em várias frentes de “luta”, no desempenho de suas atividades domésticas e dos esforços despendidos no roçado, no derredor da casa, na pesca. Enfim, as multiplicidades de papéis que exercem, tendo como objetivo assegurar a subsistência do grupo familiar, ainda que silenciadas pelo manto da invisibilidade.

O Capítulo IV – Gênero e Desenvolvimento. Trabalha-se na perspectiva da promoção de igualdade de gênero, como objetivo fundamental para o alcance do desenvolvimento sócio-econômico. Desenvolvimento capaz de transformar as relações tradicionais entre homens e mulheres, de forma a incluir as mulheres como agente partícipe desse processo, de forma a possibilitar discussões e tomadas de decisões capazes de subsidiar os Programas de Políticas Públicas para o desenvolvimento dessas comunidades. Analisa-se as condições dos serviços ofertados pelos agentes públicos, como saneamento ambiental, transporte público, educação e saúde, os quais, nem sempre, alcançam essas comunidades com a qualidade que a condição de ser cidadão requer.

Quanto ao Capítulo V – Comunidades Ribeirinhas: Modernidade e Acesso às Políticas Públicas. Neste capítulo, enfocamos o projeto de modernidade que carrega na sua essência a proposta de um mundo melhor, que prometia condições ideais de vida para todos, mas não foi capaz de incluir grandes massas da população numa condição digna de vida. Resta claro que o desenvolvimento econômico não possibilitou o alcance de justiça social, como no caso Brasileiro onde a concentração de renda está entre as mais altas do mundo. O avanço da ciência e da tecnologia é perceptível nas áreas urbanas, mas nas comunidades ribeirinhas o

acesso é limitado, principalmente no que se refere ao uso de bens e serviços que deveriam ser ofertados pelos poderes públicos. Essas comunidades estão à margem de Políticas Públicas que oportunize um modelo alternativo de desenvolvimento, que não seja, exclusivamente, aquele com base no sistema de produção capitalista. Que os valores, os saberes que são repassados de geração a geração, enfim, a cultura dos ribeirinhos seja considerada para elaboração de Programas de Educação voltados para a realidade do grupo, Programas de geração de renda no limite das aspirações de homens e mulheres que dão vida a essas comunidades e povoam a Amazônia.

Por fim, nas considerações finais se percorre pelas questões de maior relevância abordadas no decorrer desse trabalho e se faz algumas recomendações, na perspectiva de contribuir para o enfrentamento de um dos principais desafios para o avanço da cidadania na sociedade brasileira, que é a superação das desigualdades entre homens e mulheres. Que sejam incorporadas as questões de gênero por políticas públicas, programas e ações governamentais.

CAPÍTULO I

METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

O objeto das Ciências Sociais é histórico. Isto significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social. (MINAYO, 1994, p.13)



FIGURA 2: Amanhecer no Rio Madeira. Viagem destino Terra Caída. Foto: Elaine, abril 2006

1 O CAMINHO METODOLÓGICO

Maria Cecília de Souza Minayo defende a tese de que a ciência é apenas uma forma de se buscar o conhecimento da realidade, em que pese na sociedade ocidental a ciência ser a forma hegemônica de construção da realidade, ainda que sofra severa crítica pela pretensão de ser a única promotora de verdade.

A reflexão acerca da construção da realidade é essencial, uma vez que esta se trata de uma pesquisa de cunho social e já é por demais conhecidos os questionamentos que são levantados em torno da cientificidade das ciências sociais.

Para Minayo a pesquisa é:

Atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados. (1992, p.23)

Por sua vez a metodologia é aqui entendida como “o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade”. (ibidem, p.22).

Mister lembrar que o objeto das ciências sociais é histórico e como tal, a pesquisa nessa área lida tanto com a subjetividade das relações sociais, quanto com a objetividade concreta de vida de atores sociais que modelam o cotidiano. A realidade a ser desvendada é marcada por especificidades culturais e sua diferenciação, em comparação com outras culturas, não pode deixar de ser lembrada, atentando, também, para a noção de espaço e de tempo em que a pesquisa está sendo desenvolvida e as relações entre sujeito e objeto da pesquisa.

É necessário um embasamento teórico-metodológico que possibilite compreender, explicar e dar significado aos fatos que se investiga. Os fenômenos sociais geralmente são complexos, exigindo um suporte teórico que permita alcançar os níveis de verdadeira importância do que se estuda e pesquisa. (TRIVIÑOS, 1992)

A pesquisa em foco é de natureza exploratória descritiva, tendo como referência Lino Rampazzo que orienta no sentido de que “a pesquisa descritiva observa, registra e analisa fatos ou fenômenos [...] especialmente, do mundo

humano...”, buscando “conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica, [...] tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas.” (2002, p.53). Triviños também ensina que os estudos e pesquisas de natureza descritiva têm como foco essencial o “desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas [...] sua preparação para o trabalho, seus valores, os problemas de analfabetismo, [...] o mercado ocupacional...” (1992, p.110)

Quanto à investigação exploratória, “... permite ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema”. (ibidem, p.128)

Visto dessa maneira, a modalidade de abordagem é qualitativa, procurando apreender a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito que não podem ser traduzidas em número e/ou quantificado, por se trabalhar com um universo de significados subjetivados em valores, costumes, crenças e atitudes dos sujeitos em meio às relações sociais que são estabelecidas no dia a dia, na comunidade onde estão inseridos e que dela fazem parte. Seguem-se as orientações teórico-metodológica da Minayo ao esclarecer:

[...] as Metodologias de Pesquisa Qualitativa entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão do Significado e da Intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas.” (1992,p.10)

A utilização desse caminho metodológico compreendeu a realização de várias etapas que se sucederam ao longo de quase 05 (cinco) anos, desde os primeiros contatos com pessoas das comunidades, quando ocorreu a inserção no universo ribeirinho. Essa “iniciação” aconteceu em viagens com um grupo de pesquisadores e bolsistas do Projeto Integrado de Pesquisa e Extensão para o Desenvolvimento Sustentável de Populações Tradicionais da Amazônia – Projeto Beradão⁶ que tinha suas ações voltadas para as comunidades do Distrito de Nazaré, como localidade piloto de desenvolvimento do Projeto. Participou-se de coleta de

⁶ Projeto aprovado pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Rondônia em 2000, tendo o seu Regimento Interno aprovado em 2001.

dados para dá sustentação aos trabalhos acadêmicos, dos Grupos de Estudos e Pesquisas envolvidos, nos Distritos de Nazaré e Calama.

A experiência vivenciada como pesquisadora no levantamento sócio-econômico efetuado pelo CEDSA em 2004, através do PROEXT em Localidades menores do Baixo Madeira⁷, com a aplicação de 150 questionários sócio-econômico, foi fundamental para a iniciação do procedimento de observação de forma mais dirigida e com maior profundidade no cotidiano das pessoas. Naquele momento, utilizou-se a seguinte orientação metodológica: “ Na vida cotidiana, a observação é um dos meios mais freqüentemente usados pelo ser humano para conhecer e compreender pessoas, coisas, acontecimentos e situações.” (RUDIO, 1996, *apud* RAMPAZZO, 2002, p.106).

O fator observação é incontestavelmente um instrumento de grande valia para compreensão e interpretação da cultura de um povo. Malinowski, em *Argonautas do Pacífico Ocidental*, chama à atenção para o fato de que a integração das diferentes dimensões da cultura é a referência constante de toda a investigação. Afinal, muitas informações sobre a vida de grupos humanos precisam ser interpretadas de forma muito mais abrangente, em se tratando de subjetividades, do que delimitar ao simples dado objetivo.

Essas observações foram registradas em Diário de Campo e Diário de Bordo, já que em muitos momentos aproveitou-se a viagem para registrar os fatos que nos despertaram atenção naquela situação, como de outros que só se revelaram importantes, quando da elaboração do relatório de pesquisa.

Especificamente em se tratando dessa pesquisa, o aprofundamento na análise do cotidiano das mulheres aconteceu entre o período de junho e dezembro de 2005, aproveitando, também, a realização do **I Encontro das Comunidades Ribeirinhas do Baixo Madeira**, que aconteceu em São Carlos, tendo como público alvo: lideranças dessas comunidades, moradores, Presidente de Associações, Instituições Públicas, ONG`S, pesquisadores e acadêmicos, Organizado e Coordenado pelo CEDSA.

⁷ Baixo Madeira se refere ao trecho que começa na cachoeira de Santo Antonio e termina na sua Foz no Rio Amazonas a jusante a cidade de Manaus. Obra: *Nos Banzeiros do Rio*. Eudfro, 2002, p.146.

O momento foi riquíssimo para esse trabalho, uma vez que, estando acompanhada de um número expressivo de mulheres no barco, que as apanhou nas mais diversas localidades para participarem do Encontro, tornou o ambiente neutro (barco) favorecendo o fluir da conversa com mais facilidade e intimidade, inclusive dada ausência de alguns companheiros dessas mulheres, que em muitos momentos na presença deles se sentem mais inibidas para falar sobre a vida, o dia a dia de trabalho, a divisão das obrigações dentro e fora de casa, a criação dos filhos, entre outras questões pertinentes à vida familiar, mais intimamente ligados à mulher. Foi um momento muito importante de aproximação e imersão na vida desses atores sociais. Como se sabe, em se tratando de uma pesquisa qualitativa, a aproximação com as pessoas é fator essencial para ser aceito pela comunidade e assim, juntamente com eles, tornar possível o desvendamento da realidade pesquisada, objetivando a posterior análise. Sempre atenta aos ensinamentos da Minayo de que “É fundamental consolidarmos uma relação de respeito efetivo pelas pessoas e pelas suas manifestações no interior da comunidade pesquisada” (1994, p.55).

Houve a preocupação de deixar as pessoas informadas sobre o que se pretendia investigar, e da repercussão do trabalho por se traduzir no estudo e análise relacionado ao dia a dia vivenciado por elas e dessa forma só poderia acontecer com a colaboração, especialmente, das mulheres da própria comunidade, sem abrir mão de ouvir algumas falas masculinas para entender o ponto de vista de cada um, acerca da vida diária.

1.1 O TRABALHO DE CAMPO

Todo trabalho de campo possibilita o pesquisador mergulhar numa outra cultura, aperceber-se de um outro modo de vida distinto do pesquisador provoca, além do impacto inicial de estar diante do “novo”, a sensação de estar adentrando num universo à parte onde nada lhe parece familiar ou tudo pode acontecer de repente, em meio àquela realidade fugidia que tudo parece, num primeiro olhar, grandioso e instigante e talvez por isso assustador.

Nesse primeiro contato, nada parece fazer muito sentido. Como um grupo pequeno de pessoas sobrevive tão bravamente em meio à grandiosidade da floresta

amazônica, sem serem tomados por ela? E nesse primeiro olhar aconteceu o embevecimento pelo cenário, pelo brilho do sol daquela tarde refletindo naquele “mundo” de água chamado Rio Madeira, que dependendo do horário reflete cores de nuances impressionantes que fazem calar qualquer ser humano. Nesse transe, o pensamento voa longe, vão surgindo os por quês que impulsionam o pesquisador a ir em frente e buscar apreender um pouco daquela realidade que insiste em analisar.

A descida do barco em movimento para, literalmente, despencar na voadeira⁸, em pleno rio, dá a sensação de ser abandonada ao sabor do vento e das peripécias do banzeiro e do condutor da embarcação. Nesse momento, a solidão toma conta, talvez por se estar cada vez mais distante daquilo que representa uma maior segurança, a sensação de distanciamento do cotidiano, do espaço já domesticado e portanto conhecido, do aconchego da família que se deixa para atrás, provoca uma solidão que remete ao que Malinowski buscou transmitir ao leitor ao ver-se “...sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista”. (1978, p.19).

Em viagens anteriores a comunidades ribeirinhas, juntamente com discentes, bolsistas do PIBIC⁹, docentes e pesquisadores, também era perceptível o distanciamento do convívio familiar, mas era atenuada pela convivência com pessoas com as quais já se tinha uma relação, não permitindo sentir a sensação de solidão de forma tão intensa, até porque estando juntos permeava o espírito de cooperação entre o grupo, em todos os momentos e etapas dos trabalhos desenvolvidos em função do Projeto em andamento, gerando a sensação de certo conforto emocional.

A etapa subsequente da coleta de dados aconteceu no período de abril à junho de 2006, com visitas a Terra Caída e mais quatro viagens a Vila de Cujubim no período de junho a outubro de 2006.

Em viagens com destino a Terra Caída, o pernoite era em São Carlos num hotel de madeira, sob palafita, sem mata-junta nas paredes e nem no assoalho, deixando à mostra o ambiente externo. Foi uma noite inesquecível em razão da alta

⁸ Embarcação de alumínio que pode medir de 04 (quatro) a 09 (nove) metros, atrelada a um motor de de 15 a 40 HP, que serve de meio de transporte no Rio Madeira.

⁹ PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

precipitação de chuvas que não permitia dormir, tanto pelo vento que fustigava lá fora e das águas em baixo do hotel que estavam subindo muito, deixando em vigília constante caso invadisse o quarto, sem falar no barulho da chuva contra a parede de madeira que demonstrava o poder da natureza em meio a um temporal.



FIGURA 3: Hotel em São Carlos, após temporal noturno. Foto: Elaine, abril 2006.

Outro grandioso desafio é subir as barrancas¹⁰, em meio a um barro escorregadio, que mais parece sabão, com o peso de nossa bagagem que inclui, entre outros apetrechos para captação dos dados, a nossa alimentação, água e alguns remédios em caso de emergência.

O interessante é que em muitos momentos, a subida nas barrancas era presenciada por alguns homens, moradores que geralmente se reúnem próximo aos bares e ao ancoradouro, nos finais de tarde, e que não ofereciam ajuda alguma, dando a impressão da “invisibilidade” do percurso feito pelas pesquisadoras e do grande esforço físico praticado.

De São Carlos à Terra Caída, levava em torno de 45 (quarenta e cinco) minutos, em uma rabeta¹¹ movida a gás de cozinha, que possibilitava uma viagem lenta, mas povoada de grandes emoções, ao descer o rio ajudados pela sua correnteza. O trajeto era feito no alvorecer do dia, quando o sol iniciava, em compasso lento, a emissão de raios luminosos nas águas do Madeira, fazendo-as revestir-se em um tom alaranjado, propiciando um cenário indescritível, estávamos ladeados pelo colorido da floresta, os tons cinza-azulados do dia que se

¹⁰ Ribanceira de um rio cuja margem é alta ou íngreme.

¹¹ Canoa de madeira ou de alumínio de pequeno porte, impulsionada por motores de popa que usam como combustível o gás de cozinha.

descortinava e as nuances de cores que o sol tingia nas águas. Lembrando, de Paes Loureiro que nas primeiras palavras de sua Obra *Cultura Amazônia Uma poética do imaginário*, cita Lévy-strauss o qual demonstra que não é só do pão da razão que vive um trabalho de ciência. Convivem nele o “valor do testemunho” e o “valor de emoção”¹².

É justamente isso que impregna os pesquisadores das Ciências Sociais, a consciência de que é possível buscar apreender uma realidade, sem a pura objetividade de quem lida com as ciências exatas. Principalmente quando se trata de um estudo que perpassa as questões relacionadas com a cultura Amazônica, com o seu povo e o modo de viver dos ribeirinhos, como ensina tão bem o Loureiro:

Nada está totalmente organizado em compêndios na cultura amazônica. É preciso errar pelos rios, tatear no escuro das noites da floresta, procurar os vestígios e os sinais pedidos pela várzea, vagar pelas ruas das cidades ribeirinhas, enfim, procurar na vertigem de um momento que se evapora em banalidades, a rara experiência do numinoso. Experimentar o frêmito de uma caminhar errante que vai descobrindo com decoro a irrupção perene da fonte da beleza. (1995, p.13).

E era esse frêmito que se sentia ao caminhar por entre as trilhas, que conduzia as habitações, com trechos ainda inundados pelo inverno rigoroso desse ano, principalmente depois de ficar sabendo, através de alguns moradores de Terra Caída, que tinham sido vistas algumas onças se aproximando muito do terreiro das casas, na tentativa de atacar as criações, e isto dava a noção das muitas surpresas que podiam acontecer em solitárias caminhadas, num ambiente onde perdura ainda uma harmonia, ainda que entrelaçada de perigos.

Nesse mesmo dia, uma servidora do Tribunal Regional Eleitoral, que estava fazendo cadastramento de novos títulos eleitorais, quase havia sido picada por uma cobra papagaio, salva a tempo pelo conhecimento de um dos moradores que escutou o barulho da cobra se preparando para dá o bote, como dizem eles. É justamente no período de inverno que a incidência de picadas de cobras aumenta, em função das subidas das águas e as mesmas ficam em busca de novos espaços para se alojarem. A partir dessa informação, procurou-se descobrir se havia o soro antiofídico no Posto de Saúde em Terra Caída, para surpresa e desconforto a

¹² Alusão feita por Paes Loureiro à Obra *Tristes Tropiques* de Lévy-Strauss, Claude, 1955, p..10.

resposta é que estavam sem o soro já há bastante tempo. Em caso de acidente teriam que remover as pessoas para São Carlos.

No regresso para São Carlos naquele final de tarde, mereceu o registro da viagem, na qual a natureza tem o poder de fazer o ser humano silenciar pela beleza da paisagem e do envolvimento provocado pelo crepúsculo, anunciando o fim daquele dia, juntamente com o balançar desengonçado da rabeta, que não fica imune aos banzeiros e nem a passagem de outras embarcações de maior porte. Lá chegando a primeira ação foi correr até o Posto de Saúde para indagar acerca da disponibilidade de estoque de soro antiofídico e para agonia ainda maior, também estava em falta.

Todas essas etapas do trabalho, dificuldades de acesso, fome, cansaço, prazeres cautelosamente silenciados pelo muito que se observa e ouve, mais os fatos que impactam, não deixam de ser guardadas as proporções, o que o E.E. Evans Pritchard traduziu de forma tão solene o ritual de iniciação que define a inserção dos Nuer em uma outra classe, quando ele escreve: “Quando um rapaz passou pela iniciação, ele se torna um homem”, e quando casou e gerou vários filhos ele se torna “um verdadeiro homem” (1999, p.188). É essa sensação que se sente, um “rito de passagem” que pode ser traduzido num processo de crescimento que enriquece os métodos de investigação dos que se propõem mergulhar no universo da pesquisa.

Sabe-se da importância de se detalhar as experiências de campo, pois quando os dados são analisados e postos sob a forma de um trabalho científico, às vezes não se tem a idéia de que as etapas que antecederam o processo de elaboração da dissertação, foram entremeadas por um enorme esforço físico, grande determinação e a ansiedade gerada pela busca incessante do ingrediente principal: a inspiração que, em muitos momentos, parece não fluir e se nega em materializar-se na produção científica.

1.2 A SELEÇÃO DOS SUJEITOS, INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS E PROCEDIMENTOS

Investigar dimensões de condições de vida e trabalho das mulheres exigiu uma imersão no cotidiano dessas pessoas, buscando captar os dados que privilegiassem o conteúdo sócio-histórico de suas vidas, a socialização dessas mulheres, a atividade ocupacional e estratégias de sobrevivência junto ao grupo familiar, as relações engendradas com filhos, companheiros, familiares e demais integrantes e a repercussão dessa relação na comunidade.

O grupo pesquisado foi constituído de mulheres das Comunidades de Terra Caída e da Vila de Cujubim Grande, onde foram realizadas coleta de dados com um grupo, não homogêneo, de 20 (vinte) mulheres de faixa etária entre 17 (dezesete) aos 85 (oitenta e cinco) anos, com escolaridade variando do analfabetismo ao superior incompleto, mas que vivem e trabalham no dia a dia nessas comunidades, tendo algumas delas participado do início da formação destas. Essa heterogeneidade foi um critério para captar os diferentes “olhares” do modo de vida dessas pessoas, as atividades realizadas em função da idade e de como se sentem vivendo em uma comunidade ribeirinha, seus anseios, relações com o grupo familiar e demais membros da comunidade e perspectivas de futuro.

Para a coleta dos dados, aplicou-se 20 (vinte) questionários, com perguntas fechadas para abordagem de aspectos quantitativos, os relacionados com as características sócio-demográficas e perguntas abertas para absorver os aspectos de cunho qualitativo. Utilizou-se a entrevista semi-estruturada, aqui entendida como aquela que parte de certos questionamentos previamente estabelecidos, que interessam à pesquisa (TRIVIÑOS, 1992).

Realizaram-se duas (02) entrevistas em profundidade com mulheres, para capturarmos com maior detalhamento, aspectos relacionados com a vida e o cotidiano dessas pessoas e uma na residência onde conviviam apenas três homens, pai e dois irmãos, buscando averiguar o desenrolar das atividades diárias, sem a presença de uma mulher. As entrevistas realizadas, os depoimentos registrados, as conversas de maior intimidade com as mulheres na intimidade de seus lares, os dados quantitativos coletados se complementaram na busca de uma melhor

investigação da realidade estudada, objetivando atender o Objetivo Geral e os Objetivos Específicos do Projeto de Pesquisa.

Numa abordagem qualitativa, o pesquisador não deve se fundamentar no critério numérico, e sim com o aprofundamento e a compreensão do fenômeno que esta sendo estudado. Dessa forma, foi tomado como sustentação o que Minayo considera como chave nessa questão:

Numa busca qualitativa, preocupamo-nos menos com a generalização e mais com o aprofundamento e a abrangência da compreensão seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação. (1992, p.102).

Os procedimentos de uma pesquisa qualitativa não são estanques, requer adaptações frente às situações que se vivencia em campo. Passaram-se os dias em Terra Caída e o deslocamento para dormir em São Carlos acontecia no final da tarde, o que possibilitou observar e conviver com os moradores de momentos de trabalho, da realização de refeições, de conversas em baixo de árvores próximas ao rio após o almoço, situações vivenciadas por eles no dia a dia. Vivenciou-se o despertar da comunidade, quando as portas das casas começavam a se abrir e de algumas escapava o aroma do café, dando o sinal de que o dia começava e a seguir o seu fluxo diário normal.

Como atitude ética e de respeito às pessoas, nem sempre era possível desvincular a mulher de uma atividade de trabalho num dado momento para conversar e aplicar o questionário e colher os depoimentos. A espera e o respeito pelo “tempo” do outro, em um espaço ribeirinho, é condição indispensável para o andamento dos trabalhos.

Quanto à Vila de Cujubim Grande, devido à proximidade de Porto Velho e do acesso facilitado pela via terrestre, cedo se começava a observar o iniciar do dia e as tarefas dos moradores. Não tinha hora certa para voltar, tudo dependia da aproximação e da abordagem com as pessoas da comunidade, do tempo que cada mulher dispunha, de forma que o nosso encontro não atrapalhasse os seus afazeres e nem as importunassem na hora de descanso. Esse sempre foi um grande desafio, conciliar o desejo de produzir com a disponibilidade do outro.

Buscando imiscuir-se nessa cultura, a familiaridade com as pessoas é condição *sine qua non*, e esta ocorre na medida em que se participa com elas de assuntos relacionados com as suas vidas, o modo de ser e de viver na comunidade, o jeito de enveredar por assuntos que são de grande importância para eles como os festejos religiosos. Fazê-los falar dos seus sonhos e aspirações para eles próprios e seus filhos. E assim, seguindo orientação da Dr^a Rosa Éster Rossini foi posto em prática a chamada conversa de “pé de fogão” com as mulheres, onde elas estão no espaço delas e a conversa “informal” facilitou o diálogo e assim elas passam a falar mais livremente de suas “lutas” diárias, dificuldades que enfrentam para cuidar da família, mas também das alegrias e dos prazeres que lhes dão forças para continuar na labuta do dia a dia.

1.3 PERFIL DAS ENTREVISTADAS

Restou sempre presente, como objetivo precípuo, em se tratando de uma abordagem com enfoque de gênero, dá visibilidade a esses atores sociais que possibilitaram a realização dessa pesquisa. Com esse intento, fez-se necessário relatar um pouco da história de cada uma delas, de acordo com a ordem dos depoimentos, como forma primeira de demonstrar que são mulheres que constroem, no dia a dia, suas vidas, e ainda permitem que outras sejam asseguradas. Lembrando que para resguardar a identificação das entrevistadas, os nomes referidos ao longo desse trabalho são fictícios.

Comunidade de Terra Caída

1. Rosa - Foi a primeira a ser entrevistada por ter sido apontada como uma das moradoras mais antigas do lugar. Tem 74 (setenta e quatro) anos, nasceu e se criou em Terra Caída, teve 15 filhos, mas conseguiu criar 14 (quatorze), 07 (sete) homens e 07 (sete) mulheres . Começou a trabalhar desde muito nova, ainda menina, e assim criou os seus filhos e filhas. As meninas começavam a trabalhar desde os 12 (doze) anos fazendo os serviços de casa e ajudando no que precisava na roça. Já os meninos a partir dos 13 (treze) anos começavam a trabalhar na roça para ajudar na lida do dia a dia. Quanto à divisão do trabalho doméstico entre os membros da família diz que o marido fazia “*muito pouco, ele não é dessas coisas*” ; os filhos

homens “*alguns fazia outros não.*” Já as meninas “*todas faziam era obrigação*”. Mesmo já estando aposentada continua a trabalhar em casa, na roça e não deixa de pescar para a alimentação do casal. Geralmente a pesca é feita com os filhos e/ou genros onde o peixe é partilhado entre os membros da família. Os filhos casados moram em suas próprias casas, mas no mesmo terreno, cuja posse do título ainda está no nome do pai de Dona Rosa junto ao INCRA. Ela já não deseja mais nada para o seu futuro: “*não tenho, to no final da vida*”; mas enquanto mãe sonha que “*a vida dos meus filhos seja cada vez melhor*”. Enquanto acontecia a entrevista a mesma continuava trabalhando, nesse momento despolpando cupuaçu com uma tesoura, que ela vende para Porto Velho, para abastecimento de algumas lanchonetes.

2. Mercedes - Nasceu em Terra Caída, tem 31 anos, casada, teve 05 (cinco) filhos, sendo 03 (três) meninas e 02 (dois) meninos. As meninas desde os 10(dez) anos já realizavam os trabalhos domésticos como varrer casa, lavar louça e também ajudar na roça junto com os irmãos. Estes já não ajudam no trabalho doméstico, como o esposo “*que também não faz nada em casa, só de vez em quando faz uma comida, quando eu estou muita apurada de serviço ou doente.*” Divide o seu tempo entre as atividades de merendeira na Escola e não deixou de trabalhar na roça, cultiva plantas medicinais e ainda tem as obrigações de dona de casa. Considera uma coisa boa ter um grande número de filhos porque quando cair doente tem os filhos para tomar conta. Aponta como dificuldade na comunidade o fato de “*não ter continuidade dos estudos para os filhos.*” Quanto a alguma realização pessoal na vida diz que está tudo bom. Quanto a sonho pessoal continuar mantendo sua família. Já com relação aos filhos sonha que “*todos possam estudar e ser alguém na vida, fazer faculdade .*”

3. Rita – É natural do Lago do Cuniã, veio morar em Terra Caída há mais de dez anos, acompanhando os pais. Tem 34 (trinta e quatro) anos, casada, teve 05 (cinco) filhos. Considera que é uma coisa boa ter um grande número de filhos. Os meninos em torno de 12 (doze) anos, já começavam a trabalhar na roça e as meninas, a partir da mesma idade em casa. O seu dia de trabalho é assim dividido: Pela manhã começa fazendo o café, varrendo a casa, vai capinar quando é preciso e depois faz

o almoço. À tarde limpa a casa de novo, faz o jantar e à noite assiste televisão. O esposo já faz todo o trabalho da agricultura, *“só quando eu adoço ele faz algum trabalho de casa”*. Para mudar a situação da comunidade para melhor diz que *“uma boa escola, os meninos sofrem para ir até São Carlos. A voadeira quebra.”* Se tivesse oportunidade gostaria de voltar a estudar. Deseja para o seu futuro ter uma casa bem grande de madeira. Quanto ao sonho com relação aos filhos *“que eles terminem os estudos, não gostaria que eles fossem agricultores ou pescadores”*.

4. Catarina – Nasceu em Guarani, localidade de São Carlos, tem 40 (quarenta anos), tem 19 (dezenove) anos de casada, teve 05 (cinco) filhos, quatro deles estão morando em Porto Velho, apenas a mais nova permanece em sua companhia. Está em Terra Caída apenas há 04 (quatro) anos, porque tanto ela quanto o esposo fizeram concurso para Prefeitura, ele conseguiu vaga como professor e ela como merendeira da Escola. Todos os filhos começaram a trabalhar com a idade de 08 (oito) anos, e tanto as meninas quanto os meninos sabem fazer serviço de casa, deixava somente para os meninos pegar água no rio porque é um serviço muito pesado. Quanto ao esposo só realiza algum trabalho dentro de casa na sua ausência. Como a maioria dos filhos reside em Porto Velho e a despesa é muito grande, ela e o esposo precisam trabalhar em dobro, e nos turnos que não estão na escola trabalham na agricultura para complementar os gastos com a família. Não considera uma boa coisa um grande número de filhos porque hoje em dia as coisas estão muito difíceis. No que se refere a um sonho para si própria *“não tenho sonhos. Vou tentar estudar, vou ver no que vai dá...”* Para tentar uma condição de vida melhor, porque segundo ela: *“Quem é agricultor depende do tempo, da natureza e os atravessadores só quer pagar muito pouco e ainda a passagem é R\$20,00 ou R\$ 15,00 por isopor”*. Quanto à expectativa de futuro para os seus filhos: *“vou realizar os sonhos dos meus filhos. Cada qual quer uma profissão e eu não vou me meter na escolha deles”*. Diz que os filhos *“precisam estudar porque hoje os jovens sabe que muito sol ofende, é muito sofrimento...”*

5. Lourdes – Tem 47 (quarenta e sete) anos, casada, teve 06 (seis) filhos mais morreram 03 (três). Sempre trabalhou muito, desde muito nova, ainda trabalhou na época da seringa em Primor, mesmo quando estava grávida. Era uma vida muito difícil o trabalho na agricultura. Atualmente é contratada pela Prefeitura como

Auxiliar de Serviços Gerais. Os filhos começavam a trabalhar também cedo, as meninas a partir dos 10 (dez) anos, já varriam casa, lavavam roupa e tomava conta dos outros mais novos. Já o menino ajudava mais no quintal da casa. Este filho morreu há quatorze anos e até hoje sente muita falta dele. Para ela a vida nunca mais foi à mesma depois da morte filho homem que tinha. Não teve oportunidade de estudar, só concluiu a 4ª série depois de ter os filhos crescidos, enquanto criava os filhos pequenos não foi possível. Diz que se pudesse escolher nascer outra vez, escolheria nascer homem porque *“é mais fácil ser homem, as mulheres tem muita doença e o meu marido é mais livre, inclusive para trabalhar”*. Gostaria de terminar os estudos, *“mas hoje já tem o problema das vistas e agente pensa que não vai mais conseguir”*. Quanto ao sonho para os seus filhos, que todos fossem felizes *“porque vendo eles feliz eu fico feliz também. Minhas filhas e netos é tudo para mim”*.

6. Maristela – tem 84 (oitenta e quatro) anos, nasceu em Terra caída, analfabeta, viúva, teve 05 (cinco) filhos, sendo 03 (três) mulheres e 02 (dois) homens, e ainda criou uma neta como sendo sua filha. É aposentada, mas ainda trabalha na agricultura. Mas pelo avanço da idade, planta e cisca, paga a um senhor, em forma de diária, para ele capinar o terreno. Cultiva, ela própria, plantas medicinais e com elas atende os demais membros da comunidade que não têm mais o hábito de cultivá-las. O esposo, *“quando estava vivo não ajudava em nada. Bebia muito maninha e por isso sofreu muito, ele batia em mim e nos filhos quando estava bêbado”*. É uma vítima da violência, talvez tenha tido a coragem de falar por ele não estar mais fazendo parte da vida dela. Chegou a se separar dele, mas num certo momento da vida ele ficou muito doente e veio lhe pedir ajuda, terminou tomando conta dele até a sua morte. Teve uma vida de muito trabalho e solidão, a agricultura foi o único meio de sustentar os seus filhos menores. *“As meninas desde cedo ensinou a tomar conta da casa e capinar o terreiro. Os meninos a partir de 08 (oito) anos já ensinava como trabalhar na roça”*. Hoje *“a ajuda que tenho é de Deus, ninguém me ajuda, nem os netos”*. Um dos desgostos que tem na vida é de não saber ler, *“tenho que colocar o dedo na assinatura e não sei ler os papéis da igreja”*. Quanto a viver na comunidade *“só acho ruim porque não tenho nenhuma filha por perto. Se ficar doente o filho homem não vem puxar a dor, eles tem acanhamento”*. Perguntada se tivesse a opção de nascer de novo se preferia nascer homem ou mulher, responde: *“Nasceria mulher de novo. O pai me ensinou a trabalhar na roça e*

me acostumei, acho melhor o serviço da roça de que de casa, o serviço de casa não acaba nunca”.

7. Maria - Tem 57 (cinquenta e sete) anos, nasceu em São Carlos, e vive desde então em Terra Caída, casada, analfabeta, teve 09 (nove) filhos, dona de casa e agricultora, não tem renda fixa. No período de gravidez nunca deixou de trabalhar, tanto em casa quanto no roçado. Disse que sempre trabalhou na roça juntamente com o marido, mesmo de barriga grande que nunca foi problema para ela, conseguiu fazer tudo o que era preciso para manter a vida seguindo normal. Quando perguntada sobre a divisão do trabalho na família, responde que *“o marido fica com o mais pesado, roça e derrubada”*. As tarefas dela se iniciam fazendo o café da manhã, depois vai para a roça capinar o mato e plantar. À tarde o serviço é voltado para as atividades domésticas, *“serviços de casa, arruma casa e faz comida”*. À noite *“lava a louça e assiste televisão”*. Quanto à participação das crianças no trabalho, relatou que as meninas começavam a trabalhar a partir de 10 (dez) anos, capinando o terreiro com a enxada, carregando água e nos trabalhos da casa, ajudando em tudo como lavando louça, varrendo casa e ajudando a tomar conta dos irmãos menores. As meninas vão crescendo e aprendendo a substituir a mãe enquanto esta trabalha na roça. Com relação aos meninos *“só depois de grande no roçado.”* Mas diz que hoje *“todos fazem trabalhos iguais, ensinou tanto aos filhos e filhas, e aos netos e netas”*. Quanto ao lazer diz que *“dorme depois do almoço e dorme bem e assisti televisão”*, participa dos festejos de Nossa Senhora de Fátima e de São João. Para ter uma vida melhor precisaria *“ter uma casa bem boa, ai eu tava satisfeita, de alvenaria e com tudo dentro que eu precisasse, para mim era suficiente.”*

8. Elisa – Tem 37 anos, natural de Santa Luzia, casada, evangélica, dona de casa e agricultora, estudou até a sétima série, teve 04 (quatro) filhos. Mora há seis anos em Terra Caída, morava em Porto Velho mas *“na cidade nós passava necessidade, morava de alugue, meu marido era pedreiro e eu empregada doméstica. Por isso nós mudamos para cá.”* Perguntada sobre o dia a dia de trabalho diz que pela manhã *“nós dois trabalha em casa e na roça”*, ele *“lava louça, arruma a casa”* e ela *“faz almoço, lava roupa”*. Na parte da tarde ela lê e ajuda na igreja, durante a noite vai para a Igreja para o estudo da Bíblia. Quanto ao trabalho na roça, comenta que o

marido fica com o trabalho de derrubada e de roço com terçado. Quanto a ela cabe o plantio e capina com enxada e ajuda também na colheita. Com relação ao lazer *“ir a igreja e participar de confraternização na igreja, fazer algo para as pessoas da igreja”*. Quanto ao que gostaria de realizar ou retomar na vida se tivesse oportunidade diz que *“gostaria de estudar. Eu tenho muito desejo de estudar.”* Com relação ao que poderia melhorar na vida dela responde que *“as minhas primas que estudaram são gerente, policial. Elas diz que se eu tivesse estudado eu não era agricultora. O estudo é muito importante.”* Reconhece que a escola na comunidade *“poderia ser melhor. O professor da aula para duas séries na mesma sala . Um filho tem 11 anos e está na 2ª série, sem saber ler, os meus filhos sofre muito na escola, o da 4ª série tem 13 anos e já repetiu de ano duas vez.”*

9. Rosa Maria – Tem 17 (dezessete) anos, nasceu em Terra Caída, é solteira e mãe de um menino de 01 (um) ano. Reconhece-se como dona de casa porque cuida da casa onde mora juntamente com os pais. Estudou até a 5ª série: *“quando fiquei grávida e depois do nascimento do meu filho não tive como estudar porque sei da minha obrigação de ajudar a minha mãe e de cuidar do meu filho, o estudo vai ficando para depois quando ele tiver mais grandinho...”* Perguntada sobre o que gostaria de realizar na vida respondeu que *“devia não ter parado de estudar, dado mais valor aos meus estudos.”* Com relação sobre o que poderia melhorar a vida ou o que sonha para o futuro diz que *“arrumar um emprego e ajudar meu pai.”* Quanto ao sonho enquanto mãe espera *“que ele tenha uma vida boa que eu não tive. Que ele estude. Que ele vá estudar em Porto Velho. Que ele dê esse orgulho para mim, o que eu não dei a meus pais.”*

10. Estela – Nasceu em Terra Caída, tem 27 anos, casada, contratada pela Prefeitura como auxiliar de serviço de limpeza e dona de casa; tem 03 (três filhos). O seu dia a dia de trabalho começa fazendo o café da manhã para o marido e os filhos, em seguida vai para o Posto de Saúde fazer a limpeza, quando termina volta para casa para fazer o almoço. À tarde lava a louça e retorna ao Posto para terminar a limpeza. À noite costuma assistir televisão, *“mais dorme cedo porque no outro dia começa tudo de novo. O trabalho não tem fim, só começo”*. Raramente sai da comunidade, *“parei de estudar na 5ª série, fui tomar conta da família.”* Considera que *“É ruim ter muitos filhos, porque hoje em dia é tudo muito difícil, é preciso ter muito*

recurso pro filho estudar porque em Terra Caída só tem até a 5ª série.” Ela gostaria de “voltar a estudar porque não tive oportunidade.” Quanto ao que sonha para o futuro “ter uma casa de alvenaria, com as coisas todas que uma casa precisa, isso me deixava muito feliz.” Enquanto mãe sonha para os filhos que “existisse tudo que é necessário aqui, livros, merenda, porque sente medo quando os meninos vão para São Carlos porque eles não sabe nadar.”

11. Tânia – Tem 29 anos, casada, contratada pela Prefeitura como Auxiliar de Serviços Gerais, além de se considerar dona de casa, teve e cria seus 03 (três) filhos. Há mais de 10 (dez) anos mora em Terra Caída, em razão da morte do pai a mãe decidiu mudar para ficar próxima dos filhos que já estavam vivendo nessa comunidade. Considera que “...se tivesse um estudo mais alto viveria muito melhor, poderia ter uma vida menos dificultosa.” Por outro lado considera que na comunidade “a dificuldade maior é o estudo, o transporte dos alunos é muito difícil ainda, se tivesse as outras séries aqui mesmo era melhor.” Sonha em acabar os seus estudos, mas “...tenho medo de andar a noite nos barco, por isso não desejo ir para São Carlos.” Enquanto mãe sonha “dá estudo para eles, para serem alguém na vida, não precisar trabalhar na roça que é um trabalho muito pesado, a pessoa tem que ser forte, porque para quem trabalha na roça é muito dura a vida.”

12. Conceição – Tem 22 (vinte e dois) anos, casada, tem uma filha, freqüenta a 6ª série, 2º segmento do EJA em São Carlos. Voltou a estudar depois de muitas tentativas e conversa com o marido, disse que “não foi fácil ele entender” mas lutou muito porque sonha em se formar. O retorno dela às aulas incentivou o marido que hoje faz o EJA nos finais de semana. Considera que um emprego poderia mudar a sua situação e da comunidade. Caso pudesse escolher nasceria “homem, porque até o jeito da mulher adoecer é mais fácil que os homens.” Tem como sonho para o seu futuro ser uma psicóloga.

Comunidade: Vila do Cujubim Grande

13. Marisa – Tem 43 anos, casada, analfabeta, católica, teve 6 (seis) filhos, dona de casa e empregada doméstica. Reside em Cujubim Grande há apenas 03 (três) anos, acompanhando o atual marido que gostava muito da Comunidade onde já residia muito dos seus familiares. Trabalha fazendo diárias em duas casas próximas, 2ª, 4ª

e 6ª na casa de uma e 3ª, 5ª e sábado na outra. Como ficam próximas de sua residência divide o dia entre esses serviços de faxina e realizando as tarefas de sua própria casa. Sempre fez sozinha os trabalhos domésticos porque só ensinou os filhos a trabalhar na roça, a partir de 09 (nove) anos todos ajudavam, limpando o terreiro, capinando, ajudando a plantar e a colher. Cultiva plantas medicinais e costuma atender as solicitações dos parentes e vizinhos. Ainda arranja um tempo para pesca, que se torna a mistura do dia a dia. Como lazer diz que *“fico deitada só pensando em coisa boa.”* Participa dos festejos religiosos, em junho o festejo de São Pedro e em agosto do Sagrado Coração de Maria. Cita como uma das dificuldades de se morar em Cujubim *“a carestia do valor da passagem e no inverno a dificuldade é ainda maior porque o ônibus quebra muito”*. Perguntada sobre o que precisava para melhorar a comunidade responde: *“Telefone público, emprego, ambulância no Posto de Saúde e uma delegacia porque já tem violência aqui na comunidade”*. Para melhorar a sua própria vida diz que lhe falta: *“ter o meu próprio terreno e a minha casa, plantar as verduras, ter uma horta muito boa”*. Quanto ao que deseja para o futuro: *“Estudar, aprender a ler e a escrever e tornar a ver o meu filho que está em Cariacica no Espírito Santo e que nunca mais tive notícias. Sinto muita saudade e não quero morrer sem ver ele de novo nessa vida”*. Com relação ao sonho enquanto mãe *“queria que a minha filha se casasse, tivesse a casa dela e fosse feliz”*.

14. Raimunda – Tem 45 (quarenta e cinco) anos, estudou até a 5ª série, teve seis filhos da primeira união, mas hoje vive com o segundo companheiro, com o qual teve mais dois filhos. É funcionária da Prefeitura há 23 (vinte e três) anos, natural de São Carlos, mas comprou um pedaço de terra em Cujubim Grande onde reside há 12 (doze) anos. Mesmo no período de gravidez quando tirava licença do emprego, *“nunca deixou de trabalhar em casa e na roça quando era preciso. Nunca deu mole, sempre trabalhou duro como até hoje faz”*. Com relação aos filhos diz que *“a partir dos 7 (sete) anos de idade, ensinava os meus filhos e as filhas a fazer o trabalho na roça e os serviços de casa”*. Divide o seu dia entre os trabalhos de casa e do Posto de Saúde, começa cedo lavando roupa e depois vai fazer o café da manhã, em seguida se ajeita e vai para o Posto até a hora do almoço, que é feito pelos filhos que ficam em casa outros vão cuidar da roça. À tarde fica de folga do Posto e vai para a roça e ajudar na criação de galinhas que vende para a comunidade e às vezes para Porto Velho. Durante o período da noite, *“nem sempre consigo o*

descanso merecido, por conta dos casos emergência que tenho que carregar para Porto Velho.” Indagada sobre a divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres diz: “ *o que o homem faz agente faz, então ele também tem que trabalhar em casa, quando eu não estou.*” Quanto a divisão das tarefas no roça responde que “ *A derrubada é do homem. Para o plantio quem faz a cova é o homem e a mulher sai atrás plantando. A capina todo mundo faz. A colheita é feita por homens e mulheres.*”

15. Tereza – Completou recentemente 44 (quarenta e quatro) anos, nasceu no Amazonas, é analfabeta, vive maritalmente com o segundo cônjuge e mora em Cujubim desde os 15 (quinze) anos, quando veio acompanhando o primeiro marido. Reconhece-se como dona de casa, teve 04 (quatro) filhos e hoje cria também uma neta. O esposo sustenta a família com a agricultura e a pesca, com a sua ajuda, que segundo ela: “divido o meu dia de lá pra cá entre as tarefas de casa e da roça.” Considera uma coisa boa viver na comunidade “*porque nem tudo agente precisa comprar né, se quer comer uma mandioca tem, tempo de pesca boa agente tem peixe para cume com farinha, por isso acho bom vivê aqui.*” Perguntada se pudesse escolher nasceria homem ou mulher responde que “*preferia ser homem, eu sendo mulher trabalho muito mais do que homem e ninguém dá valor.*” Gostaria de estudar se tivesse oportunidade, porque sonha “*ser sabida, saber ler bem e escrever.*” Quanto ao sonho enquanto mãe que os filhos sejam felizes, três estão em Porto Velho e um na comunidade que trabalha cerrando madeira.

16. Francisca – Tem 57 (cinquenta e sete) anos, viúva, nasceu em Humaitá, mas vive na comunidade há 37 (trinta e sete) anos, recebe pensão e tem um comércio. Coursou até a 2ª série, teve 10 (dez) filhos e sempre trabalhou muito para ajudar a criar os filhos, mesmo gestante trabalhava na roça. Diz que só colocava os filhos para trabalhar a partir dos 15 (quinze) anos, “*mais em casa começavam mais cedo.*” Hoje em dia mora somente com um neto. Começa o dia com as tarefas de casa e do comércio (agregado), à tarde e à noite no comércio atendendo quem chega. Tem uma roça onde produz mandioca, banana e milho e cria galinha e pato. Menciona que nos meses de setembro e/ou outubro começa a plantação de mandioca e julho/agosto colheita e produção da farinha. Considera que a falta de educação, de opção de trabalho na comunidade e o fato de não ter liberdade prejudica o seu

crescimento na condição de ser mulher. Caso pudesse escolher se nasceria homem ou mulher responde que *“mulher porque não tem inveja de homem nenhum, pois o trabalho que eles faz eu faço.”* Quanto ao sonho para o futuro *“ter um emprego, dançar, ir para banho...”* Para os filhos sonha como mãe *“que todos eles fossem bem empregados.”*

17. Eugênia – Tem 31 (trinta e um anos), natural de Freixeirinha no Ceará, é casada, contratada pela Prefeitura como Auxiliar de serviço de saúde, tem 2 (dois) filhos e mora a menos de 1 (um) ano na Vila de Cujubim Grande, na casa do Pai. Considera-se como responsável pelo sustento da família, uma vez que o esposo está desempregado. A partir dos 6 (seis) anos já ensinava a filha a limpar fogão, lavar louça e varrer casa, o filho ensinou cedo também a lavar roupa e fazer comida. Quanto a opinião dela com relação se homens e mulheres deveriam dividir igualmente os trabalhos domésticos, responde que *“sim, porque todos dois tem deveres e direitos iguais. O trabalho doméstico é muito cansativo.”* Quando perguntada acerca de como é dividido o trabalho entre os membros da família diz que o *“Pai fica mais na roça, serviço pesado, o marido vai para roça e faz o almoço e os filhos ajuda em casa, leva comida para os cachorros, para as galinhas...”* Quanto a liberdade se é a mesma entre homens e mulheres, responde: *“Não. O homem tem mais liberdade e que ter mais direitos. Se a mulher pisa fora caí o mundo, só faltam jogar pedra.”* Com relação ao que falta para melhorar a vida diz que *“a conclusão dos meus estudos.”* Quanto ao que ela sonho ou deseja para o futuro: *“fazer uma viagem e levar os filhos para conhecer o mar.”* Com relação ao sonho para os filhos *“formar os meus filhos na faculdade”*.

18. Fátima – Tem 44 (quarenta e quatro) anos, ensino superior incompleto (perdeu o vínculo com a Universidade por abandono), casada pela segunda vez há (13) treze anos. Nasceu em Guajará-Mirim, mas desde tenra idade veio com os pais morar em Porto Velho. Há 04 (quatro) anos decidiu morar em Cujubim, por dois motivos: primeiro porque perdeu o emprego em Porto Velho, foi uma das demitidas do Governo do Estado, depois por conta da violência que assola a capital; morava no bairro Mariana e *“...teve uma vez que agente acordou com um ladrão dentro de casa...”*. Teve 04 (quatro) filhos, e mantém a família hoje com a criação e venda de animais domésticos: galinha e porco. Também pratica o sistema de troca, ora

permuta galinha por ração, *“troco porco por gênero alimentício e assim vou levando a vida”*. Na época que era servidora pública estadual vivia com o primeiro marido, mas esse não lhe traz boas recordações, principalmente porque não a ajudava e chegou a sofrer violência, caso qualquer coisa não andasse bem em casa, *“... filho tinha que andar limpo, arrumado, não podia tirar nota baixa porque se não era eu que pagava, eu que ouvia.... até as vezes fica ele botava em cima de mim.”* Não considera uma coisa boa um grande número de filhos e faz referência a drogas na comunidade *“Você com um ou dois filhos ainda é difícil controlar aquilo, agora você imagine com muitos filhos.”* Cita também a dificuldade financeira como fator impeditivo para uma mãe ter um grande número de filhos *“... principalmente aqui em Cujubim o que se ganha é pouco, a maioria tem ajuda do Governo Federal, com esse bolsa família, então mesmo juntando isso você vê que é pouco. Ai eles vão ver... um ganha um sapato, outro já não pode ganhar, um ganha uma blusa e o outro já não pode ganhar.”*

19. Isaura – Tem 41 anos, natural de Humaitá no Amazonas, mas reside em Cujubim há mais de 35 (trinta e cinco anos) casada, estudou até a 5ª série, teve 03 (três) filhos e reconhece como profissão ser pescadora, com registro na Cooperativa dos Pescadores, condição para que possa receber o Seguro Defeso na época em que não é permitida a pesca. Mas também se reconhece como dona de casa e comerciante porque nas horas de folga (quando não está pescando ou fazendo os trabalhos domésticos) ajuda o marido no estabelecimento comercial que é uma extensão de sua residência. Apesar de declarar trabalhar nessas três modalidades, considera o marido como o responsável pelo sustento da família. Diz que começou a trabalhar muito cedo e com isso os seus filhos a partir dos 05 (cinco) anos começavam a trabalhar para ajudar na lida de todo dia. Divide o seu tempo ao longo do dia começando pela manhã, fazendo o café e depois que todos merendam vai ajeitar as coisas dentro de casa, ajuda um pouco o marido no comércio e em seguida vai para a cozinha fazer o almoço. À tarde depois que lava a louça do almoço vai novamente para o comércio ajudar o marido. Quando chega à noite *“ajeita o que tiver para comer, lava as louças e vai tirar a poeira de casa.”* Não considera uma coisa boa um grande número de filhos *“porque hoje não tem como sustentar, teve muitas dificuldades para criar todos e ensinar a saber viver.”* Perguntada sobre o que faz nas horas vagas como lazer, responde: *“Que não tem*

lazer na comunidade. O meu lazer é colocar duas cadeiras na varanda enquanto o cliente não vem.” Diz que para a comunidade melhorar precisava de um orelhão (telefone) público, quanto a facilidade de se viver numa comunidade ribeirinha faz referência à alimentação dizendo “aqui tudo é mais fácil... assim... banana pelo menos agente não compra. Lá fora tem que comprar, o peixe quando quer vai pescar. Isso ai já é facilidade. Tem muitas coisas assim, né...” Quanto a algum sonho pessoal diz não ter mais sonho para ela mesma :” Olha eu acho que o que tenho já é bastante”. Mas com relação aos filhos responde: “Eu tenho sonho de ver os meus filhos tudo empregado. Esse é meu sonho.”

20. Elenice - Tem 46 (quarenta e seis) anos, casada, nasceu em Porto Velho , mas mora há mais de dez anos na Vila de Cujubim Grande, acompanhando o marido que veio trabalhar em terras de um proprietário, na condição de caseiro. Foi alfabetizada, mas não consegue ler quase nada, teve dificuldades em continuar estudando porque trabalhava o dia todo. Foi empregada doméstica para ajudar a criar os filhos, situação que impossibilitou continuar estudando. Diz que começou a trabalhar muito cedo, cozinha macaxeira para tomar com o café, limpa e varre a casa, faz almoço com a ajuda da filha. Quando é tempo de plantio ajuda o marido na roça, também capina quando é preciso. Na parte da tarde “...costumo varrer o terreiro em volta da casa, gosto de tudo bem limpo. Lavo roupa e preparo o jantar”. À noite costuma assistir televisão, mas gosta de dormir cedo porque segundo ela “o cansaço é grande né” . Não considera uma boa coisa um grande número de filhos “...porque é difícil agente dá comida, botar para estudar, ensinar tudo direitinho, como viver, os amigos com quem vão se acompanhar. Hoje é muito difícil ensinar os filhos a ser boa gente.” Considera uma coisa boa viver na comunidade “... porque ainda é calmo, agente dorme descansado, mas já tem que ter cuidado.” Com relação ao que precisa para viver melhor diz que “ Ter uma casa mais melhor, com mais lugar pra gente ficar, uma cozinha com uma mesa maior, com toda a comida que agente quisesse.” Quanto ao que sente falta na vida responde “ de não ter podido estudar mais, fui trabalhar muito nova, depois chegou os filhos, tinha que atender o marido e os estudo ficou pra depois, nem sei para quando mais...” Com relação aos seus sonhos enquanto mãe, diz que “Querida ver nessa vida os meus filhos melhor do que eu e o pai deles. Porque esses meninos de hoje tem sonho alto, gostaria de ver todos feliz, com o seu emprego e uma vida melhor com menos sacrifício.” .

QUADRO I - TERRA CAÍDA
CARACTERÍSTICAS DAS ENTREVISTADAS

ORDEM	ENTREVISTADA	IDADE	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	N.º DE FILHOS	OCUPAÇÃO/condição atual
01	Rosa	74	casada	analfabeta	15	Dona de casa, aposentada.
02	Mercedes	31	Casada	EFI – 4º ano	05	Merendeira – dona de casa
03	Rita	34	casada	EFI- 3º ano	05	Dona de casa
04	Catarina	40	casada	EFI- 4º ano	05	Agricultura, merendeira.
05	Lourdes	47	casada	EFI-4º ano	06	Auxiliar de Serviços Gerais
06	Maristela	84	viúva	Analfabeta	05	Aposentada
07	Maria	57	casada	Analfabeta	09	Dona de casa, agricultora
08	Elisa	37	casada	EFI – 7º ano	04	Dona de casa, agricultora
09	Rosa Maria	17	solteira	EFI – 5º ano	01	Dona de casa
10	Estela	27	casada	EFI- 5º ano	02	Merendeira, Dona de casa.
11	Tânia	29	casada	EFI – 5º ano	03	Auxiliar de Serviços Gerais
12	Conceição	22	casada	EJA – 2º segmento	01	Agricultora – Dona de casa

QUADRO II – VILA DO CUJUBIM GRANDE
CARACTERÍSTICAS DAS ENTREVISTADAS

ORDEM	ENTREVISTADA	IDADE	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	N.º DE FILHOS	OCUPAÇÃO/condição atual
13	Marisa	41	casada	Analfabeta	06	Doméstica
14	Raimunda	45	casada	EFI – 5º ano	08	Funcionária Pública Municipal
15	Tereza	44	casada	Analfabeta	04	Dona de casa
16	Francisca	57	viúva	EFI – 2º ano	10	Dona de casa
17	Eugênia	31	casada	EMI – 1º ano	02	Auxiliar de Serviço de saúde
18	Fátima	44	casada	EMC	04	Comerciante, Dona de casa
19	Isaura	41	casada	EFI – 5º ano	03	Pescadora, Dona de Casa e Comerciante
20	Elenice	46	casada	alfabetizada	03	Dona de casa, agricultora

1.4 CONTEXTUALIZANDO AS COMUNIDADES EM ESTUDO

O Município de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, adota uma divisão política de atendimento às comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira que é representada pelos Distritos de São Carlos, Nazaré e Calama. O Distrito de São Carlos está localizado ao norte da capital, distante 100 (cem) Km e foi criado através da Resolução nº. 122/CMPV/85, datada de 21 de novembro de 1985, com sede na Vila de São Carlos, possuindo um administrador local, sendo formado por mais de vinte localidades, a saber: Aliança, Araçá, Belém, Boa Hora, Boa Vitória, Bom Jardim, Bom Ceará, Bom Cearzinho, Cavalcante, Capitari, Cujubinzinho, Cuniã, Curicacas, Guarani, Ilhas Brasileiras, Ilhas de Mutuns, Itacoã, Liberdade, Nazaré, Pau D'Arco, Prosperidade, Primor, Sobral, São Carlos, São Lucas, Vista Alegre, Vitória e Terra Caída. O acesso de Porto Velho à São Carlos é por via fluvial, através de barcos de linha, voadeiras, canoas e rabetas.

A pesquisa foi desenvolvida em duas localidades: Vila do Cujubim Grande e Terra Caída. Esta localiza-se à margem esquerda do Rio Madeira, aproximadamente 112 (cento e doze) Km de Porto Velho, leva em torno de 06 (seis) horas de viagem descendo o Rio Madeira, dependendo do tamanho e potência do motor da embarcação. Foi uma das comunidades escolhidas pela tradição nas práticas agrícolas e ao contrário das demais comunidades ribeirinhas, nunca foi área de antigos seringais (NASCIMENTO SILVA, 1996; FERREIRA, 1995).

A população ribeirinha do Rio Madeira foi formada por descendentes de indígenas, dos nordestinos vindos nos períodos do ciclo da borracha, ocorrendo, também, a miscigenação com os europeus do período da colonização.

O modelo de ocupação nessa área da Amazônia é de caráter linear e "beradeiro", forçado pelo extrativismo das seringas nativas abundantes. (AB'SABER, 1989 *apud* NASCIMENTO SILVA, 2004). O Processo foi acontecendo, iniciando-se pela chegada de um pequeno número de famílias que vinham buscar no lugar uma nova forma de vida. Aos pouco foram dividindo suas terras na medida em que as famílias

começavam a se multiplicar, e as propriedades sendo ocupadas por parentes, como irmãos, primos, ou demais parentes próximos (FERREIRA, 1995).

Essa é sem dúvida uma das marcantes características políticas e geográficas da história da Amazônia, o processo de penetração e distribuição de homens e mulheres, dos grupos e núcleos populacionais que fazem surgir às comunidades, depois os distritos até alcançarem o status de municípios/cidades.

Chamou à atenção a comunidade de Terra Caída já pelo próprio nome, que segundo os moradores mais antigos deu-se em razão da retirada contínua de terras da margem pelas águas do Rio Madeira e depositadas em outras margens ao longo do grandioso Rio. Fazem dessa maneira referência ao fenômeno das “Terras Caídas” ao qual Cunha assim evidencia:

Baixam as águas e nota-se que o terreno cresceu; e alteia-se de cheia, aprumando-se as barreiras altas, esticando-se os pantanais e igapós, esboçando-se os firmes ondeantes, para logo invadidos a flora triunfal... até que nun só assalto, de enchente, todo esse delta lateral se abata. Numa só noite (29 de julho de 1866) as terras caídas da margem esquerda do Amazonas desmoronaram numa linha contínua de cinqüenta léguas. (1992, p.16).

Nesse inverno, percebeu-se o grande desbarrancamento¹³ das encostas, possivelmente em um pequeno espaço de tempo, alguns moradores necessitem mudar suas casas, bem como o espaço da produção, para áreas mais afastadas da margem do Rio. Logo, a transformação do espaço é um fator importante e decisivo na vida dos ribeirinhos.

Porém, a decisão foi tomada de forma definitiva quando, de contatos preliminares em atividades de pesquisa promovidas pelo CEDSA, detectou-se a falta de infra-estrutura da comunidade, mesmo estando tão próxima do Distrito de São Carlos, e como já foi dito, em que pese ser uma comunidade que se caracteriza pela tradição nas práticas agrícolas. De imediato surgiu a pergunta: essas atividades agrícolas geram renda? São suficientes para garantir uma boa qualidade de vida para as famílias da

¹³ Ato ou efeito de desbarrancar, escavar profundamente. Aurélio Buarque de Holanda – 1ª edição.

comunidade? São as indagações que impulsionam o pesquisador a buscar respostas ou de produzir novos questionamentos, propiciadores da construção do conhecimento.

O Distrito de São Carlos foi o nosso porto de chegada. Detém certa infraestrutura e uma administração local que, entre outras ações, percebe-se o cuidado e a atenção com os jardins, cujas gramas formam um imenso tapete verde, sendo aparadas com cortadeira elétrica. Na entrada do Distrito tem uma enorme passarela de madeira, rodeada por grades também de madeira, onde as moças e rapazes geralmente sentam para a prosa do dia a dia. Possui passarelas de cimento nas ruas principais, construídas na administração do atual Prefeito de Porto Velho, onde as pessoas caminham animadas nos finais de tarde, mesmo disputando espaço com algumas bicicletas.



FIGURA 4: Vista parcial do Distrito de São Carlos. Foto: Maria José, abril de 2006

Conta com uma Delegacia, várias tabernas com diferentes tipos de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza; Não possui padaria, mas é fabricado pão caseiro por mais de um morador. Apresenta um pequeno e rústico ancoradouro¹⁴ (feito com toras de madeira amarradas entre si e que funcionam como flutuantes) para receber as embarcações.

¹⁴ Local onde os barcos de linha e os menores permanecem ancorados, embora não ofereça aos passageiros condições de abrigo.



FIGURA 5: São Carlos, passarelas construídas na atual gestão municipal. Foto: Maria José, abril de 2006.

A proeminente torre da igreja se destaca e chama atenção dos viajantes, diria que é um marco do Distrito que se vê de longe. Um grande número de residências de alvenaria, com jardins em frente das casas, a grande maioria das habitações ainda é de madeira, mais se percebe que bem cuidadas, algumas com terraço.

Terra Caída estando apenas em torno de 12 (doze) Km distante do Distrito, apresenta grandiosas dificuldades e carências. Tem como acesso principal a via fluvial, através de barcos de linha, voadeiras, canoas e rabetas¹⁵. Na época das águas, a trilha que liga São Carlos à Terra Caída fica sem possibilidade de acesso. As trilhas são abertas com terçado, mas nesse inverno o acesso entre uma e outra morada estava muito difícil, principalmente pelo alagamento dos caminhos e pelo crescimento indiscriminado das plantas e capins alto por entre as trilhas.

Em Terra Caída constam 54 (cinquenta e quatro) famílias cadastradas junto ao Posto de Saúde; as casas estão dispersas ao longo da margem do Rio Madeira, que não dá ao visitante a noção real do entorno, uma vez que inexistente uma entrada principal para a comunidade, nem um rústico ancoradouro para delimitar o acesso principal. Procedeu-se ancorar próximo ao Posto de Saúde, em razão da carona na rabetas do servidor responsável pelo exame de malária na comunidade. Assim as casas se

¹⁵ rabetas é uma pequena canoa de madeira ou alumínio, impulsionada por motores de popa que usam como combustível o gás de cozinha.

estendiam tanto à direita quanto à esquerda, não oferecendo a noção de centralidade, ou de “vila” da comunidade.



FIGURA 6: Vista do Posto de Saúde de Terra Caída e das trilhas na comunidade. Foto: Elaine, abril 2006.

A predominância da religião é a católica, em que pese a comunidade de Terra Caída e a Vila de Cujubim Grande não disporem de padres, sendo as celebrações conduzidas por pessoas antigas ou que prestam serviços religiosos à comunidade.

As habitações são construídas de madeira retirada da floresta, tipo palafita. Em média as casas possuem três cômodos, sala quarto e cozinha, a cobertura geralmente é de telha de amianto ou cobertura mista com telha e palha. Mas existem aquelas de um cômodo só, que utilizam como cobertura palha de babaçu, como mostra a foto a seguir.



FIGURA 7: Foto de residência, construída de madeira da floresta e coberta de palha. Foto: Elaine, abril 2006

Em Terra Caída, um morador é quem reúne os jovens para ensaiar os cantos para a realização dos ritos religiosos e das missas com a presença de um padre quando essas acontecem, principalmente nos festejos religiosos. Existe um grupo de evangélicos, onde ocorre uma divisão, que se percebe tênue entre os dois segmentos. Fato observado quando da visita ao local onde aconteceu o festejo da padroeira Nossa Senhora de Fátima, próximo à Escola Municipal, no período de 27 de julho a 04 de agosto. Foi perguntado às crianças se todas participariam do festejo, um menino se adiantou apontando para duas crianças dizendo que aquelas não estariam no festejo porque eram evangélicas. Nesses festejos ocorre uma divisão na Comunidade, ainda que transitória, em razão do credo religioso. Essa cisão pode influenciar o relacionamento e causar a ruptura do compadrio, dificultando o processo de socialização comunitária e na produção familiar.

Trata-se de uma comunidade muito pequena, onde a precariedade marca a vida das pessoas, que sofrem por falta de uma infra-estrutura mínima para uma qualidade digna de vida.

É o retrato da condição em que vive um grande número de ribeirinhos da Amazônia na contemporaneidade, essa situação tem contribuído para a diversidade de

opiniões que debatem as estratégias de desenvolvimento regional sob diferentes prismas.

Conta com uma escola Municipal de Ensino Fundamental Leocádio Pardo, de alvenaria, com 02 (duas) salas de aula, o local onde fazem a merenda é de madeira. O ensino oferecido é do 1º até ao 5º ano, com salas multiseriadas, com dois professores para atender 30 alunos. A Escola é beneficiada pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. A seguir foto da mesma, mostrando ao lado a Igreja da comunidade.



FIGURA 8: Foto da Escola de Terra Caída, ao lado a Igreja Católica da Comunidade. Foto: Elaine, abril de 2006.

O Posto de Saúde funciona de forma precária, o atendimento diário se restringe mais a exame de malária, que no mês de abril foram realizadas 27 (vinte e sete) Lâminas das quais 14 (quatorze) resultaram positivo, ou seja mais de 50%.

O que motivou a escolha da segunda comunidade a ser estudada Vila do Cujubim Grande, foi à proximidade com a Capital do Estado Porto Velho, ter como via de acesso a fluvial e a terrestre e contar com a existência de uma Associação de Mulheres, a primeira que se tem conhecimento entre todas as demais comunidades. Como também, tratava-se de uma comunidade que não foi incluída pelo Programa de Extensão Universitária – PROEXT. Fatos esses que ensejavam a possibilidade de uma análise comparativa, sob as condições estruturais da comunidade, de vida das pessoas

que nela moram, do trabalho desenvolvido pelas mulheres e de como são engendradas as relações de gênero entre os atores sociais dessas comunidades.



FIGURA 9: Vista parcial da Vila do Cujubim Grande, adolescentes ensaiando para Festa Junina. Foto Elaine, junho 2006.

Em que pese estar a 30 (trinta) quilômetros de Porto Velho, Cujubim Grande apresenta uma deficitária infra-estrutura no que se refere à oferta dos serviços públicos de saúde, educação, saneamento básico e meio de transporte. Conta com o número de 176 (cento e setenta e seis) famílias, cadastradas junto ao Posto de Saúde. (Incluindo a Vila do Cujubim Grande e o Cujubinzinho)

A entrada na comunidade, através da subida da barranca, nos traz à primeira vista um grupo pequeno de casas mais próximas uma das outras, que podemos chamar de vila de Cujubim Grande, a maioria de madeira, uma igreja católica pequena, vizinha ao Posto de Saúde e três estabelecimentos comerciais que funcionam como mercado e bar agregado. A Padroeira é a Nossa Senhora Imaculada Coração de Jesus, cujo festejo aconteceu nos dias 12 e 13 de agosto, com realização de missa e no encerramento são celebrados batizados e casamentos em grupos.



FIGURA 10: Vista da Vila do Cujubim Grande, a partir da subida da barranca. Foto: Elaine, junho de 2006.

As casas tipo palafita, dispersas ao longo do rio, com trilhas largas que possibilitam o transporte de veículos, sendo a bicicleta o meio de transporte mais utilizado pelos moradores.

A visita ao Posto de Saúde escancara de súbito a situação precária. O prédio está em péssimas condições, com parte do reboco e da pintura danificados pelo tempo e a falta de manutenção ressalta aos olhos. Praticamente inexistente mobiliário e a insuficiência de medicamentos é uma constante.

Entre os serviços prestados em função do Programa de Saúde da Família consta à visita familiar quando se pesa e avalia crianças de até 5 (cinco) anos. O Pré-natal só acontece quando a equipe médica está completa, contando com a presença da enfermeira. É ofertado o serviço de aferir a pressão arterial e a coleta de sangue para exame de malária, cujo índice é preocupante, só no mês de junho 79 (setenta e nove casos) positivos, com a incidência maior de Vivax.

O Posto de Saúde não tem médico lotado na unidade, não possui ambulância e nem telefone. Como inexistente, também, telefone público na comunidade. Quando aparecem os casos de urgência a Diretora do Posto tenta entrar em contato com o médico utilizando o próprio celular, para orientar quando de casos aparentemente mais graves, mas nem sempre consegue falar com o mesmo, como aconteceu no dia da

aplicação do questionário e da entrevista com a referida servidora. Informou que por inúmeras vezes precisou fazer mais de uma viagem de Cujubim a Porto Velho à noite, para transportar enfermos em casos graves que requer pronto atendimento.

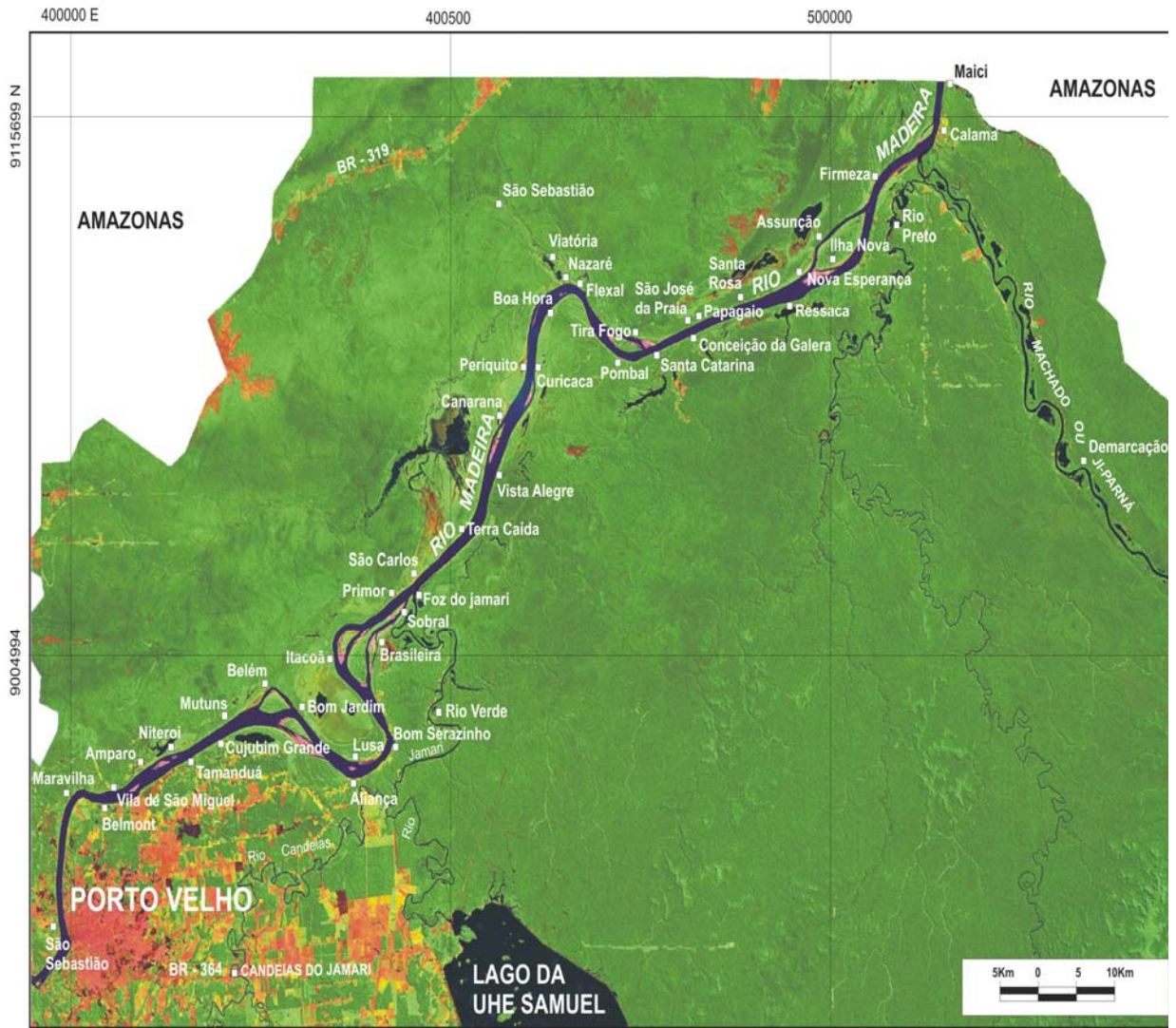
A comunidade conta com duas escolas, uma Estadual extensão da Escola Orlando Freire, para o ensino médio e a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Deiguimar Moraes de Souza, com 09 (nove) salas de aula, com a oferta de educação infantil à 9ª série do ensino fundamental, nos turnos da manhã e tarde. Apresenta um índice de evasão muito grande, bem como uma distorção de idade e série dos alunos. A fotografia a seguir demonstra que a referida Escola passou, recentemente, por uma reforma demonstrando uma boa estrutura física.



FIGURA 11: Foto da Escola Municipal Deiguimar Moraes de Souza. Foto: Elaine, junho de 2006

Para melhor situar o leitor, demonstra-se o mapa de localização das Comunidades Pesquisadas.

MAPA DAS LOCALIDADES AO LONGO DO RIO MADEIRA DE SÃO SEBASTIÃO À CALAMA.



Fonte: EMBRAPA MONITORAMENTO POR SATÉLITE.

Elaboração: EMBRAGEO - EMPRESA BRASILEIRA DE GEOPROCESSAMENT

CAPÍTULO II

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nunca, nem nos nossos sonhos mais desvairados, imaginávamos que teríamos que reinventar tanto a ciência como a própria teorização, para entender a experiência social de mulheres. (HARDING, 1986, *apud* GIFFIN, 1999, p.81).



FIGURA 12 : Ilustra dia de trabalho de uma moradora em São Carlos. Foto: Elaine, abril 2006.

2.1 UMA BREVE IMERSÃO NO FEMINISMO.

O feminismo, como movimento social organizado e com objetivos específicos traçados, surge na Revolução Francesa, mais nitidamente nas décadas de 1780 e 1790, quando as pioneiras feministas já bravamente lutavam em busca de conquistar a cidadania para as mulheres.

É preciso lembrar a legendária Olympe de Gouges, que lutou heroicamente, junto aos homens, pelos ideais burgueses da Revolução Francesa, que tinha o lema de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*. Publicou o texto intitulado *Os Direitos da Mulher e da Cidadã*, no qual propunha a inserção da mulher na vida política e civil em condição de igualdade com os homens. Como consequência de seus atos acabou sendo guilhotinada, mas não conseguiram calar a sua voz e nem apagar da memória de muitas mulheres, suas palavras que repercutem até os dias atuais: “Se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela também deve ter o direito de subir à tribuna”.

O novo feminismo que eclode nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Inglaterra, guarda estreita relação com cenários de grande efervescência política e cultural daquele momento histórico, propiciando o surgimento de fortes movimentos sociais (PINTO, 2003, p.41).

Enquanto que no Brasil o clima era de tensão, repressão, medo e morte, a ditadura militar estava em cena, coincidindo com o período da modernização da sociedade por meio do “milagre econômico”; e assim, impulsionado por essa situação interna e sofrendo influências do outro hemisfério, formou-se o caldo cultural propício para que ao longo da década de 70, surgi-se e se desenvolvesse o movimento feminista brasileiro, onde as mulheres lutavam pela mudança de papéis atribuídos a elas pela sociedade. Na concepção de Golberg (1987) o movimento feminista teria sido gerado num contexto peculiar caracterizado pelo entrelaçamento da modernização da sociedade e consolidação do regime autoritário; causando forte impacto sobre as estruturas socioeconômicas, sobre as instituições políticas e principalmente sobre o modo de pensar e de agir das pessoas, notadamente das mulheres.

O que viria a ser conhecido como a primeira fase do feminismo, era denominado “*feminismo da igualdade*”, ao reivindicarem o princípio da igualdade de direitos para ambos os sexos, como oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões, além de denunciar e protestar contra todos os tipos de discriminações e violências cometidas contra as mulheres.

Após a fase de denúncia, surgia o interesse de colocar a mulher como centralidade dos estudos e pesquisas acadêmicas, abrindo espaço para tornar a mulher visível, não apenas ressaltando a sua presença nos mais distintos espaços e papéis por elas desempenhados, mas, sobretudo ressaltando que as relações estabelecidas entre homens e mulheres e que redundavam em desigualdades políticas, econômicas e sociais, induziam a papéis diferenciados segundo o sexo, e estavam relacionados ao princípio da hierarquia, com a subalternidade da mulher.

No final da década de 70 e início dos anos 80, as feministas entenderam que era necessário ir além, fazer uma imersão na realidade social na qual estava inserida a mulher e analisar o processo hierárquico e sócio-histórico da desigualdade entre os sexos, mas passando a perceber a diferença como enriquecedora da cultura firmando a fase que viria a ser conhecida como “*feminismo da diferença*”.

Isto posto, na medida em que o movimento feminista denunciou a ordem social patriarcal vigente e lutava pela igualdade e contra a opressão e subalternidade da mulher, questionando também as noções de masculinidade e feminilidade, pressupõe-se o renascer de uma consciência de gênero, na qual estão projetadas e remodeladas as desigualdades vivenciadas por determinadas mulheres, em um dado momento histórico (SARDENBERG, 1993 *apud* COSTA 1998).

Portanto, além das questões sociais e políticas, o movimento redireciona os seus esforços para as elaborações teóricas, uma nova teoria que levasse em conta as mulheres como sujeitos históricos, antes relegadas à invisibilidade social.

Pode-se falar de outra fase dos estudos sobre mulheres. A “partir daí que a história das mulheres passou a focalizar os relacionamentos entre homens e mulheres, e de como gênero era construído.” (MARIA PEDRO, 1994 *apud* OLIVEIRA, 1996, p.18).

2. 2 RELEVÂNCIA DOS ESTUDOS DE GÊNERO

Assim, partindo do pressuposto de que as palavras têm e fazem história, o conceito de gênero guarda uma estreita relação com a história do movimento feminista contemporâneo. Foi através das feministas anglo-saxãs que surgiu *gender* sendo utilizado como distinto de *sex* (LOURO, 2004). Gênero é um conceito das ciências sociais que se refere à construção social do sexo. Este conceito possibilita fazer a distinção entre a dimensão biológica da social. Assim, pode-se dizer que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a especificidade de ser homem e ser mulher é realizada pela cultura. (HEILBORN, 1991).

O gênero passou a ser empregado como forma de rejeitar um determinismo biológico implícito no uso dos termos como sexo ou diferença sexual, na medida em que gênero abarca uma dimensão social, cultural e, portanto, simbólica que termina por influenciar as ações e comportamentos de homens e mulheres, estabelecendo padrões de comportamento e papéis a serem desempenhados por cada um. Pode-se assim dizer que o gênero distingue o sexo social, como construção social e cultural, do sexo biológico que se define pela anatomia humana. De acordo com Gerda Lerner gênero seria:

A definição cultural de uma conduta como apropriada aos sexos em uma sociedade dada em uma época dada. Gênero é uma série de papéis culturais. É um disfarce, uma máscara, uma camisa de força na qual homens e mulheres dançam sua dança desigual. (LERNER *apud* ALVES, 2001, p.71).

E assim vão se moldando, também, o comportamento que se espera de uma pessoa de um sexo determinado, como produto das convenções sociais acerca do gênero em um determinado contexto social.

Essa categoria de análise histórica passa a dar conta de um conjunto de relações que dá sentido e passam a modelar a vida em sociedade, contribuindo para o entendimento de como as sociedades humanas construíram e interpretam as diferenças biológicas entre os sexos, que redundam em desigualdades entre homens e mulheres. Recoloca-se, assim, o debate no campo do social, onde se constroem e se reproduzem às relações entre os sujeitos.

A historiadora Joan Scott traz importante contribuição para os estudos das Ciências Sociais e Humanas ao fazer considerações acerca da importância da categoria gênero como instrumento de análise, segundo ela: “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e [...] é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (1990, p.12).

Essa definição de Scott possibilita focar como se estabelecem as relações de dominação entre os sexos, como são elaborados os distintos papéis, a divisão sexual do trabalho; enfim como foram delineadas as subjetividades pessoais e coletivas na sociedade, sem perder de vista o tempo em que acontecem.

Portanto, a abordagem de gênero é instrumento eficaz de análise, que permite a imersão na dinâmica das relações de gênero, nas suas diversas nuances, num dado momento histórico e em uma determinada cultura. Assim, pensar gênero implica entender que ele se constitui dentro do que Saffioti (1994), Heilborn(1992), chamam de universo conceitual relacional, isto é, não apenas gênero não é sinônimo de mulher, mas ele regula para além da relação homem-mulher, como também a relação mulher-mulher e homem-homem, já que é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros.

Dessa forma, ainda que essa pesquisa enfoque com mais precisão a mulher ribeirinha, estaremos fazendo isso de forma a torná-la mais visível, fazendo referência também aos homens, quando da compreensão do modo de vida, do trabalho e de como as relações acontecem entre esses sujeitos.

Partilha-se da posição proposta por Macedo (1999), quando defende a necessidade de se compreender a interconexão de determinadas categorias sociais sempre articuladas ao contexto sócio-político, para a construção de relações sociais. Assume-se, também, nesse trabalho considerar sexo e gênero uma unidade, por partilhar do entendimento da Saffioti quando diz: “que não existe uma sexualidade biológica, independente do contexto social em que é exercida.” (2006, p. 21). Essa postura favorece a compreensão dos processos que envolvem as mulheres que exercem diversas atividades no meio ribeirinho como além de trabalhadoras no sentido formal e informal, ainda são responsáveis pela árdua tarefa de ser mãe e esposa,

transmitindo valores e moldando os comportamentos das novas gerações, em meio ao caldo cultural do “jeito” de “ser” e “viver” do ribeirinho

Enfim, descortina-se o mundo familiar numa vibrante variedade de formas de organização, de relação entre homens e mulheres, de diferentes idades, variado nível de educação formal, com valores e práticas calcadas na tradição, em busca de soluções para enfrentamento das dificuldades que se apresentam no cotidiano.

Partindo do fato de que as mulheres não se constituem um grupo homogêneo e universal, pelo contrário, são heterogêneos e estão situados em contextos diversos e condições distintas, é que se pode afirmar que se deve considerar também uma diversidade de categorias, visto que ela perpassa outras dimensões além de gênero como classe, raça/etnia e idade/geração (MACEDO, 1999).

Portanto, é condição *sine qua non* nesse estudo, o reconhecimento da importância de uma análise capaz de compreender como a sobreposição desses fatores influencia os processos que envolvem as mulheres, num contexto rural, levando em conta, ainda mais, as especificidades de uma comunidade ribeirinha.

É preciso compreender o que é função da natureza, biológica, e o que é construção da cultura, de forma a identificar que as relações entre homens e mulheres são relações sociais, inclusive, também, aquelas para fins de reprodução e produção, que envolvem questões sociais, políticas e econômicas. O fator cultural é de suma importância para os estudos e pesquisas de gênero, na medida em que:

As concepções culturais de masculino e feminino como duas categorias complementares, mas que se excluem mutuamente, nas quais todos os seres humanos são classificados e formam, dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais. (LAURETIS, 1994, p.211)

Significações culturais que ganham dimensão em se tratando de uma comunidade ribeirinha, tida como população tradicional, cujo conceito atribuído por Silva, como sendo:

A população constituinte que possui um modo de vida peculiar que as distingue das demais populações do meio rural ou urbano, que possua sua cosmovisão marcada pela presença das águas. Para estas

populações, o rio, o lago e o igarapé não são apenas elementos do cenário ou paisagem, mas algo constitutivo do modo de ser e viver do homem. Dessa forma, quando estabelecemos nossa conceituação, temos claro que nem todas as populações humanas que vivem às margens dos rios são consideradas ribeirinhas. (2000, p.32).

Portanto, utilizamos nesse trabalho a categoria de análise gênero, por se tornar eficaz, na medida em que:

Os estudos de gênero têm contribuído de forma ímpar para desvendar os processos de exclusão aos quais as mulheres estão submetidas e que geram situações de extrema desigualdade social. (BRUSCHINI e UNBEHAUM, 2002, p.10).

Oportuno ressaltar que nesse trabalho a mulher tem um maior enfoque, por buscar retratar o gênero feminino em várias nuances do cotidiano, de que maneira as relações são articuladas no interior da família e fora dela, analisando o papel da mulher-mãe enquanto geradora dos filhos, e também responsável pela manutenção da família. Sem perder de vista os “símbolos culturais” colocados à disposição dos indivíduos e que são repassados de geração a geração. Como se dá o processo de socialização de meninas e meninos que determina os ensinamentos de uma conduta que deve ser seguida por um e por outro, sob pena de quebra dos padrões socialmente estabelecidos, ou das regras socialmente impostas, como se queira dizer.

2.3 CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DE GÊNERO PARA A VISIBILIDADE DA MULHER.

Tornar visível a mulher sempre foi o objetivo precípua dos estudos e pesquisas sobre mulher e relações de gênero na contemporaneidade. Para Louro “a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência”. (2004, p.17).

Saffioti também alerta que:

É absolutamente imprescindível que esta trajetória seja descrita para que haja empoderamento das mulheres enquanto categoria social. Há uma tensão entre a experiência histórica contemporânea das mulheres e sua exclusão dos esquemas de pensamento que permitem a interpretação desta experiência. (2006, p.14)

É certo que em todas as civilizações as mulheres sempre estiveram participando ativamente de atividades que nem sempre foram reconhecidas e computadas como trabalho. Na procura de alimentos para o sustento próprio e dos membros das famílias desenvolveram a agricultura, como também partiu da iniciativa das mulheres a domesticação dos animais.

No decorrer da história, a ausência de reconhecimento de diversos tipos de trabalhos desempenhados pelas mulheres no dia a dia é parte constituinte das relações de gênero no Brasil e em vários outros países.

Michelle Perrot, historiadora francesa, é um dos cânones na busca pelo reconhecimento do papel das mulheres na sociedade, bem como da luta pelo resgate da mulher da condição de excluída, como são tratados em sua obra *Os Excluídos: os operários, as mulheres e os prisioneiros*.

Nesse trabalho, Michelle Perrot faz citação da obra de Georges Duby em *Lê Chevalier, la Femme et lê Prêtre* (O cavaleiro, a mulher e o padre) quando este ressalta o fato das mulheres se manterem como “objeto do poder masculino, elemento de troca nos arranjos matrimoniais e finalmente, muito silenciosas. Fala-se muito. O que se sabe delas?” fazendo o autor esta indagação a título de conclusão.

Para ressaltar a invisibilidade das mulheres no mundo do trabalho, a socióloga e pesquisadora Cristina Bruschini nos proporciona uma grande lição ao alertar para o fato de que os procedimentos metodológicos utilizados para aferir o trabalho sempre ocultaram a contribuição feminina, uma vez que sempre tomavam

Como modelo o trabalho regular, contínuo e formalmente remunerado segundo as regras da economia de mercado, predominante nos países capitalistas mais avançados, os critérios de captação de informações sobre trabalho se mostraram inadequadas para perceber a atividade econômica da mulher. (BRUSCHINI, 1994, p.63)

Na Amazônia brasileira, a situação ainda é por demais desalentadora no que se refere ao reconhecimento da contribuição da mulher para a produção e reprodução da vida social das comunidades. Essa situação não se restringe ao fato do não reconhecimento da condição de trabalhadoras, mas, também, pela escassez dos estudos e pesquisas acadêmicas acerca da mulher na qualidade de sujeito da história.

Em que pese à homenagem prestada às mulheres amazônicas, ao terem sido referenciadas pelo mestre Paes Loureiro quando poeticamente diz:

A Amazônia é fêmea e contém o amor de fêmeas que celebram esse amor dissonante no qual se abismam. Um devastado amor não compreendido. Epifania de um Eros no espelho de si mesmo. Uma cultura que deve ser compreendida com emoção nas regras que de si mesma emanam e a legitimam. (1995,p.14).

Outros pesquisadores e estudiosos vêm contribuindo para resgatar das sombras do anonimato homens e mulheres que com seus esforços, relação com a natureza e trabalho árduo estão contribuindo para a manutenção da vida e fomentando as relações sociais comuns a qualquer sociedade, guardadas às peculiaridades regionais e culturais.

A pesquisadora Nascimento Silva, é um exemplo do esforço emergente da academia em estudar, pesquisar e produzir conhecimento relacionado com a temática das mulheres, que por séculos ficaram excluídas do processo histórico, ao destacar o trabalho das mulheres nos antigos seringais¹⁶, as quais exerceram a atividade do corte e coleta do látex, enfatizando o fato de que “esta é uma realidade pouco conhecida”, mesmo tendo a pesquisadora em sua família pais e avós seringueiros, demonstrando o silêncio que permeia essas questões relacionadas com a vida das mulheres à época da colonização e até os dias atuais.

A antropóloga Ligia Simonian¹⁷ contribui para o debate sobre desenvolvimento sustentável e os modos de vida harmônica com o meio ambiente dessas populações, enfatizando a importância do papel das mulheres nas práticas cotidianas na perspectiva de seus conhecimentos que são adquiridos e repassados às demais gerações.

As práticas diárias das mulheres referentes à preparação de alimentos, a manuseio com plantas medicinais, como os chás que são frequentemente utilizados para vários tipos de doenças, enfim, garantindo, por assim dizer, a sobrevivência dos

¹⁶ Maiores detalhes consultar a Obra o Espaço Ribeirinho. São Paulo, Terceira Margem,2000.

¹⁷ Obra recentemente publicada:Mulheres da Floresta Amazônica: entre o trabalho e a cultura. NAEA/UFPA.2001.

grupos humanos que habitam essas comunidades que são, muitas delas, isoladas por quilômetros de distância umas das outras.

Loureiro ressalta bem esse isolamento da área rural ribeirinha quando se refere à expressão que designa o mundo rural como “o lugar das tensões próprias dessa sociedade onde os grupos humanos estão dispersos ao longo de extensos espaços e onde se acham mergulhados numa idéia vaga de infinitude...” (1995, p.56).

Essa inserção dos grupos humanos em meio à imensidão da Amazônia, parece-nos que favorece, sobremaneira, a invisibilidade das pessoas de uma maneira geral, como enuncia Damatta: “... nos sistemas tradicionais e semitradicionais, onde o indivíduo é muito menos visível...” (1997, p.43), corrobora para a necessidade de pesquisas, debates, enfim chamar atenção para questões relevantes como o desenvolvimento que se pretende para a Amazônia e para os homens e mulheres que nela vivem.

CAPÍTULO III

O COTIDIANO DAS MULHERES RIBEIRINHAS.

A história do desenvolvimento da sociedade humana foi narrada quase sempre pelos homens e a identificação dos homens com a “humanidade” tem tido como resultado, quase sempre, o desaparecimento das mulheres dos registros do passado. (JOAN SCOTT, 1992, p.39).



FIGURA 13: Ribeirinho navegando no Rio Madeira. Elaine, maio 2006.

Neste capítulo, faz-se uma análise de como transcorre o cotidiano das mulheres, que mantêm um vínculo muito forte com o cenário e o contexto social do qual

fazem parte e são por elas constituídos, enquanto sujeitos sociais. Focalizando o espaço que envolve a casa (privado), bem como o roçado/quintal, o terreiro ao redor da casa, enfim o espaço público onde as relações sociais com os demais membros da comunidade são estabelecidas.

Torna-se mister registrar, que esses espaços são revestidos de grande complexidade, uma vez que são constituídos em função das relações sociais, permeadas por necessidades de apoio mútuo, ainda mais quando se trata de relações de parentesco, como sendo uma das características dessas comunidades ribeirinhas: “As comunidades vão se formando a partir das divisões familiares...” (SILVA & SOUZA, 2002, p.28).

A emergência dos estudos com enfoque de gênero, permite lançar um novo olhar sobre a noção da vida cotidiana, que durante muitos anos ficou ignorado pela “história oficial”. Não se pode desmerecê-la uma vez que:

História do cotidiano é uma visão autêntica da história porque representa uma das melhores formas de abordagens da história global, na medida em que atribui a cada ator e a cada elemento da realidade histórica um papel, no funcionamento dos sistemas, que permite decifrar essa realidade. (LE GOFF apud OLIVEIRA, 1996, p.33).

É preciso ressaltar que não temos a ousadia de abordar a vida cotidiana sob todos os ângulos possíveis e imagináveis que ocorrem nesse cenário, uma vez que falar de cotidiano é falar das dimensões múltiplas da vida das pessoas. Para Carvalho e Netto a vida cotidiana é:

Aquela vida dos mesmos gestos, ritos e ritmos de todos os dias: é levantar nas horas certas, dar conta das atividades caseiras, ir para o trabalho, para a escola, para a igreja, cuidar das crianças, fazer o café da manhã, fumar o cigarro, almoçar, jantar, tomar a cerveja, a pinga ou o vinho, ver televisão, praticar um esporte de sempre, ler o jornal, sair para um papo de sempre, etc... Nessas atividades, é mais o gesto mecânico e automatizado que as dirige que a consciência.(2000, p.23).

Mesmo que se apresente com conteúdos repetitivos e de certa forma demonstre “previsibilidade”, nem por isso esses fatos se excluem como acontecimentos históricos, como alerta Agnes Heller ao ressaltar que a “vida cotidiana não está ‘fora’

da história mas no 'centro' do acontecer histórico: é a verdadeira 'essência' da substância social" (1992, p.20). Portanto, parte-se do pressuposto que os acontecimentos históricos têm origem na vida cotidiana dos sujeitos sociais.

Para compor esse corpo heterogêneo da vida cotidiana, alguns elementos são partes vitais, a saber:

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividades. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazares e o descanso, a atividade social sistematizada. (HELLER, 1992, p.18)

Dessa forma, será dado ênfase à organização do trabalho das mulheres no seu dia a dia, as relações delas com o marido, com os filhos e filhas, como são divididas as atividades domésticas entre os membros da família, bem como o praticado fora do lar, o que fazem e consideram como descanso/lazer e se participam de alguma atividade social na comunidade.

O trabalho aqui referenciado tomando de empréstimo a definição de Bruschini, como sendo: "toda atividade necessária para o bem-estar dos indivíduos, das famílias e de toda a sociedade" (1994, p.64), chamando à atenção para o fato de que assim analisado, "o trabalho feminino estará em toda parte: no preparo da comida, na limpeza das casas e das roupas, na organização e gerência do lar, na formação das futuras gerações e em inúmeros outros afazeres..." (ibidem p.64). Dessa forma, procura-se fugir da generalidade de se considerar como trabalho apenas o que se pode agregar algum valor monetário.

3.1 DIMENSÕES E REFLEXOS DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Já é por demais debatido e, portanto conhecido, que a divisão sexual dos papéis é comprovadamente existente nas sociedades humanas, sendo moldadas de acordo com as normas e regras culturais de cada grupo social. A sociedade em que vivemos também está organizada por critérios de diferenciação de gênero, que importam atitudes, comportamentos e experiências sociais diversificadas para homens e mulheres. (HEILBORN, 1991)

A distinção do que é atribuído ao homem e/ou a mulher, foi fundada no determinismo biológico, demarcando a atuação do homem ao espaço público e o da mulher à esfera privada, relacionada com a casa e a família. Torna-se oportuno reconhecer que existe uma variação da divisão sexual do trabalho, mas que todas as sociedades se organizam em torno desta divisão, que tem sua origem na família e se dissipa pela sociedade, apresentando uma expressiva variabilidade. (QUINTAS, 2000).

Essa distinção de papéis vem se atenuando ao longo dos séculos, por vários fatores. A entrada da mulher no mercado de trabalho é um deles, motivado por questões econômicas e sociais que levaram à mulher a ocupar espaços públicos, em busca da sobrevivência e de uma qualidade de vida melhor para a sua família; tanto que hoje existe um número expressivo de lares chefiados por mulheres. Como, também, pelo esforço conjunto de organização de mulheres e de estudiosos que começaram a debater a questão da opressão e desigualdades, principalmente a partir da década de 80 no Brasil, quando se começou a ganhar espaço acadêmico o estudo de questões referentes à mulher sob a perspectiva de gênero.

No entanto, ainda persistem as representações ideológicas e as desigualdades de gênero que terminam por sobrecarregar e colocar a mulher em situação de desvantagem com os homens na esfera do trabalho.

De acordo com as pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho, já se autoriza o reconhecimento de que as obrigações domésticas impõem limites de oportunidades de trabalho ofertados às mulheres no mercado de trabalho, acarretando carreiras descontínuas, salários mais baixos, ainda que tenha o mesmo nível de escolaridade do homem e jornadas em tempo parcial. (SORJ, 2004)¹⁸

¹⁸ Sobre a questão consultar a Pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”. Realizada por iniciativa da Fundação Perseu Abramo em parceria com a Secretaria Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores (PT), Julho, 2004.

Portanto, a diferença biológica entre os sexos tem legitimado uma hierarquização que se materializa numa assimetria que tem propiciado à mulher uma posição de inferioridade, que durante muito tempo foi entendida e reinterpretada como se fosse próprio da “essência” do macho e da fêmea o lugar que ocupa no mundo. Assentado nessa mesma divisão biológica, foi sendo moldado uma divisão entre papéis sexuais masculinos e femininos, com base numa concentração de qualidades tidas como “próprias” ou “adequadas” a cada um deles.

Com base na atribuição de papéis distintos para homens e mulheres, ainda que com algumas flexibilidades dependendo da cultura e do tempo histórico vivenciado por cada um, a divisão sexual do trabalho designou a atribuição do gênero masculino na produção social de bens e o gênero feminino na produção social de seres humanos, ou seja, na reprodução. (COMBES e HAICALUT apud SANTANA, 1997, p.111). Essa atribuição tem se respaldado no fato da gestação e do parto, logo a mulher tem uma maior participação na reprodução dos seres humanos. E assim restou a ela todos os trabalhos relacionados à reprodução de uma maneira geral, assumindo de forma definitiva seu papel de mãe e de esposa, em outros tempos caberia a expressão de “rainha do lar.” Uma expressão que por séculos serviu para manter as mulheres “invisibilizadas” para a esfera pública, onde mais facilmente acontece a produção de bens e, portanto, é mais valorizada.

Não se pode esquecer que são expressões de uma cultura que vão sendo matizadas de acordo com as classes sociais, gerações e do período histórico em que acontecem.

Heilborn reforça quando diz:

Se homens e mulheres como integrantes da cultura estão submetidos às mesmas convenções sociais, ainda que com papéis distintos, a mulher é por assim dizer capturada uma segunda vez na malha de uma suposta naturalidade. Na medida em que a família implica necessariamente uma divisão sexual do trabalho, o cuidado com a prole é sempre destinada às mulheres e este se situa para além do papel propriamente reprodutivo, mas ainda assim recebe uma carga simbólica de atributo pré-social da condição feminina. (1991, p.29).

Do exposto se depreende que esta vinculação da mulher ao trabalho reprodutivo, como condição de natureza feminina, encontra respaldada numa outra

subordinação, a das mulheres aos homens, que é consubstanciada pela divisão sexual do trabalho.

Nos subitens seguintes, aprofundar-se-á a análise dos papéis assumidos pelas mulheres nas comunidades, e como as relações de gênero são construídas na cotidianidade da história de suas vidas.

3.2 MULHERES RIBEIRINHAS: UMA EXISTÊNCIA DE “LUTAS” E REALIZAÇÕES

O objetivo deste subitem é fazer uma análise das diversidades de papéis assumidos pelas mulheres nas comunidades de Terra Caída e Vila do Cujubim Grande, fazendo uma descrição das condições em que se realiza a participação delas na unidade doméstica, como também a atuação no roçado, na pesca e demais atividades do cotidiano, levando em conta a especificidade de uma comunidade ribeirinha. Tendo como respaldo de análise as relações de gênero, enfocando as condições sociais e a trama das relações entre homens e mulheres, no grupo familiar, na comunidade, *lócus* dessas relações sociais, como forma de resgatar as histórias dessas mulheres que são pouco conhecidas, mas que constroem e reconstroem, juntamente como os homens, a teia do cotidiano.

Sabe-se que em todas as civilizações as mulheres sempre estiveram participando ativamente de atividades que nem sempre foram reconhecidas e computadas como trabalho. Na procura de alimentos para o sustento próprio e dos membros das famílias desenvolveram a agricultura, como também partiu da iniciativa das mulheres a domesticação dos animais.

No decorrer da história da cultura ocidental, a ausência de reconhecimento de diversos tipos de trabalhos desempenhados pelas mulheres no dia a dia é parte constituinte das relações de gênero no Brasil e em vários outros países.

Michelle Perrot, historiadora francesa, é um dos cânones na busca pelo reconhecimento do papel das mulheres na sociedade, bem como da luta pelo resgate da mulher da condição de excluída, como são tratados em sua obra *Os Excluídos: os operários, as mulheres e os prisioneiros*.

Nesse trabalho Perrot faz citação da obra de Georges Duby em *Lê Chevalier, la Femme et lê Prêtre* (O cavaleiro, a mulher e o padre) quando este ressalta o fato das mulheres se manterem como “objeto do poder masculino, elemento de troca nos arranjos matrimoniais e finalmente, muito silenciosas. Fala-se muito. **O que se sabe delas?**” fazendo o autor esta indagação.

Para ressaltar a invisibilidade das mulheres no mundo do trabalho, a socióloga e pesquisadora Cristina Bruschini, com seus ensinamentos, proporciona uma grande lição ao alertar para o fato de que os procedimentos metodológicos utilizados para aferir o trabalho sempre ocultaram a contribuição feminina, uma vez que sempre tomavam:

Como modelo o trabalho regular, contínuo e formalmente remunerado segundo as regras da economia de mercado, predominante nos países capitalistas mais avançados, os critérios de captação de informações sobre trabalho se mostraram inadequadas para perceber a atividade econômica da mulher (BRUSCHINI, 1994, p.63).

A partir da abordagem da questão sob a perspectiva de gênero, tornou-se possível o conhecimento das relações sociais entre os sexos, possibilitando uma outra forma de apreender e analisar a realidade social.

Na Amazônia brasileira, a situação ainda é por demais desalentadora no que se refere ao reconhecimento da contribuição da mulher para a produção e reprodução da vida social das comunidades. Mesmo tendo sido reverenciadas pelo mestre Paes Loureiro quando poeticamente relaciona a Amazônia a feminilidade:

A Amazônia é fêmea e contém o amor de fêmeas que celebram esse amor dissonante no qual se abismam. Um devastado amor não compreendido. Epifania de um Eros no espelho de si mesmo. Uma cultura que deve ser compreendida com emoção nas regras que de si mesma emanam e a legitimam. (1995, p.14).

Muito pouco se tem registrado na história, do esforço de mulheres que lutaram bravamente para sobreviverem, juntamente com seus companheiros, e formarem as populações constituintes da Amazônia.

É preciso lembrar os aspectos históricos da extração da borracha nos seringais da Amazônia, onde as mulheres eram tidas como “mercadoras” e “objeto” de troca. Entretanto, pouco se tem evidenciado sobre o árduo trabalho desempenhado

pelas mulheres nesses seringais e que foram responsáveis pela reprodução da força de trabalho.

Quanto às mulheres ribeirinhas, pouco se sabe sobre elas, os registros históricos praticamente inexistem, em que pese participarem de todos os setores da vida nas comunidades. Estão presentes na esfera do trabalho doméstico, religioso e no meio da produção de alimentos, mas apenas como um elemento de apoio ao homem (chefe de família), continuam imersas na condição de coadjuvantes na história de suas próprias vidas.

3.2.1 O Trabalho Doméstico: Um serviço sem fim.

A partir de uma análise de gênero, pode-se dizer que pela tradicional divisão sexual do trabalho, geralmente cabe às mulheres as atividades domésticas, o cuidar da família, dos filhos, dos doentes e dos idosos e dos demais afazeres relacionados com a organização e funcionalidade do lar. E a forma “como as famílias dividem as tarefas domésticas é revelador tanto de sua relação com o mundo do trabalho e suas estratégias de sobrevivência, mas também da dinâmica das relações de gênero e de socialização das crianças” (HILLESHEIM, 2004, p.39)

As atividades do dia a dia para as mulheres começam muito cedo, costumam dizer: “antes de o dia começar a clarear”. Percebe-se que a noção de espaço e tempo é muito peculiar nessas comunidades. Segundo Damatta o tempo e o espaço são construções da sociedade dos homens, por essa razão “não há sistema social onde não exista uma noção de tempo e outra de espaço” (1997, p.33). Observa-se que as pessoas não têm o hábito de andar com relógios, são guiados por algo que parece incompreensível e misterioso ao forasteiro, assim como tudo o que cerca a Amazônia e que tão brilhantemente descreveu Loureiro :

Nesta, o tempo dos homens é como algo acontecendo sensivelmente, visivelmente em derredor. Libertos do espaço pelas asas do imaginário, através do qual explicitam e submetem, à sua medida, a noção de espaço, os homens estabelecem em plenitude, sua relação com o tempo. (1995, p.57).

Percebe-se uma dinâmica diferenciada nesses grupos sociais e que está implicado em uma forma de temporalidade diferente da urbana, o fator pressa parece inexistir e tudo flui dentro de uma temporalidade compreendida e comungada por todos.

Esse modo de viver, agir, locomover e trabalhar vai ao encontro do que nos lembra Damatta:

Assim, o tempo ordinário do trabalho é marcado pela família e pelas rotinas da manutenção do corpo: comer, dormir, reproduzir-se, sustentar níveis de satisfação mínimos com a comunidade em geral, com o grupo primário e com o indivíduo em particular (DAMATTA, 1997, p.38)

Desse modo a família passa a se constituir na unidade mais importante nesses processos sociais básicos de um sistema organizacional familiar e os procedimentos rotineiros delineiam a vida de todo o grupo. É importante frisar, também, que a família promove a reposição diária da força de trabalho através do trabalho da mulher no âmbito doméstico, que ainda é socialmente desvalorizado.

Para compreender o dia de trabalho das entrevistadas, foi solicitado que descrevesse: “como é o seu dia de trabalho”? E como o seu tempo é dividido entre manhã – tarde – noite, em função das atividades de casa, da roça, da pesca e de outras que sejam efetuadas ao longo do dia. Foi interessante observar que para todas as mulheres que responderam a essa questão, o dia de trabalho começa com as atividades relacionadas com a manutenção da família. Em alguns casos é relatada a participação dos demais membros da família, como capazes de “ajudar”. No entanto, a mulher se considera responsável, fazendo referência em ser a “dona de casa”, expressão que se destacou em primeiro lugar quando foi perguntada qual a condição atual e/ou profissão naquele momento. Mesmo que se perceba uma tênue diferença, de um para outro depoimento, com relação à atividade mencionada como a primeira do dia, a seqüência que é dada muda um pouco em razão de como a mulher organiza o seu dia de trabalho. Porém, uma coisa é comum a todas, passam a maior parte do dia dedicando-se às atividades domésticas e do roçado, em prol da família, como se pode observar através de suas falas:

Bem cedo faço o café e agente bebe, aí eu vou capinar, plantar se tiver no tempo. Faço almoço e depois limpo a casa, lavo vasilha e quando dá vou pescar. De noite eu vou conversar, com os meus filho, meus neto e com o marido quando tá acordado (Rosa - TC)¹⁹

De manhã primeiro faço o café, vou varrer a casa e lavar roupa. Depois vou capinar a roça e o terreiro. Quando chega de tarde vou trabalhar na escola, vou fazer a merenda. Depois da janta assisto televisão (Mercedes -TC)

Logo que levanto faço o café, depois plantar e capinar. Quando chega de tarde faço os serviços de casa, arrumar casa, fazer comida. De noite lavo louça e vou vê televisão. (Maria – TC)

Maninha é tanta coisa...acordo de 5 (cinco) horas, faço o café, lavo as vasilha, limpo o fogão e deixo a cama arrumada. Aí depois eu vou pra casa de Dona Antonia, trabalho lá terça, quinta e sábado. Ajeito tudo na casa dela, varro casa, lavo as vasilha, lavo roupa, faço a comida, vou varrer o terreiro. Quando é segunda, quarta e sexta eu vou trabalhar na casa de Dona Zefa, lá também eu faço de um tudo, fico sempre até as 2(quatorze horas). Aí sigo pra casa e vou cuidar das minhas coisas. De noite deito cedo, às vez assisto televisão, mas vou dormir antes da novela. (Marisa – CG)²⁰

É muito serviço só eu sei. Começo o dia lavando roupa, faço o café e vou para o Posto de Saúde, o meu filho faz o almoço. Quando aparece uma folga de tarde eu vou para o roçado. O meu filho faz a janta, se não eu mesmo é que faço. A noite nem sempre consigo o descanso merecido por conta dos casos que aparece de emergência no Posto. Aí tem de carregar para Porto Velho. Já fiz isso mais de uma vez por noite. (Raimunda – CG)

Oh mulher é assim, divido o meu dia de lá prá cá, entre as tarefa de casa e da roça, ajudo o meu marido na roça e ajudo na pesca pra gente comer com a família. (Tereza – CG)

Começo de manhã logo fazendo o café, ajeito as coisas e vou pro comércio. Por volta do meio dia vou preparar o almoço. Depois de lavar a louça vou pro comércio ajudar o meu marido. De noite ajeito o que tiver para comer, lavo a louça e vou tirar a poeira da casa. (Isaura – 41 anos)

Os depoimentos demonstram que diferentemente das mulheres trabalhadoras urbanas, que deixam as suas casas para desempenharem suas atividades extra domiciliares, no meio rural ribeirinho é difícil separar com nitidez o trabalho realizado no

¹⁹ Rosa – **TC** – Significa depoimento de Rosa de **Terra Caída**

²⁰ Marisa **CG** – Significa depoimento de Marisa de **Cujubim Grande** . Procuo demonstrar que independentemente da Comunidade, as mulheres mantêm uma rotina muito parecida uma com as outras.

roçado, no terreiro, na pesca, na horta, na fabricação da farinha, do cotidiano de dona de casa. Mesmo aquelas que são contratadas pela Prefeitura como merendeira, auxiliar de serviço de limpeza ou que exerça uma função, todas se consideram primeiro como “Dona de casa”. Desta forma, ao falarem de suas atividades em casa e na “ajuda” na roça, como sendo de responsabilidade delas pela condição de ser mulher, mãe e esposa.

As atividades das mulheres são essenciais para a reprodução social do grupo familiar. Por outro lado, esses trabalhos não são valorizados por elas próprias, uma vez que não se apercebem da importância dele para a subsistência da família. Fato que ratifica esse entendimento é que praticamente todas as mulheres entrevistadas, com exceção apenas de uma que trabalha na prefeitura e o marido está desempregado, reconhecem o marido como sendo o principal responsável pelo sustento da família. O homem é a referência, também, no seio do grupo familiar.

Nas duas comunidades investigadas, em geral, não existe uma distribuição rígida de atividades por sexo, principalmente quando se faz a relação gênero X geração. Percebe-se que os mais antigos resistem mais quando se refere à participação de homens na divisão do trabalho doméstico na família.

Após o aprofundamento da conversa, as mulheres se sentem mais relaxadas, as palavras fluem com mais facilidade e a situação se reveste de maior clareza. Não são todos os homens que ajudam nas tarefas domésticas. Quando perguntadas como é feita a divisão do trabalho doméstico na família, com relação a participação do esposo/marido nessas atividades, seguem os depoimentos abaixo que ilustra bem a situação nas comunidades:

Muito pouco, ele não é dessas coisas (Rosa, 74 anos)

Também não faz nada em casa, só de vez em quando faz uma comida, quando estou muito apurada de serviço ou doente (Mercedes, 31 anos).

Só quando eu adoço ele faz algum trabalho de casa.(Rita, 34 anos)

Quando ele estava vivo não ajudava em nada, bibia muito maninha e por isso sofri muito, ele batia em mim e nos filho quando estava bêbado (Maristela, 85 anos)

Observa-se que alguns homens cooperam nos serviços domésticos como cozinhar, por exemplo, mais que não é considerado como obrigação deles. Alguns homens realizam esses serviços quando as mulheres não estão em casa, ou quando estão doentes. No entanto, algumas mulheres declararam que eles só ajudam em casa porque elas também trabalham junto com eles no roçado. Ressalta-se, portanto, que fazem na necessidade ou na ausência da mulher, mas que não são obrigações diárias ou permanentes. Daí depreende-se que a idéia de “natureza feminina” está arraigada culturalmente nessas comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira.

Quando se pergunta: segundo a opinião delas homens e mulheres deveriam dividir igualmente as atividades domésticas? As entrevistadas responderam que sim e ao serem questionadas por que, assim se pronunciaram:

“Quando os dois trabalham fora, os dois tem que dividir os trabalhos em casa. Ou ele espera calado ou ele ajuda. Às vez ele ajuda, carrega água faz café. Só lava prato quando eu estou doente.” (Marisa, 43 anos)

“Agora os direitos são iguais, mais o meu marido não é acostumado a esse tipo de serviço, ele trabalha na escola e no roçado.” (Catarina, 40 anos)

“O que o homem faz agente faz, então ele também tem que trabalhar em casa, quando eu não estou”. (Raimunda, 45 anos)

“porque trabalho tanto em casa como na roça, ele podia me ajudar melhor dentro de casa. Mas é difícil, prefiro fazer que faço logo e ligeiro.” (Elenice, 46 anos)

Em que pese o entendimento dessas mulheres de que o trabalho deveria ser igualmente dividido, as atitudes e ações que são praticadas ao longo de décadas, como reprodução natural de um jeito de ser e viver, reflete-se na realidade do dia a dia, tendo como conseqüência o fato de que a divisão sexual do trabalho doméstico ainda é considerado de responsabilidade das mulheres.

Sem a percepção e consciência do significado e da importância desse trabalho para a reprodução e manutenção de suas famílias, e não despertas ainda pela

igualdade de direitos, não se torna possível que essa situação seja modificada e que elas possam usufruir um pouco mais de tempo para dedicarem a si mesmas, e dessa forma contribuir para que essa igualdade de direitos entre homens e mulheres aconteça na prática, no cotidiano. Oliveira já havia chamado atenção para o fato de grupos de mulheres não vincularem o trabalho doméstico como qualquer outro trabalho, quando enunciou:

Todavia, as mulheres das áreas pesquisadas não percebem que o trabalho doméstico, como qualquer trabalho, também é consumo, pois a força de trabalho da dona de casa é consumida no processo de produção e reprodução das pessoas. (OLIVEIRA, 1996, p.75).

Com relação aos trabalhos domésticos, não só os adultos participam, mas também a inserção de meninos e meninas, desde tenra idade, nessas atividades é uma realidade das famílias nessas comunidades. É preciso entender que na intimidade do lar, essas tarefas parecem passar despercebidas, pois são sempre utilizadas como sendo uma “ajuda”. Assim, as crianças ajudam os pais, nesse caso mais precisamente à mãe, assumindo parte da responsabilidade das atividades cotidianas, como varrer casa, lavar louça, lavar roupa, tomar conta dos irmãos menores, de forma que a mãe possa atuar mais nos arredores de casa e esta por sua vez “ajudar” o marido nos serviços extra domiciliares.

O fato é que o trabalho infantil que ocorre dentro do espaço doméstico não está vinculado apenas para as tarefas voltadas para a família, também a participação das crianças se faz presente no trabalho produtivo.

No que se refere ao trabalho doméstico, a menina é mais onerada em relação aos meninos da mesma idade, porque são ensinadas a assumirem parte dos serviços efetuados pela mãe, mesmo que algumas famílias citem a participação dos meninos, a “substituta” da mãe recai sobre a filha mais velha, futura mulher, mãe e dona de casa. “Assim, desde muito cedo as meninas são socializadas para realizarem tarefas atinentes ao cuidado da casa, sendo, inclusive, repreendidas se não atenderem a esta demanda”. (HEILBORN, *apud* HILLESHEIM, 2004, pág.40). A foto ilustra a iniciação das meninas nos trabalhos domésticos. Ao observar a criança varrendo o chão, foi

perguntado se ela estava brincando e ela respondeu: “Tô varrendo, num tá vendo?”. Ela já se apercebia da diferença entre brincar e varrer.



FIGURA 14: Cujubim Grande, criança varrendo o salão. Elaine, junho, 2006

Nas comunidades, a menina mais velha aprende cedo a tomar conta dos irmãos mais novos. Mesmo que alguns meninos ajudem nos serviços de casa, as meninas são mais cedo ensinadas a tomar conta dos menores e lhe incumbem mais os serviços da casa, como esse fosse o fato mais natural ou apropriado à ela.

Os seguintes depoimentos ilustram bem a situação acima citada:

As meninas começavam a trabalhar desde os 12 (doze) anos fazendo os serviços de casa e ajudando no que precisava na roça. Já os meninos a partir dos 13 (treze) anos na roça para ajudar na lida do dia a dia. (Rosa, 74 anos).

Todos, os meninos e as meninas aprendiam o serviço de casa. Os serviços de roça só numa precisão”. (Rita, 34 anos)

A partir dos sete anos de idade, ensinava os meus filhos a fazer o trabalho na roça e os serviços de casa. (Raimunda, 45 anos)

Os meus filhos começam a ajudar, antes as crianças ajudavam mais, agora tem a escola, mais quando é preciso ajudam. São pequenos ainda. A menina ajuda em casa na louça, os meninos às vez varre a casa, limpa o quintal. (Tânia, 29 anos)

Só ensinou os filhos a trabalhar na roça, desde os 09 (nove) anos, limpando o terreiro, capinando, ajudando a plantar e a colher. (Marisa, 43 anos)

Daí ocorrer a transmissão dos ensinamentos das tarefas domésticas das mães às filhas e a assimetria de gênero perdurar, a cultura vai se moldando ao tempo em que as práticas são moldadas pela cultura. Resta claro que a tradição impera e são as mulheres que sofrem a sobrecarga de trabalho, conciliando a produção na roça e as do âmbito doméstico.

Dessa forma, torna-se muito difícil o processo de mudança desse padrão de naturalização das coisas postas há séculos. São nas relações sociais vivenciadas que esse processo de mudança pode acontecer ou permanecer como está.

Embora se vislumbre uma tendência de mudança desses comportamentos, mesmo que seja em longo prazo, uma vez que é percebida a flexibilização na divisão dessas atividades domésticas, principalmente por parte dos mais jovens. Algumas mães ensinam também aos filhos homens como executarem essas tarefas, como varrer casa, limpar o terreiro, entre outras.

Apesar do beneficiamento das famílias, com crianças em idade escolar, pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, ainda assim persiste o trabalho de crianças e jovens, exercendo atividades que não são exclusivas da escola, cabendo o questionamento? As atividades complementares que deveriam acontecer em turno diferenciado da série em que o aluno está matriculado, estão sendo rigorosamente cumpridas? A quem compete esse acompanhamento e fiscalização?

As mulheres de idade mais avançada discordam desse procedimento por entender que enquanto estão realizando essas atividades domésticas, estão deixando de realizar os trabalhos mais importantes como o da roça e pesca para o sustento da família. Dessa forma, constata-se que também na área ribeirinha as mulheres não deixam de expressar opiniões e repetir as práticas da sociedade da qual fazem parte. Mas, espera-se que essas atitudes e comportamentos sejam modificados ao longo do tempo, afinal os fatos sociais estão em constante dinamismo.

Enfim, na comunidade ribeirinha a mulher é a principal responsável pela execução dos afazeres domésticos, seguindo tendência de recente pesquisa nacional, acerca dos Direitos Humanos.²¹

Em que pese o trabalho doméstico ser considerado como mera atividade reprodutiva, em razão de que através dela a mulher cria valores de uso, a sociedade não pode subestimá-lo, entre outras razões pelo fato de que é através dele que a unidade doméstica sobrevive no dia a dia, como também deve ser considerado como geradores de renda, como enuncia Oliveira:

Uma divisão social do trabalho segundo um modelo que atribui ao marido-pai e aos homens em geral o papel de provedor de renda e à esposa-mãe o da prestação de serviços. Os papéis domésticos da mulher não são menos econômicos que os do marido pois, usando certos “meios de produção” – panelas, frigideiras, fogão, etc. – e certas “matérias primas” – o alimento cru – e “economizando” com os recursos disponíveis, ela produz certos bens (a comida cozida) e serviços a serem consumidos pelos membros da unidade doméstica segundo padrões socialmente definidos; ainda que de forma indireta, as atividades da mulher também geram renda, mesmo que – e por isso mesmo – não sejam remuneradas.” (WOOTERMAN, apud OLIVEIRA, 1996, p. 73-74).

Quanto às mulheres, de idade avançada, que não estão mais em condições de desempenharem os trabalhos da roça, tornam-se responsáveis pelas outras atividades da casa, lavando roupa, costurando para os demais membros da família, e geralmente tomam conta dos netos para que as filhas e/ou filhos possam ficar livres para trabalhar na roça e/ou na pesca. Ainda nessa idade o descanso parece ser uma coisa temerária, “enquanto se tem vida se trabalha”, é assim que pode ser interpretada essa realidade.

A situação nas comunidades ribeirinhas é como ressalta DaMatta “O mundo diário pode marcar a mulher como o centro de todas as rotinas familiares...” (1997, p.39).

²¹ As Mulheres Brasileiras no início do século 21 – artigo de Gustavo Venturi e Marisol Recamán que faz parte do Relatório de Direitos Humanos no Brasil 2005, promovido pela Fundação Perseu Abramo.

Uma situação que foge a essa regra chamou à atenção. Foi mantido contato com um grupo familiar que a mãe havia morrido há uns 04 (quatro) anos e os filhos homens, solteiros, tomavam conta do pai que já está de idade muito avançada, é um dos mais antigos moradores da comunidade. Os filhos se revezam também entre as atividades na roça, na pesca como profissionais cadastrados na Cooperativa de Pescadores e realizam todas as atividades domésticas como cozinhar, lavar louça, lavar roupa e costurar. Segundo depoimento deles próprios foi a própria mãe quem os ensinou tudo, alegando da necessidade caso ela não estivesse presente ou doente ou decidissem por viverem sozinhos, como de fato acontece, optaram pelo não casamento. Um deles argumentou que “é melhor viver solteiro do que viver como um primo meu que puxa a mulher pelos cabelos quando estão brigando”. Revelando que a violência é uma, das muitas faces, das comunidades ribeirinhas.

Em caminhadas pelas trilhas e caminhos entre uma morada e outra, percebe-se que muitos homens ficam embaixo de árvores conversando, outros confeccionando e/ou consertando as redes de pesca. Outro local de concentração masculina, fica próximo ao ancoradouro, principalmente nos finais de tarde, como se estivessem colocando a conversa em dia. Poder-se-ia considerar como um momento de folga ou lazer diário para eles. Em outras palavras, observa-se que os homens detêm mais tempo livre para usufruir da forma que melhor lhes convier.

3.2.2 Atividades na Roça/Quintal

O insuficiente reconhecimento dos diversos tipos de trabalho desenvolvidos pelas mulheres é parte constituinte do dinamismo das relações de gênero. Na área ribeirinha um indicador dessa invisibilidade é o expressivo número de mulheres que trabalham sem que tenham acesso a qualquer tipo de remuneração, excetuando aquelas que mantêm um vínculo com a Prefeitura.

Primeiro porque a produção agrícola realizada pela população ribeirinha das comunidades alvo deste estudo, apresenta características da agricultura camponesa (SILVA & SOUZA FILHO 2002), que combina produção doméstica com consumo interno

para a sobrevivência das famílias, com valor de uso e troca; e o excedente da produção, em pequena escala, que se destina à venda, sendo absorvida pelo o mercado de Porto Velho. Segundo porque o excedente quando comercializado, geralmente é feito pelo marido, considerado como “chefe da família”, responsável pela manutenção da família e cabe a este a manipulação dos recursos financeiros.

Nesse tipo de sistema econômico “a reprodução da força de trabalho tem sido apontada como objetivo prioritário da unidade de produção familiar...” (CEMIN, 1992, p.129), fazendo alusão a Alexander Chayanov um dos autores de referência na teoria dos sistemas econômicos de cunho não capitalista.

Para este autor duas questões básicas caracterizam esse sistema de economia: a ausência de salários e o fato de que a unidade camponesa é ao mesmo tempo uma unidade de produção e uma unidade de consumo. Tudo acontece em função da satisfação das necessidades dos membros da família e da forma artesanal e dificultosa de como o trabalho é executado.

É importante ressaltar que a população ribeirinha tem a sua vida marcada pela presença da floresta, dos rios e igapós e que estas atividades são organizadas de acordo com o período de cheia (águas altas) e o período da vazante (águas baixas). Logo a atividade agrícola, principalmente a praticada na várzea do Rio Madeira, tem relação com o nível de flutuação do rio e a incidência de chuvas no período.

Geralmente o Rio Madeira atinge o nível máximo de enchente no mês de abril e o seu nível máximo de vazante, a partir da segunda quinzena de setembro à primeira quinzena de outubro. Podemos dizer que em linhas gerais o Rio Madeira vai gradativamente enchendo por 06 (seis) meses e desce por igual período. Logo, o período compreendido entre os meses de dezembro a junho pode ser considerado como o período de água alta e de julho a novembro o período de água baixa, com uma flutuação média de 12 (doze) metros. (FERREIRA, 1995).

O modo de vida dos ribeirinhos guarda estreita relação com essa oscilação das águas, interferindo nas atividades laborativas e no desenvolvimento das atividades educacionais, uma vez que o calendário escolar se torna flexível em função de interrupção das aulas, causada pelo alagamento de áreas circunvizinhas à escola.

No que se refere à produção agrícola, a família se organiza por uma avaliação subjetiva com base na longa experiência de trabalho que é repassado de geração a geração, e que o trabalho não é intensificado além de um ponto de equilíbrio determinado pela satisfação das necessidades internas do grupo e que esse ponto de equilíbrio tende a ser afetado pelo tamanho da família e pela proporção do número trabalhadores (WOORTMANN, 2001, p.4).

Desse modo, o foco na família e no que ela produz é essencial para entender como cada membro da família se reveste de importância vital para a sobrevivência de todo o grupo na comunidade ribeirinha. Aponta-se a tendência de famílias, do tipo nuclear²², com grande número de filhos, como uma forma de garantir a reprodução e a produção do grupo familiar.

Daí a constatação da presença de muitas crianças trabalhando nas épocas de plantio e colheita. Quanto maior o número de filhos em atividades laborativas, maior a quantidade de produção, é a ajuda mútua e cooperação entre os parentes que mais caracteriza o trabalho da agricultura de subsistência nessas comunidades.

Os vizinhos e parentes costumam trocar os produtos entre si, um tem cupuaçu e passa a outro que esteja necessitando de outra espécie como coco, por exemplo. Também é muito utilizada a ajuda mútua quando se trata do fornecimento de plantas medicinais às pessoas da vizinhança, que são utilizadas pela maioria dos entrevistados. O médico só é procurado em caso de não se conseguir a cura da doença através dos chás das plantas medicinais que são cultivadas nos quintais próximos às residências, como: terramicina, anador, mutuquinha., mucuracá, mastruz, hortelã da folha miúda e graúda, vick, capim cheiroso, boldo, sacaca, cidreira, crajirú, unha de gato, marcela, arruda, eucalipto, sabugueiro, carmilitana, japona, favacão, malvarisco, corama, alho, entre outras²³. O interessante é que as pessoas que lidam com essas plantas, conhecem a utilização de cada espécie no combate ao tipo específico da

²² Estrutura *nuclear* ou *conjugal*, que consiste num homem, numa mulher e nos seus filhos, biológicos ou adotados, habitando num ambiente familiar comum. Maior detalhamento pesquisar em Wikipédia, a enciclopédia livre.

²³ Para maiores esclarecimentos quanto à utilização de ervas e plantas medicinais, consultar a Tese de Doutorado PARTEIRIAS RIBEIRINHAS: Saúde da Mulher e o Saber Local da Prof. Dr^a Maria das Graças Silva Nascimento Silva (2004)

enfermidade. É preciso lembrar que esse conhecimento popular pode ser perdido em razão do não interesse demonstrado pela geração mais nova.

As atividades na roça mais peculiares às mulheres são aquelas consideradas mais “leves”, como capinar, plantar e colher. Como também a manutenção do terreiro e a ornamentação ao redor da casa com plantas, incluindo as medicinais. Aos homens se relacionam mais as atividades mais “pesadas”, como derrubada de árvores, tanto para cortar o tronco em tábuas que servem para a construção de casas, quanto para a preparação do terreno para a colocação de roçado. Geralmente cabe aos homens fazer as covas, já o ato de plantar é mencionado nas entrevistas como atividades igualmente de homens e mulheres.

Portanto, pode-se dizer que existe um “espaço feminino” dentro do “âmbito masculino”, que pode ser ampliado dependendo das circunstâncias, quer seja para substituir a ausência do companheiro em caso de doença deste e/ou deslocamento para outras comunidades, para reforçar a quantidade de produção em época que exige concentração de mão-de-obra, como plantio e colheita. Como também para ocupar o seu lugar quando do estado de viuvez, ou abandono, ficando a mulher responsável pelo sustento da família.

Por todas essas razões, aponta-se para o fato de que esses espaços não são rígidos nessas comunidades ribeirinhas, uma vez que impera a cooperação permanente entre os membros da família, dependendo das necessidades e circunstâncias que se apresentam e que têm que ser enfrentadas por todos.

Presenciou-se uma das entrevistadas roçando com facão em área de várzea, sendo esta considerada a primeira atividade para o preparo do espaço que se pretende cultivar. Esse trabalho consiste no corte de vegetação de caule fino, como uma espécie de capim alto, que começa a brotar quando as águas do rio começam a baixar. A foto a seguir ilustra bem o trabalho sendo executado.



FIGURA 15: Terra Caída, mulher limpando o solo para o plantio. Foto: Elaine maio, 2006

Geralmente são áreas pequenas, para o plantio de feijão, mandioca, abóbora para consumo interno das famílias, aproveitando a planície inundável do Rio Madeira, que segundo ela é uma área muito boa para o plantio, por ser uma área de solo muito fértil.

Também não é raro encontrar meninas ainda muito novas, carregando maniva em suas cabeças para serem plantadas no roçado, ajudando os pais na agricultura desde muito cedo.

Constatou-se que as famílias não têm o hábito de cultivar horta em canteiros, só cheiro verde em algumas casas, além das plantas medicinais. Os legumes e verduras não estão incluídos na alimentação diária dessas famílias. Fator esse que do ponto de vista de qualidade alimentar deixa a desejar e tem reflexo na saúde dessa população, merecendo um estudo aprofundado.

Tanto a limpeza dos jardins como do quintal, área circunvizinha a casa, é sempre local privilegiado das mulheres, é como se fosse a extensão da limpeza da própria morada. Bruschini e Unbehaum alertam para o fato de que a pesquisa com enfoque de gênero permite compreender melhor “como as relações de gênero podem estruturar tanto o lugar da mulher na família como na produção, designando lugares distintos para homens e mulheres no mundo do trabalho” (2002, p.43)

Nas atividades relacionadas à produção da farinha, que é um dos subprodutos da mandioca, percebe-se com maior nitidez a organização do trabalho do grupo familiar e os lugares e atividades desempenhadas por cada um.

3.2.3 Produção Artesanal da Farinha

A farinha de mandioca é um alimento indígena que foi sendo incorporado à alimentação de brancos e negros que no Brasil vieram morar na época da colonização. Segundo Freyre na farinha de mandioca fixou-se a base de alimentação do sistema de alimentação de toda população no período colonial.²⁴

No Brasil a mandioca, cujo nome científico é *Manihot esculenta*, é consumida na forma de farinhas, como a farinha de mandioca e tapioca, cozida e frita. Nas receitas típicas da Amazônia está presente, também, no preparo do tacacá, da maniçoba e do molho tucupi.

A produção artesanal da farinha de mandioca demanda uma série de etapas: Limpar o terreno, plantar as manivas, limpeza do roçado, colher, transportar, raspar, lavar e cevar.

A primeira etapa do processo é a limpeza do terreno, e esta é feita tanto por homens quanto pelas mulheres. Em seguida vem a plantação das manivas²⁵ e nessa etapa todos os membros da família cooperam, inclusive as crianças a partir de 05 (cinco) anos de idade. Com relação ao plantio, geralmente, o homem faz a cova e as mulheres e crianças plantam as manivas. A limpeza do roçado fica mais restrita ao homem, enquanto as mulheres estão encarregadas dos serviços de casa. Na fase da colheita, o serviço é mais relacionado como sendo de responsabilidade dos homens pelo grande esforço físico que requer para arrancar a mandioca da terra. Quanto à etapa de descascar as mandiocas, essas atividades são destinadas às mulheres e crianças. A lavagem é dividida entre os homens e as mulheres. Em seguida é a etapa de cevar a mandioca, pondo-a de molho em torno de 4 (quatro) a (05) cinco dias, dentro de uma caixa de plástico até virar puba²⁶. Mistura-se outra parte de mandioca ralada

²⁴ Gilberto Freyre em Casa-Grande & Senzala (2004)

²⁵ pedaços das raízes que vão ser colocadas nas covas para gerar novas mudas.

²⁶ Coloca a mandioca de molho na água até amolecer e fermentar.

àquela massa e é chegada a hora de levar à prensa de madeira para retirar toda a água; atividade desempenhada pelos homens porque requer muita força física.

No dia seguinte, a massa estando bem enxuta, as mulheres e as crianças são responsáveis pela atividade de peneirar toda a massa. Na etapa de levar ao forno, ao homem é destinado o processo de escaldar a farinha, entrega em seguida às mulheres para terminar de secar e dá a coloração desejada da farinha. Depois do ponto desejado, a farinha é colocada numa gamela²⁷ de madeira para esfriar.

Depois de fria, tanto homens quanto às mulheres, participam do processo de ensacar a farinha em sacos de fibra. Parte da produção é destinada ao consumo da família e a outra segue para comercialização em Porto Velho.

A parte de comercialização fica restrita aos homens. Em caso de doença do marido ou da ausência de um homem que o substitua, como filho mais velho ou um irmão, ou ainda a mulher sendo viúva, é que lhe cabe essa incumbência.

Em que pese exercerem papéis importantes para a perfeita manutenção da casa e das atividades na roça, o trabalho da mulher não se sobressai porque é compreendido por elas próprias com uma “ajuda” ao trabalho masculino. Razão pela qual sempre se referem aos companheiros como responsáveis pelo sustento da família, mesmo estando elas trabalhando lado a lado com eles, como no caso da produção da farinha que apresenta um vínculo financeiro forte. A comercialização que simbolicamente representa o público e a socialização de quem a pratica, é uma demonstração do papel “secundário” que é destinado à mulher ribeirinha, em geral.

Em caso de aferir a quantidade de horas trabalhadas pelas mulheres, no âmbito privado e nos espaços públicos, com certeza se teria horas a mais sendo creditadas a essas mulheres.

As dificuldades do trabalho, as condições adversas como infra-estrutura, precariedade dos sistemas de saúde e educação, distanciamento geográfico entre as comunidades, à distância em relação ao centro consumidor de Porto Velho, o valor expressivo do frete e das passagens de barco, o poder de barganha dos atravessadores que ditam os preços dos produtos como o da mandioca e o da farinha na época de safra, desenha o quadro do cotidiano dessas pessoas.

²⁷ Vasilha grande fabricada de madeira.

Outro problema que enfrentam é quando ocorre o excesso de oferta como aconteceu nesse período de enchente quando tiveram que arrancar as mandiocas com água pela cintura, situação exposta em vários depoimentos e, não tendo local para armazenar a farinha, tiveram que vender a qualquer preço. Todas essas situações têm criado empecilhos para que o trabalho na agricultura se desenvolva de acordo com a expectativa dos próprios ribeirinhos.

A reivindicação de um transporte público para o escoamento da produção tem sido uma luta inglória até então. Na verdade a ação do poder público tem alcance insuficiente na área ribeirinha, frente às demandas apresentadas pela população, possivelmente devido às grandes distâncias que dificultam a comunicação entre o cidadão comum e o ente público.

Ainda mais se levarmos em conta o que nos ensina Damatta que nos sistemas tradicionais e semitradicionais o indivíduo é muito menos visível.

3.2.4 Atividades de Pesca

Oportuno recorrer a Paes Loureiro, pois mais do que ninguém consegue traduzir de forma tão poética a vida na Amazônia, fazendo fluir a imaginação e remeter de forma prazerosa a vinculação do homem com a natureza e tudo o que ela representa para esses povos que nela vivem. Na Amazônia os trabalhos têm estreita relação com a floresta e o rio, ou seja: o trabalho nas águas e o trabalho na terra.

Na região Amazônica a pesca, o trabalho nas águas, constitui-se numa atividade de importância vital no aspecto econômico, social e cultural para as populações que vivem às margens dos rios, igarapés e lagos. No Baixo Madeira não é diferente, a pesca é considerada como uma das atividades mais importantes para o ribeirinho, basta dizer que o peixe constitui-se na principal fonte de proteína animal e que é raro não se ter peixe todos os dias na alimentação, acompanhado da farinha de mandioca.

Observa-se em Terra Caída e na Vila do Cujubim Grande a cooperação existente entre os vizinhos, parte pela tradição cultural e também pelo parentesco e compadrio que caracteriza tão bem essa comunidade. Eles costumam praticar o

sistema de troca, um tem farinha e outro tem o peixe, trocam entre si e todos podem usufruir a alimentação básica que é a farinha e o peixe nessas comunidades.

A atividade de pesca para comercialização é quase sempre de responsabilidade e domínio dos homens, chefes de família ou dos filhos mais velhos. Na época de vazante os ribeirinhos não têm dificuldade de pescar o peixe, quer para comercialização ou para o sustento da família. Apesar dos mais antigos afirmarem que antigamente se pescava com mais facilidade e não faltava peixe para ninguém

As mulheres também pescam, mas é sempre considerada como forma de contribuir para o sustento da família. Mesmo mulheres de idade avançada que estejam em pleno vigor físico também praticam essa atividade, considerada de muita importância por ser o peixe e a farinha a base de alimentação dos ribeirinhos, além do fato de abrirem mão de qualquer atividade se esta coincidir com o horário da pesca.

Os instrumentos, os espaços para prática da pesca e a destinação do peixe é feito de forma diferenciada entre homens e mulheres. Os homens costumam pescar no rio, utilizando as tarrafas e geralmente o fruto da pescaria é com destinação para o comércio. As mulheres já pescam mais nos igarapés e lagos que se formam nas terras baixas no período das águas. Utilizam o chuço²⁸, caniço ou linhada e normalmente o que conseguem é destinado para a alimentação do grupo familiar. Obviamente que há flexibilização na realização dessa atividade, a depender das condições do momento e das necessidades do grupo familiar.

Na Vila do Cujubim Grande, uma das entrevistadas tem cadastro junto à Cooperativa de Pescadores, inclusive recebe o Seguro Defeso em época de proibição da pesca. Acredita-se que, aos poucos, a mulher ribeirinha ocupará espaços reservados aos homens através da tradição cultural.

3.2.5 Outras Frentes de “Luta”

As mulheres estão em todas as frentes e em todos os lugares. Mas quem são e onde estão essas mulheres? Poder-se-ia tomar de empréstimo o título de uma grande

²⁸ Vara ou pau armado com ponta de ferro afiado, utilizado para fisgar o peixe.

obra que traz contribuição valiosíssima para o estudo da mulher e gênero na Amazônia:

A Mulher Existe?

A Burlamaqui de Moraes ao prefaciá-la instiga a ir além da constatação da existência física dessas mulheres, impulsiona a pesquisadora a problematizar esta existência, investigar as condições em que vivem essas mulheres e as relações de gênero que são construídas e constituídas na Amazônia, com sua cultura envolta em um exuberante cenário, onde as relações sociais que estruturam essa sociedade nem sempre são evidenciadas de forma a revelar a realidade vivenciada pelos atores sociais, homens e mulheres que constroem com suas vidas a Amazônia que atrai tanto os estrangeiros, com seus mistérios e encantos, mais que tem envolvido em brumas as lutas de muitas mulheres.

E a história tem ocultado essas mulheres, como nos alerta Michelle Perrot quando enfática diz que “O ofício do historiador é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos.” (2001, p.185).

Mas as lutas de mulheres proporcionaram muitas vitórias e prova disso é a ocupação de espaços antes tidos como masculinos. A divisão do espaço privado como da mulher e espaço público reservado ao homem, foi atenuado e hoje as mulheres atuam em várias frentes.

Damatta lembra que as relações entre os espaços da “rua” (público) e da “casa” (privado) não se rivalizam, antes disso são complementares “porque não se pode falar de casa sem mencionar o seu espaço gêmeo, a rua”. (1997, p.54-55)

E no Baixo Madeira às mulheres estão indo à “rua” e passando a ocupar espaços e redefinindo novos contornos nos perfis profissionais. Das mulheres entrevistadas 20,7% tinham vínculo municipal e este guarda relação com o nível de escolaridade dessas mulheres. Estão atuando na escola, como merendeiras, e auxiliares de limpeza, como também no Posto de Saúde, mas apenas uma delas ocupa função de direção, esta na Vila de Cujubim Grande.

Constata-se que mesmo quando homens e mulheres são contratados como auxiliares de serviços gerais, só as mulheres exercem as atividades de limpeza, das salas de aula, do pátio, da lavagem e higienização dos banheiros; quanto que os

homens restringem as suas atuações como porteiros, realizando algum serviço elétrico e/ou hidráulico. Mas não executam aqueles trabalhos relacionados como sendo “trabalho de mulher”.

As pesquisas sobre educação e gênero não se limitam a investigar os níveis de escolaridade em si, vão além procurando associa-los às condições de participação e vinculação a postos ocupados por mulheres no mercado de trabalho.

Os dados dessa pesquisa mostram que as mulheres estão ocupando postos de menor importância na escala de valores sociais e salariais, e, que esses trabalhos desempenhados como o de merendeira e auxiliar de serviço de limpeza remetem à extensão dos serviços praticados por estas mulheres em suas residências, reforçando e naturalizando papéis próprios para homens e mulheres.

É revelador o fato de uma entrevistada se referir ao companheiro como o principal responsável pelo sustento da família, mesmo este trabalhando como piloto de voadeira, e ela exercer uma função de maior relevância social na comunidade, por ocupar um Cargo de Direção junto à Prefeitura Municipal.

Percebe-se o quanto está arraigado nessa cultura a super valorização do masculino, demonstrando que as representações sociais de homem e mulher são construídas de modo que a mulher não se perceba em igualdade de condições com o homem. Nolasco nos alerta que “Em sociedade, sabemos que um sujeito sente-se valorizado quando a representação que tem de si corresponde àquela que lhe dá visibilidade. O sentimento de identidade se faz na correlação entre ambas”.(2001, p.146).

3.3 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS

Famílias do tipo nuclear, tendo em média 5,5 número de filhos, mas muitas desfalcadas em função da ida de alguns destes filhos para Porto Velho, visando terminar os estudos e em busca de conseguir emprego, fragilizando o trabalho familiar tão característico do modo de produção nessas comunidades ribeirinhas.

Quando perguntadas se consideravam uma coisa boa ter um grande número de filhos, embora a grande maioria concorde que a família numerosa seja importante na concepção de fortalecimento desta, algumas entendem que é muito difícil nos dias de hoje conseguir alimentá-los, vesti-los e oferecer uma boa educação, em razão da precariedade financeira. Dessa forma, assim se pronunciaram:

É bom, as vez agente cai doente e tem os filhos para tomar conta. (Mercedes-05 filhos);

Para mim foi bom, não tem nenhum marginal e todos sabem ler. (Rosa - 15 filhos.);

Sim, eu sempre quis ter muitos filhos. Com 34 anos já tive meus 5 filhos. (Rita);

Não. Porque hoje em dia as coisas estão muito difícil, agente ganha pouco para dá uma vida mais melhor pra eles. (Catarina – 05 filhos);

Acho. Filho é alegria da gente. É bom a casa cheia de filho. (Maria – 09 filhos.)

Não. Porque tudo é mais difícil, para criar até que dá, mais para educar é que difícil, né? (Marisa – 06 filhos.);

Sim. Sou muito satisfeita com a quantidade dos meus filhos. (Raimunda – 08 filhos.);

Não. Porque hoje não tem como sustentar, tem muitas dificuldades para criar todos e ensinar a saber viver é ainda mais difícil. (Isaura – 03 filhos)

Com relação à renda, 5% das entrevistadas afirmam não ter renda alguma, 25% conseguem sobreviver com menos de um salário mínimo, 50% declara que a renda da família fica entre um a dois salários mínimos e 10% oscila entre três a cinco salários mínimos. 10% não quiseram responder a pergunta formulada.

As mulheres apresentam um baixo nível de escolaridade, em decorrência da falta de oportunidade de estudar, por vários motivos: A maioria porque precisava criar e cuidar dos filhos menores e dos demais afazeres domésticos e do trabalho na roça, impedindo-as de estudar. As que estão em idade mais avançada falaram da dificuldade que era estudar, pois as condições na época eram ainda mais adversas do que hoje, quer pela inexistência de escola na comunidade ou da impossibilidade de se dirigir a outra por falta de condições financeiras para custear passagem ou pela dificuldade da viagem em função da distância e do tempo gasto no percurso, sempre tendo o trabalho

pesado do dia a dia como fator mais impeditivo. A exaustão imperava e o sonho se tornava cada vez mais longínquo. Outras alegaram a dificuldade de convencer os companheiros do desejo que sentiam em estudar, quase sempre a negociação não era favorável às mulheres.

Em decorrência desses fatores, 25% são analfabetas, nunca freqüentaram a escola, externando todo o desgosto que sentem em não terem tido oportunidade de estudar. Formam um grupo marginalizado que não teve acesso à cidadania e aos recursos que a vida moderna se propôs a oferecer. Uma das entrevistadas nos falou da tristeza em não conseguir ler os cantos das missas e nem a bíblia, sendo esse um sonho que não tem mais como realizar em função da idade e da “vista cansada” como disse ela: “Tenho muito desgosto de não saber ler e nem escrever. Vou na igreja e não sei ler os canto e nem a Bíblia, isso chega a apertar o coração da gente. Dói que só vendo...”. (Maristela – 84 anos, analfabeta). 5% são alfabetizadas, mas dizem da dificuldade de ler, conhecem as letras do alfabeto, mas não conseguem “juntar as letras muito bem”. 5% conseguiram cursar a 1ª série; 5% concluíram a 2ª série, mais 5% cursaram até a 3ª série; 15% cursaram até a 4ª série e 25% conseguiram concluir a 5ª série. Do restante do grupo 5% concluiu a 7ª série, mais 5% freqüentam o EJA 2º segmento e 5% possuem o ensino médio completo. Uma delas alegou ter passado no vestibular da UNIR, mas abandonou porque não tinha condições de custear as despesas que acarretaria com transporte, compra de livros, cadernos, entre outros.

Desse grupo, 55% atribuíram a responsabilidade pelo sustento da família ao homem, 25% cita o casal como responsável. Apenas 20% das mulheres se reconhecem como responsáveis pelo sustento do grupo familiar. Porém, dentre esse grupo que se consideram responsáveis 10% já estão viúvas e recebem pensão e assim ajudam a sustentar filhos solteiros e em alguns casos os netos. Outros 10% se dizem responsáveis em razão dos respectivos maridos estarem desempregados.

Da leitura dos dados, depreende-se que a mulher só se vê como responsável pelo sustento da família quando se encontra viúva, ou o marido estando sem emprego. Acredita-se que ao serem reconhecidos na situação de “desempregado” na Vila de Cujubim Grande, deve-se a influência da proximidade com Porto Velho, cuja capital é

reconhecida como tendo a sua economia baseada no contracheque, e assim os moradores já terem incorporado mais a noção de vínculo empregatício.

Quanto ao estado conjugal, do universo pesquisado 55,% vivem em regime de união estável, 30% são legalmente casadas, 5% solteiras e 10% viúvas.

A predominância da religião ainda é a católica. Das entrevistadas 90% dizem ser católicas, todas citam os padroeiros dos quais são devotos e sempre têm algo a falar a respeito dos festejos. Apenas 10% se declararam evangélicas.

3.4 A APARENTE CONTRADIÇÃO

De maneira bem singela, podemos dizer que pesquisar é procurar respostas para indagações formuladas, que permita acercar uma realidade fugidia, complexa e que envolve uma teia de relações em meio a cultura dos sujeitos sociais. Em se tratando de uma pesquisa qualitativa a interpretação dos fenômenos é fundamental para compreensão da realidade com seus significados nem sempre aparentes ao primeiro olhar.

Minayo alerta sobre a complexidade da Pesquisa Social, conceituada historicamente, em razão de sua abrangência, contradições e conflitos que se entremeiam no caminho, principalmente porque “a realidade se apresenta como uma totalidade que envolve as mais diferentes áreas de conhecimento e também ultrapassa os limites da ciência”. (1992, p.27).

Neste subitem, busca-se analisar algumas subjetividades que envolvem sentimentos, anseios e expectativas dessas mulheres, em meio as “lutas” que são travadas por elas no cotidiano.

Indagadas sobre como é viver nesta comunidade, alguns depoimentos ilustram a percepção que essas mulheres têm acerca de suas vidas nessas comunidades:

É um prazer. Olhe bem, temos a floresta, esse grande Rio e se pode dormir sem medo. É uma coisa boa ou não é? (Rosa – 74 anos)

Me sinto feliz em viver nesta comunidade.(Mercedez – 31 anos)

É bom e é ruim também. É bom porque agente pode pescar, os filhos pode brincar e trabalhar na roça ajudando agente. Mas falta emprego e quando eles crescerem mais? Não sei como vai ser. (Estela – 27 anos)

É viver numa paz, com tranqüilidade sem medo. Aqui quase todos são como família, compadres. (Lourdes – 47 anos)

É bom, eu gosto de viver aqui. Porque é uma vida tranqüila, não tem medo de bandido nem de ladrão, posso dormir sem me preocupar. (Tânia – 29 anos)
É uma vida que não tem perturbação de nada. Não tenho nada a dizer daqui. (Maria – 57 anos)

Me sinto bem e feliz, temos paz. Deveria ter uma atividade para me sentir melhor, como estudar. (Elisa – 37 anos)

Percebe-se que a referência que fazem em viver uma vida tranqüila, sem o medo rodeando as pessoas, é sempre o mais citado como sendo uma condição favorável e sempre comparam com as notícias que ouvem nos rádios e vêem na televisão acerca da violência que domina Porto Velho.

Por outro lado, quando perguntadas sobre as dificuldades de se viver nessa comunidade do Baixo Madeira, as respostas parecem contradizer os depoimentos anteriores, por parte de um grupo de mulheres. No entanto uma pequena parcela não consegue se aperceber das dificuldades existentes.

Não ter continuidade dos estudos para os filhos. (Mercedes – 31 anos - TC).²⁹

Não vejo dificuldade aqui. (Rosa – 74 anos – TC).

Precisa melhorar o atendimento no Posto de Saúde. Sempre ta faltando alguma coisa. Também a carestia da passagem de barco, não é todo mundo que pode pagar. (Estela – 27 anos – TC)

Falta uma água melhor, encanada e tratada. Assim melhora a vida da gente e as coisa era mais fácil. (Tânia – 29 anos – TC)

O meio de transporte, principalmente em caso de urgência e não ter a educação completa. (Catarina – 40 anos – TC).

Só acho ruim porque não tem nenhuma filha por perto. Se ficar doente o filho homem não vem puxar a dor, eles têm acanhamento. Nada mais me falta. (Maristela – 84 anos – TC)

²⁹ TC – Referido-se a mulher de Terra Caída, possibilitando demonstrar as especificidades das dificuldades em cada comunidade.

Eu acho muito ruim. Por mim não morava aqui. Não tem emprego, muito parado. (Rosa Maria – 17 anos – TC)

Caristia do valor da passagem, no inverno a dificuldade ainda é maior porque o ônibus quebra muito. (Marisa – 43 anos – VCG)³⁰

Falta de infra-estrutura do Posto de Saúde, telefone público, um Posto Policial. (Raimunda – 45 anos – VCG)

A falta de união. (Tereza – 44 anos – CVG)

Falta de Posto Policial, orelhão,... (Francisca – 57 anos – VCG)

Não tem telefone, falta remédio no Posto de Saúde e a passagem é muito cara. (Elenice – 46 anos – VCG)

A precariedade das estradas, dificuldade de escoamento da produção. Falta de ambulância e de medicamentos. (Eugênia- 31 anos – VCG)

As respostas relacionadas ao sentimento que sentem em viver nas comunidades, vinculam sempre a paz e a facilidade de se obter alimentação como o peixe que se pesca e a mandioca que é produzida pelas famílias. É como se dissesse que “aqui ninguém morre de fome”. Estão sempre fazendo comparação com a violência de Porto Velho, noticiada pelo rádio e televisão, bem como pelos filhos que residem na capital ou das viagens que fazem e que ficam sabendo das atrocidades dos bandidos praticados na Capital, como roubo, estupro, assalto à mão armada, assassinato, seqüestro relâmpago, entre outros que deixam todos atônitos.

Mas quando se referem às dificuldades, mais especificamente relacionadas com as ofertas de serviços públicos, expressam de forma contundente as carências e dificuldades que enfrentam nessas comunidades. Algumas demonstram indignação na forma de falar e de se expressar, através de trejeitos com a boca, inquietações na voz, no franzir da testa e na expressão do rosto demonstrando tristeza e até revolta. Algumas chegaram a falar nos políticos que vão lá em tempo de eleição, mas depois desaparecem e muito do que foi prometido não se torna realidade para eles e a vida deles continua na mesma.

³⁰ VCG – Vila do Cujubim Grande.

Enfim, a vida não lhes parece fácil, mas têm o que comer, ainda que sob o ponto de vista nutricional não seja uma alimentação balanceada, até pela carência de legumes e verduras na alimentação. O desânimo parece se traduzir nas reclamações acerca do quanto sofrem e as dificuldades que enfrentam com relação à saúde, à educação, a carestia do transporte, entre outras. Mas, quando instigadas a falar sobre as facilidades em se viver numa comunidade ribeirinha, assim se expressaram:

Não ter violência. (Mercedes – 31 anos)

Se você planta você já pode vender, já tem gente que cria gado e você pode comprar carne. (Lourdes – 47 anos)

Você pode dormir com a porta aberta. (Rosa – 74 anos)

Se plantando tudo dá. (Rita – 34 anos)

É bom, eu gosto de viver aqui. Porque é uma vida tranqüila, não tenho medo de bandido nem de ladrão, posso dormir sem preocupar. (Tânia – 29 anos.)

Porque vive tranqüilo sem violência, não come alimento com veneno, só mais o que planta de forma natural. (Catarina- 40 anos)

As coisa aqui é muito mais fácil, agente vevi mais tranqüilo, tem o que comer e beber. (Maria – 57 anos)

Não comprar alimentação. (Elisa – 37 anos)

Por um ponto é bom, não tem perigo. Sem medo de ninguém assaltar agente. (Rosa Maria -17 anos)

É muito bom porque aqui tem mais liberdade de sair a noite, a casa pode ficar aberta, todo mundo se conhece. (Marisa – 43 anos).

É ótimo viver nesta comunidade. (Raimunda – 45 anos)

Sim. Porque nem tudo agente precisa comprar né? Se que comer uma macaxeira tem, tempo de pesca boa agente tem o peixe para comer com farinha. Por isso acho bom viver aqui. (Tereza - 44 anos)

Fazendo-se uma análise dos depoimentos, a facilidade fica restrita ao fato de não se passar fome, as citações dos gêneros alimentícios giram em torno do peixe e farinha, e a incidência da não violência como um fator motivador para se viver nas comunidades ribeirinhas. Percebe-se nas falas que o local onde vivem é uma espécie de refúgio e, a convivência com a natureza a possibilidade de desfrutar de todas as coisas que o rio, os lagos, os igapós e a floresta oferecem de bom grado.

As preocupações das mulheres com relação à subsistência e proteção dos filhos com relação à violência, demonstram que o foco de atenção delas é sempre direcionado à família em primeiro lugar. Pode-se dizer que a mulher é tanto o elemento agregador quanto preservador do grupo familiar.

3.5 LAZER E FESTEJOS

As alternativas de lazer nas duas comunidades pesquisadas são praticamente inexistentes para as mulheres. Geralmente o ponto de encontro para elas é na Igreja, com maior ênfase quando se trata da organização dos festejos. Pode-se dizer que seja o momento maior de socialização dessas mulheres.

Observa-se que para os homens os espaços para descontração são bem maiores. Costumam conversar no ancoradouro nos finais de tarde, durante o dia debaixo de árvores ao confeccionar redes de pesca, ou ainda nas tabernas onde são comercializadas bebidas, principalmente nas que possuem mesa de bilhar (sinuca). Os jogos e campeonatos de futebol, tornam-se o maior atrativo e fator de conagração das comunidades, onde a presença masculina é predominante, mesmo que já tenha se iniciado, em poucas comunidades, a adesão de mulheres ao futebol. No entanto, é um espaço ainda a ser construído. A foto a seguir registra a concentração masculina na realização de um torneio realizado em Aliança, durante o festejo religioso dessa comunidade. Aqui as mulheres apenas comparecem para observarem um pouco o jogo, entre a realização de uma e outra tarefa doméstica, inclusive a grande maioria se concentra na preparação das comidas que serão disponibilizadas durante o festejo.



FIGURA 16: Torneio de futebol masculino em Aliança. Foto: Elaine, outubro de 2006.

Portanto, é mais comum observar a concentração de homens em momentos de lazer diário, do que de mulheres.

Quando perguntadas sobre o que costumavam fazer nas horas vagas, em que estavam sem trabalhar, em casa ou no roçado, e que proporcionava a elas descanso e/ou lazer, assim se pronunciaram:

Dormir e assistir televisão (Mercedes, 31 anos)

Só penso no que é bom. Acabo de almoçar e vou para rede me embalar e dormir, depois começo a trabalhar de novo. (Maristela – 84 anos)

Dormi e assistir novela (Rosa – 74 anos)

Vou para casa da mãe, conversa, comer a comida da minha mãe. (Estela – 27 anos)

Fico vendo a televisão e tiro um soninho depois do almoço. (Tânia – 29 anos)

Nada, só fico em casa, quando não vou para roça no final de semana. Aproveito também para lavar roupa. O meu marido vai jogar bola. (Catarina – 40 anos)

Vou a Igreja e na confraternização da Igreja, fazer algo para as pessoas da minha Igreja. (Elisa – 37 anos)

Fico deitadinha pensando em coisa boa. (Marisa – 43 anos)

Quando vou na cidade levar gente doente já me sinto bem. (Raimunda – 45 anos)

Varro o quintal ou vou para máquina costurar. Assisto televisão (Tereza – 44 anos)

Gosto de jogar bola, vôlei ou futebol. Gosto de dançar. (Eugênia – 31 anos)

Converso com as amigas e o tempo vai passando. (Francisca – 57 anos)

O dormir e descanso como lazer, remetem à idéia do cansaço extremado dessas mulheres por conta dos afazeres diários. Ficou claro que nos finais de semana enquanto os homens se distraem nas conversas em bares ou nos jogos; muitas das mulheres aproveitam para fazer algum tipo de trabalho que não teve como ser executado durante a semana, como costurar, varrer o quintal, levar doente para Porto Velho, serviços que são realizados, além do executado durante toda a semana rotineira de trabalho.

Quando se referem à assistir televisão é mais comentado o horário da novela que é transmitido no final da tarde, porque dormem cedo para acordar ainda mais cedo no outro dia e assim os dias vão passando, o tempo avançando e as forças dessas mulheres transformadas em produção e muito trabalho. Esse esforço despendido para dá conta de todas as atividades do cotidiano, deixam marcas nos corpos dessas mulheres. São visíveis as rugas profundas nos rostos fustigados pelo sol. Quanto aos danos emocionais, abre-se oportunidades para um campo vasto de pesquisas.

Quando instigadas a falarem sobre o lazer e diversão dos homens, sempre fazem alusão ao jogo de futebol em finais de semana, as conversas a margem do Rio nos finais de tarde, a bebida alcoólica presente entre alguns grupos de amigos, como sendo hábitos comuns dos homens se distraírem para “recuperar as forças”, é como se eles necessitassem desse lazer para “distrair as idéias” como foi dito por uma das mulheres entrevistadas.

Quanto às festas que participam na própria comunidade ou em outras, referem-se aos festejos religiosos ou festas nas casas de familiares (aniversários, casamentos, festas de final de ano, entre outras.) Em Terra Caída a padroeira é Nossa Senhora de Fátima, cujo festejo acontece no período de vinte e sete de julho à quatro de agosto, com o encerramento esportivo no dia cinco. Em Cujubim Grande a padroeira é Sagrado Coração de Maria, cujo festejo acontece no final de agosto. São nos festejos religiosos

que ocorrem a maior concentração da população da própria comunidade, bem como de outras pessoas das comunidades próximas que costumam prestigiar o evento uma das outras.

Constata-se que algumas mulheres que se deslocam para outras comunidades, também cumprem o “papel feminino” de preparar a comida, fazer bolos e outros pratos que geralmente servem de prendas para o bingo que comumente é realizado. O lazer passa também pelo prazer de cozinhar algo diferente, fazer grande quantidade de comida e outros tantos afazeres que dependem delas para a realização dos festejos. Assim, umas comem o produzido por outras mulheres e o ciclo continua. Ou seja, muito do que consideram lazer é na verdade trabalho, ainda que não tenham consciência crítica acerca dessa realidade. Algumas disseram que quando todo o serviço de cozinhar, lavar a louça, limpar a sujeira que vai sendo produzida com o avançar da festa, muitas se sentem tão cansadas que só esperam a hora de cair na cama para o repouso merecido.



FIGURA 17: Mulher trabalhando para a realização do festejo em Aliança. Foto Elaine, outubro 2006.

As mulheres mais jovens, em algumas comunidades, já participam do jogo de futebol, inclusive participando de torneios, onde as premiações mais vantajosas são

para o torneio de futebol masculino. Em Terra Caída, o futebol feminino recebeu como premiação um garrote, enquanto o masculino um boi. O segundo lugar feminino a premiação se resumiu em duas caixas de cervejas, quanto ao segundo lugar masculino, quatro caixas de cerveja. Não se discute nesse trabalho se a bebida alcoólica, em maior ou menor quantidade, seja benéfica ou maléfica a saúde, discute-se que a desigualdade simbólica está presente até nos momentos dos torneios e festejos religiosos. Desigualdade representada pelos privilégios do que gozam alguns em detrimento de outra parcela da comunidade.

Diante dessa análise, fica o registro de uma cotidianidade de mulheres marcada pelo trabalho, pela luta para a sobrevivência de suas famílias, mas que nem sempre são reconhecidas por elas próprias como sendo, também, responsáveis pela construção do “tecido” social dessas comunidades onde vivem e trabalham. Mas ganham forças embaladas pelo sonho de dias melhores para si mesmas, seus filhos e companheiros de vida. Porque, resta claro, que as mulheres não lutam movidas pelo individual e sim pelo coletivo.

3.6 COMUNIDADES RIBEIRINHAS: NICHOS DO PATRIARCADO?

Ainda que o patriarcalismo venha se “diluindo” e perdendo forças na contemporaneidade, não há como negar que em determinados nichos da sociedade ele parece encrudelecer. Obviamente que recorrendo ao bom senso, levando-se em conta também um estudo sério, não se pode considerar de igual maneira o patriarcado reinante à época do Brasil colônia com os tempos atuais, onde a mulher teve e continua tendo uma ascensão considerável na sociedade do ocidente, ocupando espaços antes inimagináveis, como na política, nas forças armadas, enfim guetos antes exclusivamente masculinos.

Saffioti ressalta que “O importante a reter é que a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos.” (2006, p.17). Enfatiza, ainda, que a violência masculina perpetrada contra as mulheres se constitui numa prova da força da dominação dos homens e de sua legitimação social. Dessa forma, o

patriarcado traz implícita a noção de relações hierarquizadas entre seres com poderes desiguais (SAFFIOTI, 2004).

Ao se utilizar como categoria de análise gênero, não se pode deixar de levar em conta o período histórico que está sendo analisado, e o espaço em que as relações de gênero acontecem. São os sistemas de gênero engendrados em determinada sociedade que organizam as relações de poder entre homens e mulheres e que acabam por influenciar o funcionamento das instituições como o Estado, a Escola, a Igreja, os Partidos Políticos, como também influencia na estrutura e na organização das famílias.

O “homem” é a referência nas comunidades estudadas, indo ao encontro do que Pedro Demo enfatiza muito bem:

Na história conhecida, o homem tomou a dianteira e se impôs, algo que agora vem sendo contestado, com justa razão, pela mulher. O patriarcalismo tenta impor a idéia prepotente de que a submissão da mulher é condição natural, estrutural, no que facilmente é auxiliado por crenças religiosas. (2006, p.21)

Ainda que as mulheres tenham um espaço considerável na casa, o marido é a referência como chefe de família e logo detentor de maior poder e, portanto, determinante de relações desiguais. Está arraigada na cultura a supremacia masculina, ao criar identidade social tanto do homem quanto da mulher, inclusive delimitando espaços de atuação através dos papéis que devem ser desempenhados por cada um, levando-se em conta o ser homem e o ser mulher.

A realidade se impõe nesse “espaço-tempo doméstico” como espaço onde as relações familiares acontecem e essas “...relações sociais familiares estão dominadas por uma forma de poder, o patriarcado, que está na origem da discriminação sexual de que são vítimas as mulheres.” (SANTOS, 2001, p. 301)

O sistema patriarcal vigente no seio da família, pode ser considerado como a matriz das discriminações sofridas pelas mulheres, mesmo fora do âmbito familiar (Ibidem, p. 301).

Portanto, a identidade é socialmente construída, e essa naturalização do processo sócio-cultural tem discriminado a mulher de uma maneira geral e em particular

as mulheres ribeirinhas do Baixo Madeira, alijando-as de uma participação social mais intensa nas comunidades onde vivem.

As tradições culturais e as relações sociais criam estereótipos para mulheres e homens relacionando-os a uma esfera pública ou doméstica. São justamente esses estereótipos que contribuem para legitimar a oposição entre os dois espaços, privilegiando o primeiro. Quando o discurso apóia-se nas capacidades e/ou aptidões biológicas, como “trabalho leve” associado ao feminino e o “trabalho pesado” ao masculino, vincula o homem ao espaço da produção, com maior poder e destaque, associado à imagem de caçador ao de chefe ou provedor da família, ocupando assim a mais alta hierarquia no grupo familiar, como também na comunidade. As mulheres têm maior vinculação ao espaço da reprodução, com atuação na qualidade primeira de “dona de casa”, com a imagem formada a partir de sua função reprodutora de mãe, poder-se-ia entender que a partir dessa posição estaria constituída a sua subordinação ao esposo/companheiro, culturalmente legitimado.

Por tudo isso é que os historiadores se aperceberam da necessidade de introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a convicção “de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada, efeito e motor da dinâmica social.” (COLLING, 2004, p.17).

As relações de poder se manifestam de forma diferenciada em cada sociedade e em dado momento histórico. O denominador comum é que a autoridade, tanto quanto o poder estão comumente associado ao espaço público, como atributo masculino, ainda que na contemporaneidade o distanciamento entre essas esferas estejam cada vez mais tênues.

CAPÍTULO IV

GÊNERO E DESENVOLVIMENTO

A história das mulheres assemelha-se ao trabalho de Penélope, a cada momento temos de reconquistar o direito à cidadania, à educação, ao trabalho, à sexualidade e, até mesmo, ao nosso próprio corpo. (BLAY, 2002, p.9).



FIGURA 18: Faixa com questionamento acerca das barragens no Rio Madeira, na entrada da Comunidade de São Carlos. Foto:Elaine, abril de 2006.

Os debates em torno da relação mulheres, gênero e desenvolvimento são relativamente recentes, especificamente quando dizem respeito às experiências e saberes das mulheres amazônicas. Só a partir da década de 70, instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas – ONU, o Banco Mundial, as Organizações não Governamentais (ONGs), os movimentos sociais e a academia, passaram a incorporar essas questões, em que pese na Amazônia Brasileira essas tendências ainda serem incipientes (SIMONIAN, 2001).

Nesse trabalho acadêmico, levando-se em conta a perspectiva de gênero, o desenvolvimento é considerado como aquele capaz de transformar as relações tradicionais entre homens e mulheres, operando mudanças na forma de pensar e de agir de ambos, e assim contribuir na determinação de políticas públicas com vistas a inclusão da mulher como produtora e agente do desenvolvimento. É preciso ressaltar que os Programas de Desenvolvimento não têm considerado as especificidades das mulheres, no contexto da sociedade e das relações de gênero que são estabelecidas.

Ao se levar em conta a Amazônia e em particular as comunidades ribeirinhas, com sua gama de complexidade, abrangência do espaço geográfico, o distanciamento entre as comunidades, principalmente ao se tratar das mulheres que nelas vivem, com um modo de vida, saber, cultura raça e etnia muito distintas, há que se entender que os Projetos, Planos ou Programas de Governo só alcançarão resultados positivos, se acolherem as mulheres como agentes do desenvolvimento; ainda que elas possam não ter consciência política quanto à importância do seu papel.

Papéis que são plenamente desenvolvidos na dualidade de suas ocupações tanto na esfera privada (atividades domésticas), como na esfera pública com suas atividades na escola, no posto de saúde e também na roça, executando as tarefas de colheita e plantio, produção de farinha, prestação de serviços, entre outras.

Quando se fala em desenvolvimento sustentável surge sempre a preocupação acerca da conceituação, em razão da existência de muitas delas. Por outro lado, a preocupação de abordar este item, foi motivada pela indagação: É possível o alcance do desenvolvimento sustentável sem a equidade de gênero?

Primeiro é preciso que se diga que desde o Relatório do Clube de Roma até a “Eco-92”, evento considerado o mais importante do século XX, quando foram

introduzidas novas acepções nas discussões sobre o desenvolvimento, a grande maioria das vertentes busca ser sintonizada pelo conceito de sustentabilidade e que este conceito deve ser entendido como uma alternativa ao conceito de crescimento econômico. Partem da constatação de que apenas as variáveis econômicas não são suficientes para produzir desenvolvimento com justiça social e ambientalmente sustentável.

Dez anos depois, a ONU promoveu a realização de outro evento mundial para retomar as discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, a Rio+10 ou Eco 2002 que ocorreu na África do Sul na cidade de Johannesburgo, tendo como principal objetivo avaliar os acertos e analisar as falhas nas ações relacionadas ao meio ambiente mundial, nos últimos dez anos.

Em razão dos dilemas impostos pela modernidade, o conceito de sustentabilidade adquiriu importância junto ao movimento ecológico. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento define como sustentável o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades.”³¹ Esse modelo de desenvolvimento tem como meta elevar ao máximo a sustentabilidade da teia da vida.

Cada vez mais a humanidade toma consciência da necessidade de avaliar os impactos ambientais causados pelas ações exógenas, sem perder de vista as maneiras alternativas de desenvolvimento com preservação ambiental e redução da pobreza e da fome.

Logo, o conceito de sustentabilidade nos remete a idéia de uma relação do ser humano com a natureza de forma equilibrada, que conserva a natureza preservando o meio ambiente. Nessa perspectiva, qual seria a relação dos ribeirinhos com o meio ambiente?

Anterior a qualquer análise é necessário esclarecer que ao utilizar o termo “ribeirinho” não estamos nos referindo a quem mora ou habita às margens de um rio ou igarapé, mas aquele que mantém uma organização social própria, com características

³¹ Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável – artigo de Denis Goulet, 2002, p.72.

culturais que os diferencia das demais populações, inclusive no que se refere à relação com a natureza.

O ribeirinho tem uma relação de muita intimidade e respeito com a natureza, o rio, os igarapés e igapós, a floresta, são elementos que fazem parte do seu cotidiano, de onde buscam retirar o seu sustento e da sua da família, sem agredir ao meio ambiente. A herança indígena é um elemento determinante da cultura, sabem que o rio é fonte de sustento e de prazer, nele pescam o peixe e a referência da água é ponto forte na vida desses povos. Além da beleza da floresta, de lá provém a caça e os frutos.

Pode-se dizer que os ribeirinhos formam um grupo social que mantém tradicionalmente um modo de vida que os torna dependentes culturalmente do extrativismo dos recursos naturais e que ocupam ou utilizam uma área geográfica há várias gerações, sem, contudo provocarem alterações significativas ao meio ambiente.

Uma demonstração dessa relação equilibrada entre o homem e a natureza pode ser observada na forma artesanal como são cultivadas as plantas medicinais, as fruteiras próximas ao terreiro de casa, na lavoura de subsistência, na coleta dos produtos da mata como o açaí, a castanha, mas essencialmente para consumo próprio. Alguns comercializam apenas o excedente. Raramente utilizam agrotóxicos, dos entrevistados um número inexpressivo mencionava a utilização exclusivamente nas plantações de melancia.

Observa-se nas práticas das mulheres, que lidam com as plantas medicinais, um saber que é repassado de geração a geração, com base no conhecimento acumulado ao longo dos anos. O preparo de chás, com vistas ao combate a uma série de enfermidades, é um exemplo dessa prática antiga nessas comunidades e que tem atenuado, ainda que de forma insipiente, a oferta de serviços de saúde nessas áreas ribeirinhas da Amazônia brasileira.

Evidencia-se que tratam delas próprias como dos demais membros da família, com as plantas que são cultivadas no terreiro de casa, quando algum problema de saúde acontece. Só em casos em que os chás preparados para determinada enfermidade não resolvem o problema é que buscam o atendimento no Posto de Saúde da localidade, tendo algumas se pronunciado que procuram benzedadeiras, antes de se

deslocarem até o Posto de Saúde, que nem sempre conta com remédios para a cura da enfermidade.

Esse “saber local” demonstrado pelas mulheres no trato com as plantas, nos remete aos objetivos da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), que priorizam a conservação da diversidade biológica; o uso sustentável de suas partes constitutivas e a repartição justa e equitativa dos benefícios que advêm do uso dos recursos genéticos.

No seu artigo 8º, a Convenção sobre Diversidade Biológica -CDB estabelece que os países membros devem:

De acordo com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, as inovações e as práticas das comunidades indígenas e locais que incorporam estilos de vida tradicionais relevantes para a conservação e o uso sustentado da diversidade biológica e que promovam sua aplicação mais ampla com o assentimento e envolvimento dos detentores desses conhecimentos, inovações e práticas e encoragem o compartilhar equitativo dos benefícios resultantes da utilização desses conhecimentos, inovações e práticas.

Nessa perspectiva, o conhecimento partilhado entre os membros dessas comunidades, deve ser, além de respeitados, pesquisados pela ciência, uma vez que o saber tradicional é de grande importância tanto para a ciência quanto para os grupos sociais envolvidos.

Dessa forma, percebe-se o modo de vida que respeita o meio ambiente, não se vê grandes derrubadas na floresta, apenas pequenos trechos onde são plantadas mandiocas, melancias, feijão, milho, e outras culturas de curto ciclo. Como bem demonstra a foto onde se aproveita as áreas que foram alagadas no período das águas altas. É preciso dizer que não é o viés econômico que dá sustentação ao modo de produção do ribeirinho, ainda que eles não tenham a clareza de questionarem a si próprios se a manutenção dos padrões atuais de produção e consumo poderá inviabilizar ou não a vida das gerações futuras. No entanto, eles têm clareza de que dependem da natureza para viver.

Mas para que se possa falar em desenvolvimento sustentável de uma comunidade, a questão perpassa outras esferas que vão além da “economia de crescimento”, é preciso se falar em qualidade de vida para todos. E Augusto de Franco

alerta no sentido de que uma comunidade só se desenvolve quando tornam dinâmicas suas potencialidades, e isso só acontece quando se reúnem vários fatores, como:

O nível educacional da população. A existência de pessoas com condições de tomar iniciativas, assumir responsabilidades e empreender novos negócios. A decisão do poder local e de outros níveis de governo de apostar em caminho de mudança. Sim, porque desenvolver implica sempre mudar. E é preciso também a participação da sociedade. (FRANCO, 2000, p.29)

Pode-se daí depreender que é condição *sine qua non* para que o desenvolvimento seja estimulado, que as pessoas tenham acesso ao conhecimento, à renda e ao poder. E ao ser evidenciado esses fatores, nos remetem à idéia de melhoria da vida das pessoas, e isso envolve necessariamente oferta de uma boa educação, de infra-estrutura razoável, uma alimentação equilibrada e disponibilidade de atendimento à saúde preventiva e curativa da população, geração de emprego e renda, dentre outras. Dessa forma, a seguinte indagação é oportuna: E como se encontram hoje nas comunidades ribeirinhas, foco desse estudo, esses fatores?

4.1 A EDUCAÇÃO NAS COMUNIDADES

Na história do Brasil a década de 1980 é representativa como o período de abertura democrática do País. A Constituição Federal de 1988 serve como marco definitivo desse processo de redemocratização, com a garantia dos direitos sociais e individuais, acolhendo os anseios da população, entre eles antigas demandas do movimento de mulheres que liderou a Campanha da Constituinte, juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

Entende-se um dos aspectos mais importantes da Constituição Federal de 1988 foi a garantia dos direitos sociais e individuais, como a menção explícita aos direitos relativos às diferenças, quando defende o “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art.3º, IV)

A Carta Constitucional, no seu artigo 214, institui a obrigatoriedade de um Plano Nacional de longo prazo. A nova LDB, em seu artigo 9º, também estabelece que a

União elabore um Plano Nacional de Educação - PNE, tendo este sido aprovado através da Lei 10172/2001, pelo Presidente da República. Diferentemente da Constituição, vale ressaltar, que nas diretrizes gerais do referido Plano, destaca-se “a ausência de qualquer menção à diversidade, às diferenças, entre elas as concernentes às relações de gênero...” (VALENTE e ROMANO apud VIANNA e UNBEHAUM, 2004, p.31).

No que se refere à educação nas comunidades estudadas, percebe-se de imediato a dificuldade que os ribeirinhos enfrentam, tanto pela demanda que não é atendida por falta de vagas nas escolas, quanto pela dificuldade de locomoção e de condições sócio-econômicos das famílias que possibilitem que os filhos possam se dedicar inteiramente aos estudos. Não se pode falar em ensino continuado, como em Terra Caída que só tem uma Escola Municipal de ensino fundamental, necessitando os alunos se deslocar até o Distrito de São Carlos para dá continuidade aos seus estudos, uma vez que na Vila de São Carlos a oferta é até o segundo grau. Quem almeja cursar uma universidade tem que ter condições para se deslocar com destino a Porto Velho e com isso se readaptar a outro estilo de vida.

São em número de 167 (cento e sessenta e sete) os alunos provindos de várias localidades, que se deslocam todos os dias com destino a São Carlos. No que se refere ao transporte via fluvial, um número expressivo não consegue vaga no barco contratado pela Prefeitura, que são em número de dois, um vindo de Aliança e outro de Curicacas. Aquelas localidades que ficaram fora da rota de prestação de serviço da Prefeitura, os alunos se deslocam em canoas ou rabetas movidas a gás, que nem sempre oferecem segurança quer por falta de coletes ou das condições precárias dessas pequenas embarcações, ou mesmo devido aos temporais que enfrentam e que são comuns nessas regiões, como também pelos banzeiros que acontecem oferecendo certo risco. Isto dito pelos moradores das localidades, mais precisamente aqueles que residem na outra margem do Rio Madeira e precisam atravessá-lo para o Distrito de São Carlos, onde está situada a escola.



FIGURA 19: Barco atracando em São Carlos com alunos de diversas localidades – Foto Elaine, abril 2006.

Existe um outro contingente de alunos de Terra Caída que freqüentemente vai para a escola a pé pelas trilhas abertas ao longo do percurso, ou de bicicleta. Na época da enchente do rio as trilhas ficam alagadas, e assim a freqüência dos alunos é prejudicada e a evasão torna-se expressiva.

Na Educação o ano letivo independe do ano civil. Mas aqui em Rondônia não é feito essa dissociação. Entende-se como oportuno haver a desvinculação do calendário acadêmico urbano do calendário rural ribeirinho, assim adequando melhor à realidade da população ribeirinha que enfrenta grandes dificuldades no período chuvoso.

Na Vila de Cujubim Grande os problemas são praticamente idênticos no que se refere ao transporte dos alunos. O ônibus contratado pela Prefeitura, em condições pouco favoráveis, tem lugar para 43 (quarenta e três) passageiros, mas segundo informações da Escola Municipal, transportam 90 (noventa) passageiros, entre alunos e professores que se deslocam todos os dias de Porto Velho a Cujubim Grande. O referido ônibus tem o itinerário iniciado na SEMED, partindo por volta das seis horas da manhã, tendo como percurso a estrada da penal e abrange vinte linhas das localidades: Mutuns, Jacarezinho, Porto Chuelo, Belmont, Cujubinzinho, Silveiros, Belém, São Miguel I e II, Amparo, Santana, Praia do Tamanduá, Linhas da Amizade e Brasil. Ocorre, que o ônibus tem apresentado defeito em várias ocasiões, acarretando prejuízos nos horários de funcionamentos das aulas. Por coincidência, em retorno para

Porto Velho, presenciou-se o ônibus quebrado no meio do caminho, causando apreensão pelo fato de não se saber em quanto tempo ele estaria consertado e se não tivesse conserto como ficariam as pessoas que usam o transporte para retornar as suas residências.



FIGURA 20: Ônibus sendo consertado em meio a estrada. Foto Elaine, junho de 2006.

Outros 60 (sessenta) alunos são transportados de barcos, atendendo as localidades da margem esquerda do rio, e enfrentam o mesmo problema de superlotação.

Uma outra dificuldade grande enfrentada pela escola é que os alunos saem muito cedo de casa e nem sempre a merenda é oferecida com a regularidade prevista no planejamento institucional. Logo, muitos ficam na porta da sala da Coordenação Pedagógica, esperando que com seus gestos e olhares possam transmitir a fome que estão sentindo. Outros são mais diretos e perguntam se não tem biscoito ou alguma outra coisa para eles merendarem.

O atraso no calendário acadêmico é quase rotina nessas comunidades. Quer pela enchente do rio que provoca alagações em áreas da escola e da redondeza, quer pela quebra freqüente dos ônibus e até mesmo pela deficiência na manutenção dos barcos.

Entre tantas dificuldades, outra demonstra por si só o reflexo da qualidade do ensino que é ofertada e as condições adversas que são enfrentadas pelos alunos, que

é a distorção de idade, ou seja, alunos de idade superior a série que freqüentam, um indicador desfavorável à qualidade do ensino. Pedro Demo é enfático quando diz: “O que marca a trajetória do ser humano, mais que outros fatores, é a capacidade de aprender: de mudar as condições de vida encontradas e sua própria trajetória pessoal.” (2001, p.92).

Dessa forma, podemos dizer que nessas comunidades, a educação ainda não passou a se constituir em um direito de todos os cidadãos. Enquanto o Brasil não estender a todos uma educação de qualidade, não pode se falar em País democrático, porque democracia pressupõe o exercício pleno de cidadania para todos.

4.2 A OFERTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

No que se refere à saúde a situação não é das melhores, para não dizer calamitosa, vejamos o por quê. Desde a Constituição de 1988 o Ministério da Saúde assumiu o compromisso de reestruturar o modelo de atendimento no Brasil, partindo de um referencial de que a saúde é um direito de todos e condição básica de cidadania, com oferta de serviços integrais e humanizados à população.

Nessa nova proposta o poder público municipal ficou como responsável pelo imediato atendimento das necessidades e demandas de saúde de todos os municípios, contando com a cooperação técnica e financeira da União dos Estados, de acordo com o estabelecido na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde.

A estratégia de descentralização tem como objetivo facilitar o acesso das pessoas e possibilitar um gerenciamento de saúde que se adequasse melhor ao contexto da população que necessita de atendimento, oferecendo um serviço de melhor qualidade. Procurando seguir essa vertente, as políticas municipais têm se organizado a partir do **Programa de Saúde da Família (PSF)**, que tem como objetivo precípua promover a qualidade de vida e o bem-estar individual e coletivo através de ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Teve-se a oportunidade de observar e participar em alguns momentos do atendimento nos postos de saúde de Terra Caída e da Vila de Cujubim Grande. Nos

dias de trabalho de campo em Terra Caída, não coincidiu com os dias do atendimento da equipe médica que presta serviços naquela localidade. Presenciou-se apenas os exames de malária que foram realizados. No período de 01 à 27 de abril, haviam sido realizadas 27 (vinte e sete) lâminas, das quais 14 (quatorze) tinham dado positivo. A medicação de combate à malária era um dos poucos disponíveis, porém o estoque estava já bastante reduzido, conforme explicação do atendente do Posto.

Ao se indagar sobre a disponibilidade de soro antiofídico, a informação foi que estava em falta, e ao ser perguntado sobre o procedimento em caso de acidente, responderam que as pessoas que por ventura viessem a ser picadas, teriam que ser encaminhadas para o Distrito de São Carlos. Nesse mesmo dia ao retornar a São Carlos, constatou-se que naquele Posto de Saúde também não havia disponível o soro antiofídico.

Em nenhuma das comunidades existe o controle estatístico concernente a esses acidentes³². Embora se tenha conhecimento de casos, como o de uma criança de quatro anos que faleceu após a picada de um escorpião, quando em visita da equipe de pesquisadores e bolsistas vinculados ao Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável e Populações Tradicionais -CEDSA, em diversas comunidades para convidar as lideranças locais para participar do I Encontro de Comunidades Ribeirinhas, realizado em São Carlos, no dia 26 de novembro de 2005.

Quanto ao atendimento odontológico, inexistente um consultório equipado no Posto de Saúde, sendo oferecido apenas o serviço de extração dentária quando da visita da equipe médica.

Outro desafio é o meio de transporte, muitos moradores não possuem voadeira, rabeta, muitos recorrem mesmo a canoa a remo, forma mais artesanal de transporte fluvial. Quando essas pessoas adoecem ficam totalmente dependentes da boa vontade ou cooperação de outro morador que concorde em fazer o traslado para outra comunidade que tenha Posto de Saúde sem pagamento pelo serviço, porque muitos não dispõem de recursos financeiros para isso. Não é raro encontrar pessoas doentes de malária dentro de redes em casa, tomando remédio caseiro porque estão sem

³² Não foi possível obter dados sobre a incidência de acidentes ofídicos junto aos órgãos competentes. Disseram não dispor dessas informações e que geralmente os dados não são desmembrados do Município de Porto Velho.

condições de deslocarem-se para a comunidade mais próxima, em busca da medicação.

Na Vila de Cujubim Grande, o Posto de Saúde funciona de forma precária, percebem-se de imediato as más condições da edificação do prédio, deixando entrever os buracos na parede, a pintura com as cores esmaecidas pelo tempo, as instalações internas muito deficientes, onde funcionaria o consultório odontológico apenas uma cadeira de dentista já surrada, representando, talvez, a esperança de que um dia ali funcionará um consultório odontológico completo e que oferecerá todos os serviços necessários.

Estando Cujubim Grande em torno de 30 (trinta) km de distância de Porto Velho, a comunicação deixa a desejar, os Correios não oferecem os serviços para a comunidade, ainda não funciona o telefone público. Os servidores do Posto de Saúde têm dificuldade em se comunicar com a Secretaria Municipal de Saúde, ou com o médico que presta atendimento na comunidade e em casos de emergência a situação é calamitosa, agravado pelo fato do Posto não ter disponível uma ambulância para transporte dos doentes. Nos casos de emergências, busca-se o apoio de um senhor da comunidade que leva os pacientes em seu carro próprio e depois o acerto é feito junto à Secretaria Municipal de Saúde. A Diretora do Posto informou que por diversas vezes teve que se dirigir, até duas vezes por noite, a Porto Velho com casos considerados de urgência, sob pena de presenciar a morte do paciente e externou o receio de ser responsabilizada caso não busque alternativas de traslado.

O fluxo de pessoas para realização do exame de malária é muito grande, e a quantidade de resultados positivos alarmante. Segundo informação do servidor do Posto de Saúde que coleta as amostras, a incidência da malária tem aumentado muito depois que os recursos destinados ao controle da endemia foram descentralizados para o Município. Quando a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA era a responsável pelo controle da malária, havia a termonebulização de aplicação espacial do inseticida Pirotroty³³ e a aplicação residual para paredes com regularidade e os casos estavam

³³ Em visita a FUNASA foi informado que a borrifação com vapor se consegue com a mistura do Pirotroty misturado com o óleo diesel e a termonebulização nas paredes se faz mediante a mistura do mesmo inseticida com água.

sob controle. Presencia-se a incidência de muitas crianças fazendo o exame de malária, como mostra a foto a seguir:



Figura 21: Criança fazendo o exame de malária. Foto: Elaine, junho de 2006.

Em uma das visitas à comunidade, presenciou-se um caso particular que chamou à atenção. Uma criança com menos de dois anos de idade, com febre há vários dias e com crises de vômito, não conseguindo ingerir a medicação indicada pelo atendente de plantão no Posto. Resolve-se ligar para o médico em Porto Velho, para solicitar orientações em razão da precariedade do estado da criança e não conseguiram contato. Possivelmente seria mais um caso que necessitasse de internação no Hospital de Base em Porto Velho.

Quando a equipe médica desce o Rio Madeira completa, são realizados exames preventivos nas mulheres, mas é relatado que nem sempre o material de coleta é suficiente ou acontece que os exames seguem para a Capital e muitas vezes não retornam para serem entregues às pacientes com o resultado. Vale ressaltar que os serviços haviam sido paralisados, na época do trabalho em campo, em razão da transição da antiga Administração Municipal para a atual gestão.

4.3 SANEAMENTO AMBIENTAL

4.3.1 Abastecimento de água

Os ribeirinhos têm um modo de vida peculiar, mantêm uma relação de intimidade com a natureza, de forma que alguns hábitos comuns dos moradores, chamam a atenção dos pesquisadores, da área urbana, que não compreendem porque pequenos cuidados poderiam ser tomados por parte dos moradores e com isso algumas doenças evitadas.

Essa população tem muito contato com as águas dos rios e dos igarapés, onde apanham água para o uso familiar, tomam banho, as mulheres lavam as roupas e no período da vazante, formam-se imensas praias onde aproveitam para tomar banho em grupos e assim o lazer fica garantido.

Em Terra Caída tem um reservatório de água, construída na época pela FUNASA, que consiste num poço profundo, que atende o abastecimento de água à comunidade. Foi relatado pelos moradores que não é feita a manutenção desse por aquela instituição. No entanto, alguns moradores alegam pegar água diretamente do Rio Madeira. Não se observa nas casas a utilização de filtros de água. Alguns pegam a água no rio e coam-na para ser extraída a parte sólida; outros afirmam que apanham no rio, mas que antes de ingerir colocam hipoclorito de sódio quando conseguem no Posto de Saúde.

Sabe-se que a água e a saúde das populações andam de mãos dadas. A disponibilidade de água de qualidade é condição indispensável para a manutenção da saúde, uma vez que a qualidade desta é fator condicionante da qualidade e bem-estar da vida das pessoas.

4.3.2 Esgotamento Sanitário

Segundo orientação da Organização Pan-Americana de Saúde, os dejetos gerados pelas atividades humanas devem ser coletados, transportados, tratados e

dispostos mediante os processos técnicos, de forma que não gerem ameaça à saúde e ao meio ambiente.

No entanto, nas residências visitadas em Terra Caída e Vila do Cujubim Grande, em geral o banheiro é utilizado fora das dependências, no quintal. Poucas casas possuem fossas sépticas, a maioria utiliza a chamada fossa negra, geralmente construída com madeira e cobertura de palha, onde cavam um buraco no chão para depósito dos dejetos, que pode ser considerado como ameaça à saúde e causa de contaminação das águas subterrâneas e superficiais dessas comunidades, principalmente no período chuvoso, levando ao transbordamento das fossas.

É fato que a falta de um adequado sistema de coleta, tratamento e destino dos dejetos, tornarem-se vetor de doenças. Foi detectada uma alta incidência de diarreias como uma das enfermidades mais comuns no meio ribeirinho, quando da aplicação do Questionário sócio-econômico, pelo CEDSA, através do Programa de Extensão Universitária - PROEXT, que abordou questões relacionadas com a saúde da população. A foto abaixo demonstra as condições dos banheiros utilizados e dá a visão da fossa negra.



FIGURA 22: Foto do banheiro em uma das residências pesquisadas. Foto Elaine, maio de 2006

Lava-se a louça com a água do rio, e água já servida é jogada a céu aberto e se observa que em determinadas residências, formam-se poças de água que podem servir

para proliferação de mosquitos. Em algumas residências a louça, as panelas e demais utensílios são lavados no peitoral da janela que serve como lavatório, como demonstra a foto a seguir.



FIGURA 23: Residência em Terra Caída. Foto Elaine, maio de 2006

4.3.3 Tratamento do Lixo

O lixo é tudo o que não serve mais e jogamos fora. Inexiste a coleta de lixo nas comunidades ribeirinhas e isso passa a se constituir numa situação séria, mas que em meio a tantos outros problemas esse parece de menor escala. Mesmo durante o trajeto da viagem nos barcos de linha, percebe-se que tanto os passageiros quanto os encarregados do barco jogam fora, tanto resto de comida quanto materiais que poluem o meio ambiente como garrafas plásticas de refrigerante, copos descartáveis, latas de cerveja, entre outras, no Rio Madeira. Inexistindo a coleta, muito menos o tratamento do lixo nas comunidades.

Em alguns depoimentos foi dito que o lixo é colocado atrás de casa e depois se toca fogo. Outros dizem que cavam um buraco para colocar o lixo dentro e jogam terra por cima. Contudo é facilmente perceptível a não preocupação ou conscientização dos problemas que podem advir do lixo.

A necessidade de programas de conscientização e de ações por parte dos governantes para a coleta, transporte e o tratamento adequado do lixo, é sem dúvida inconteste.

Em decorrência dessas constatações e das condições precárias de vida, cabe a indagação: Os ribeirinhos podem ser considerados cidadãos? É preciso ressaltar que a existência de políticas públicas se justifica pelas demandas específicas de grupos sociais e obviamente, pelo atendimento delas. Por outro lado, o que torna o cidadão consciente de seus direitos e obrigações? Pode-se afirmar que os ribeirinhos vivenciam uma democracia plena?

Torna-se necessário a gestão de políticas sociais de atendimento a grupos que se encontram excluídos de serviços públicos. O Putnam chama a atenção para o desempenho das instituições democráticas quando menciona que: “Desde Aristóteles, os sociólogos políticos afirmam que as perspectivas da verdadeira democracia dependem do desenvolvimento social e do bem-estar econômico”. (1996, p.26)

São esses fatos que nos levam a constatar que a sociedade brasileira não conseguiu transpor do plano teórico para a prática cotidiana as mudanças sonhadas por todos os brasileiros.

Portanto, faz-se necessário uma vez mais refletir sobre o desenvolvimento como um processo que assegure aos indivíduos sobrevivência com dignidade, que tenham acesso aos serviços públicos, e ao que for necessário, possibilitando uma qualidade digna de vida e que seja propiciada uma relação harmoniosa entre homens e mulheres, como forma de proporcionar o desenvolvimento sócio-econômico, mantendo uma estreita relação com a natureza, de forma que se incluam os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente (TUAN,1980 *apud* GUARIM,2005, p.13).

4.4 DESENVOLVIMENTO E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER

Ao longo da história das sociedades, foram construídas social e culturalmente as diferenças entre homens e mulheres a partir de subjetividades de cada representação social que necessariamente redundou na reprodução das desigualdades

nas relações de poder, não somente entre homens e mulheres, mas entre os indivíduos de acordo com a cor, idade, posição social, etc...

E assim, foram sendo estabelecidas as relações de dominação entre os sexos e conflitos de toda ordem marcaram a existência de homens e mulheres, ora de forma mais evidenciada, como nos casos de violência física, outras de maneira mais sutil, como a violência psicológica e a subalternidade envolvida pelo manto da naturalidade, como a elaboração dos distintos papéis, a divisão social e sexual do trabalho, as expectativas de cada um e dessa maneira forma projetadas e sedimentadas as subjetividades pessoais e coletivas na sociedade.

Para ilustrar a inserção sócio-cultural da mulher brasileira, a época da economia colonial na qual a mulher mantinha-se em segundo plano em relação ao homem tanto economicamente como socialmente, a citação da CERDEIRA é providencial:

[...] cercado de escravos, o brasileiro habitua-se a não ver senão escravos entre os seres sobre os quais tem superioridade, seja pela força, seja pela inteligência. A mulher é, muitas vezes, a primeira escrava da casa, o cão é o último. (SAINT-HILAIRE *apud* CERDEIRA, 2006, p.2)

A vida de trabalho da Mulher na Amazônia é mais um exemplo da invisibilidade que permeia a vida da mulher e sua história. O trabalho realizado pelas mulheres nos seringais da Amazônia foi sempre encoberto, fato é que não se tem registro de nenhuma mulher ter conseguido se aposentar como seringueira. No entanto elas exerceram a atividade de corte e coleta do látex, não ficando nada a dever ao trabalho desempenhado pelos homens, aliás era um trabalho de jornada dupla.

O trabalho da mulher no seringal incorpora uma sobrecarga de atividade que vai da coleta do látex e defumação, aos afazeres domésticos como cuidar da casa, família, roça e das criações domésticas. (NASCIMENTO SILVA, 1996, p.71)

Não resta dúvida de que muita coisa mudou ao longo dos séculos, a mulher conquistou um lugar de reconhecimento na sociedade, como um ser capaz de ocupar espaços públicos que antes era reservado exclusivamente aos homens, garantindo a independência econômica, a possibilidade de tomar decisões, entre outras conquistas. O século XXI serve de marco histórico de ruptura com a ideologia da mulher vinculada à

maternidade, à esfera privada, para o enfoque da mulher que ingressou no mercado de trabalho no contexto da modernização socioeconômica.

No entanto, os recentes planos de desenvolvimento, mais precisamente para a região amazônica, não demonstram consideração com relação à importância da mulher frente ao processo de desenvolvimento, em que pese constituírem parte considerável da população e por isso devem ser incluídas nas discussões para elaboração dos Projetos de Desenvolvimento das comunidades (SIMONIAN, 2001).

Na 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas para a Mulher, que aconteceu em Pequim em 1995, ficou estabelecida como estratégia mundial a promoção da igualdade de gênero, como um objetivo fundamental para o alcance do desenvolvimento social e econômico. Esta decisão se baseou no fato de que os esforços de desenvolvimento não haviam focado às causas da subordinação das mulheres, e dessa forma falhado e não propiciado impacto significativo sobre as desigualdades de gênero. Grande parte das abordagens acerca do papel das mulheres no desenvolvimento, não se baseia nas realidades das vidas das mulheres, muito do produzido fica escamoteado como “ajuda” e não são vistas como agentes econômicos. Não se pode deixar de lado o fato de que o trabalho dessas mulheres é essencial para manutenção do processo econômico, quer seja o trabalho desempenhado no âmbito doméstico ou fora dele.

Não se pode perder de vista que o desenvolvimento de uma comunidade depende das pessoas que vivem nela, conhecedores de suas dificuldades, carências e também de suas potencialidades.

Apesar de alguns avanços sociais ocorridos na área ribeirinha, ainda não são suficientes para produzir a independência financeira e muito menos o bem-estar das pessoas que convivem em meio a grandes dificuldades, em especial às mulheres, por falta de políticas públicas que as incluam como sujeitos de ação e detentoras de direitos. A questão da titularidade da terra é um dos exemplos de exclusão das mulheres. Geralmente os moradores dizem não ter a documentação da terra, alguns homens herdaram dos pais, as famílias vão se reproduzindo e ocupando parte do espaço da terra. A questão fundiária merece um estudo à parte; o fato é que no grupo

pesquisado não foi detectado a propriedade da terra com o título em nome de nenhuma mulher.

Detectou-se que algumas famílias são beneficiadas pelos Programas de Governo, O Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI. O Programa Bolsa Família tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, concedido às famílias com renda mensal *per capita* de até R\$ 60,01 a R\$120,00 e extremamente pobres, com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00.³⁴

Quanto ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, este tem como objetivo a transferência direta de renda do Governo Federal para famílias com crianças e adolescentes, de 7 a 15 anos, envolvidos no trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante, tentando despertar nas crianças e nas famílias à possibilidade de um futuro melhor. O valor concedido é de R\$ 40,00 por criança que exercer atividades em área urbana e as que exercem atividades típicas da área rural R\$25,00 ao mês por cada criança cadastrada no referido Programa.

É louvável a finalidade a que se propõe o referido Programa. Ocorre que para receber a bolsa, as famílias têm que assumir alguns compromissos com o governo federal, garantindo: frequência mínima das crianças e adolescentes na escola e na jornada ampliada equivalente a 75% do período total; afastamento definitivo das crianças e adolescente menores de 16 anos do trabalho; participação das famílias nas ações sócio-educativas e de ampliação e geração de renda que lhes forem oferecidas.

Ocorre que este programa parece não se adequar à realidade dos ribeirinhos, pois a tradição do trabalho familiar é mais forte e necessária, uma vez que essa transferência de renda não basta para o sustento da família que sobrevive da produção familiar.

Com relação ao período de vida em que as crianças eram inseridas no trabalho, foi perguntado com que idade começava a trabalhar em casa e/ou no roçado. 27,6% responderam que as crianças na faixa etária dos 06 (seis) anos aos 09 (nove) já iniciam suas atividades, no âmbito doméstico e na roça junto com os pais; 24,1% só a partir dos 10 (dez) anos; 27,6% não quiseram responder e 20,7% não tinham mais filhos em

³⁴ Informações mais detalhadas procurar no site www.mds.gov.br

casa, alguns já haviam se casado e outros estão trabalhando e/ou estudando em Porto Velho. São na família que as relações e construções sociais começam a ser engendradas, como nos mostra Heiborn: “O sistema de gênero não é autocontido, emaranha-se no parentesco, no religioso, no econômico, etc... A cultura é uma casa de espelhos.” (1992, p.101). Enfatiza que a assimetria de gênero não é universal, uma vez que sempre assume a cor local.

Essa situação evidencia que este Programa de transferência de renda parece não se adequar às condições de vida dos ribeirinhos, merecendo sofrer alguns ajustes para melhor aproveitamento.

Pedro Demo chama atenção para o fato de que os programas assistenciais que transferem renda é uma forma de encobrir as desigualdades entre ricos e pobres, apenas apontam para o decréscimo da pobreza absoluta e assevera: “A estrutura da desigualdade permanece intacta, mas, em compensação, os pobres estão um pouco menos pobres, um resultado típico do atual Programa Bolsa Família”. (2006, p.82).

No Brasil já é por demais conhecido o fato de que existe uma lacuna entre o previsto em uma Legislação e a prática efetiva desta. É perceptível a falha do poder público, tanto no que se refere ao cadastramento das famílias, quanto ao controle do cumprimento da ampliação em 75% do período total da jornada escolar, assegurando a permanência do aluno na escola.

Além do mais o calendário escolar, no ano de 2006, sofreu influência pelo longo período de enchente que impossibilitou que as aulas começassem na data prevista. Em Terra Caída as aulas foram iniciadas, mas em seguida paralisadas pela alagação que impossibilitou o deslocamento das crianças pelas trilhas que conduzem à escola, tendo a escola no seu entorno.

O trabalho da agricultura gira em torno da unidade familiar, e em época de plantio, colheita, produção da farinha, geralmente todos participam para dar conta de produzir o necessário para a subsistência do grupo familiar, incluindo os filhos e filhas em idade escolar.

Assim, torna-se mister ressaltar, que além da importância da contribuição das pessoas que vivem nessas comunidades como agentes capazes de buscar soluções alternativas com vistas ao desenvolvimento, outros fatores também são determinantes e

condicionantes para a promoção do desenvolvimento local, como acesso aos serviços de educação, de saúde, de habitação, saneamento básico, entre outros, fatores considerados de necessidades básicas dos indivíduos, por se constituírem, também, potencialidades que influenciam o processo de desenvolvimento.

Sem a equalização desses problemas e a não criação de espaços para o envolvimento das mulheres nas tomadas de decisão em assuntos que dizem respeito aos problemas de sua comunidade e de sua vida, não se tem como falar em desenvolvimento, com equidade, dessas comunidades.

4.5 CAPITAL SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DE MULHERES

O capital social é uma terminologia recentemente utilizada pelas ciências do desenvolvimento. Pode-se dizer que inexistente uma definição consensual, por se tratar de recente debate no campo da ciência. Todavia, o Putnam é considerado precursor das análises do capital social, em estudo conhecido mundialmente acerca das diferenças entre a Itália do Norte e a do Sul.

Segundo Putnam o capital social tem seu fundamento alicerçado pelo grau de confiança existente entre os atores sociais de uma determinada sociedade, através de normas e comportamento cívico praticado e pelo nível de organização do associativismo.

Algumas mulheres da Vila de Cujubim Grande tiveram a iniciativa, louvável, de criar a Associação de Mulheres de Cujubim, em que pese à existência de outras três associações, incluindo a de Cujubim Pequeno, por estarem insatisfeitas com as demais, que só se preocupam com questões muito específicas da categoria que as criou. A exemplo da Associação de Produtores Rurais, que discutem tão somente os problemas relacionados com a produção agrícola rural. A Associação de Mulheres entende que existem outros tantos problemas que afetam a comunidade e se propõem a trabalhar com o propósito de alcançar o bem comum de todos.

Criada a Associação recentemente, não conta com nenhuma infra-estrutura, e as reuniões acontecem numa mercearia com bar anexo, cujo proprietário cedeu o

espaço para contribuir com as mulheres no esforço de fortalecimento da entidade. A foto a seguir mostra o local de realização dos encontros informais e reuniões formais do grupo de mulheres.



FIGURA 24: Local onde acontecem as reuniões da Associação de Mulheres. Foto: Elaine, em junho de.2006

Essa decisão já demonstra um esforço considerável que poderá propiciar a socialização dessas mulheres. Reveste-se de importância ainda maior pelo despertar de um desejo de agir comunitariamente, buscando transformações mais profundas na comunidade, cujo objetivo é o bem-estar de todos. Essa atitude demonstra, também, a construção de valores relacionados com solidariedade e atitudes de cooperação, oferecendo-lhes possibilidade de aprendizado e de se organizarem politicamente, proporcionando-lhes senso crítico, consciência de cidadania e compromisso cívico, ainda que de forma embrionária.

Pedro Demo quando define pobreza política, destaca algumas dimensões e entre elas a importância do associativismo:

Quem é politicamente pobre não é cidadão, porque não se organiza politicamente para poder impor mudanças: primeiro não constrói consciência crítica adequada, porque em geral não sabe pensar; segundo, não chega a perceber a importância do associativismo, para potencializar as forças e conseguir volume de pressão [...]. (2006, p.33).

Mas, as mulheres começaram a se organizar e juntas apontam alguns problemas que a comunidade enfrenta no dia a dia, como a inexistência de um posto telefônico público, uma assistência melhor dos serviços de saúde; a necessidade de Segurança Pública com a instalação de uma Delegacia para coibir os casos de violência que já acontecem na comunidade; transporte público com mais regularidade, que apresente um bom estado de conservação, com redução do preço da passagem para atender às necessidades de deslocamento dos moradores; que a educação ofertada seja de qualidade e atenda a demanda da comunidade e das localidades próximas; que os barcos que conduzem os alunos tenham capacidade de atender a todos com a devida segurança, principalmente no que se refere às condições do barco e os coletes de segurança que nunca estão disponíveis na quantidade necessária.

Posiciona-se, também, com relação ao serviço de transporte terrestre fornecido pela Prefeitura, que apanham os alunos de várias linhas, deixando muito a desejar, na medida em que não apresentam as mínimas condições exigidas para trafegar com segurança e nem na quantidade de poltronas disponíveis, já que o ônibus contratado transporta tanto os alunos, como os professores e demais funcionários municipais que prestam serviço na escola e residem em Porto Velho.

Sabe-se que os municípios constituem o *lócus* privilegiado para prestação dos serviços públicos e a concretização do desenvolvimento local, depende do bem-estar dos indivíduos. Desse modo, exige-se que os dirigentes municipais estejam sintonizados com as reais necessidades dos munícipes e conscientes dos desafios relativos à expansão de cidadania e à inclusão social.

Numa cidadania plena, as ações dos dirigentes devem ser pautadas para o atendimento das necessidades dos cidadãos: “As instituições são mecanismos para alcançar propósitos, não apenas para alcançar acordo. Queremos que o governo *faça* coisas, não apenas *decida* coisas...” (PUTNAM, 1996, p.24).

Em Aristóteles encontramos os antecedentes mais remotos de que o homem é um ser social. Dessa forma, a necessidade de se sentir pertencente a um grupo é inerente ao homem. A sociedade surge da necessidade do homem de proteger-se, de buscar formas de garantir os seus direitos e de ter estabelecido, através das normas, as suas obrigações. Na mesma medida os cidadãos também devem concordar em seguir

as regras e os deveres pelos quais se rege e se constrói uma democracia. Essa noção de democracia nos é reforçada por Putnam quando diz: “Na comunidade cívica, a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos”. (1996, p.102).

Logo, na democracia a noção de direitos e obrigações são amplamente reforçados na medida em que um governo democrático existe para servir ao povo e não aos seus próprios interesses, as decisões devem ser tomadas e políticas públicas implementadas, em consonância com os anseios da população.

É a partir das relações sociais que cada pessoa adquire uma identidade e é reconhecida por outras, vivem juntas e, dependendo do grau de civismo existente no grupo, lutam por ideais comuns e assim vão sendo forjados valores e atitudes que terminam por influenciar a maneira como as pessoas se relacionam entre si e que influenciará na coesão social da comunidade.

Nesse sentido, as iniciativas que são baseadas na constituição de identidades coletivas, como resultado das práticas associativas, a exemplo das empreendidas pelos movimentos sociais rurais, são fundamentais para criar mecanismos capazes de superar as dificuldades e de contribuir de forma mais incisiva na criação e implementação de políticas públicas que beneficiem a todos e a todas, nas especificidades locais.

Esse esforço conjunto de superar a exclusão social possibilita estabelecer aquilo que Putnam denomina de comunidade cívica, que se caracteriza pela participação da coletividade nos negócios públicos. “O interesse pelas questões públicas e a devoção às causas públicas são os principais sinais de virtude cívica”. (WALZER, apud PUTNAN, 1996, p.101). A partir desse envolvimento grupal, originam-se o espírito de solidariedade, confiança, normas de reciprocidade e tolerância que deve permear as ações que vão reforçar as normas e os valores da comunidade cívica.



FIGURA 25: Reunião de Mulheres da Associação, com a presença da Pesquisadora. Foto: Maria José, junho de 2006

Em Terra Caída existe a Associação de Produtores Rurais, Extrativistas e Pescadores de Terra Caída, com CNPJ de n. 63.763.288/0001-76, encontra-se com 40 (quarenta) inscritos, sendo 12 (doze) mulheres e 28 (vinte e oito) homens. Falando com algumas mulheres, um grande número delas deixou de freqüentar as reuniões alegando falta de tempo e que as decisões são tomadas, na verdade, pelos homens. Assim, consideram perda de tempo e enquanto eles decidem, elas perdem a oportunidade de participar das decisões que são tomadas e que dizem respeito, também, a vida delas na comunidade.

Na situação em que se encontra o associativismo nas comunidades estudadas, podemos dizer quanto mais for estimulado o fortalecimento das associações já existentes, tornar-se-á possível a implantação e implementação de sistemas sociais dotados de maiores potencialidades para o desenvolvimento, isto porque:

Os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas, tendem a ser cumulativos e reforçam-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança e reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Eis as características que definem a comunidade cívica. (PUTNAM, 1996, p.186).

É certo que a caminhada ainda é muito longa para as pessoas compreenderem a importância decisiva nesse processo de busca pela cooperação, solidariedade e

espírito público; levará ainda algum tempo para que os membros das associações inculquem esses hábitos. No entanto, o importante é que o processo foi iniciado e a busca pela melhoria da qualidade de vida de todos passou a ser um objetivo comum.

CAPÍTULO V

COMUNIDADES RIBEIRINHAS: MODERNIDADE E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

O que melhor define a modernidade não é o progresso das técnicas, nem o individualismo crescente dos consumidores, mas a exigência da liberdade e sua defesa contra tudo o que transforma o ser humano em instrumento, em objeto, ou em um absoluto estranho. (TOURAINE, 1994).



Figura 26: Residência visitada em Cujubim. Foto:Elaine, junho de 2006.

As Ciências humanas e Sociais, neste início do século XXI, têm promovido vários debates sobre múltiplas questões complexas do mundo contemporâneo e uma certeza se impõe cada vez mais: vivemos um momento de mudanças aceleradas e profundas. Característica da ordem social moderna como mostra Giddens (1991, p.15): "... a rapidez da mudança em condições de modernidade é extrema".

Na sociedade moderna esse processo de mudanças aceleradas dá suporte ao desenvolvimento econômico para algumas nações, mas não para todas, como também não alcança todas as regiões dentro de um mesmo País, como é o caso do Brasil, acarretando transformações diferenciadas nas vidas das pessoas. Para Ortiz (2005) a modernidade é simultaneamente diversa. Ela perpassa de forma diferenciada cada país, influencia as mais diversas culturas, determinando sua realização de acordo com o tempo e o contexto social de cada um.

Neste trabalho utiliza-se o conceito de modernidade como sendo,

"[...] todos os fenômenos sociais que acontecem decorrentes do acesso das pessoas aos avanços da ciência e da tecnologia; bem como pela rápida urbanização e proliferação de informações e cultura." (GONDIM, 2005, p.21).

O projeto de modernidade prometia a constituição de uma sociedade melhor, com indivíduos livres e com qualidade de vida superior e distinta da pré-moderna. No entanto, qual o saldo social circunscrito pela modernidade?

O ápice da crise da modernidade acontece no instante em que o sistema capitalista alcança a hegemonia, com o fim do socialismo no Leste Europeu, adquirindo um novo caráter e artimanhas, denominado de neoliberalismo.

O capitalismo, que tinha como certo o triunfo do mercado, tem avançado muito pouco no processo de inclusão de grandes massas da população, privilegiando apenas uma minoria, conseqüência da tão propalada modernidade. O fato é a constatação de que desenvolvimento econômico nunca andou de mãos dadas com a justiça social, ao contrário ocorreu segregação sócio-econômica entre Países e até entre regiões de um

mesmo País, como no caso do Brasil, onde a concentração de renda está entre as mais altas do mundo, tendo recebido críticas até de neoliberais como o Banco Mundial.

Um dos grandes debates na sociedade hoje, é que o crescimento econômico não implica, necessariamente, em bem-estar social e nem na melhoria da equidade entre os povos das nações.

Franco chama atenção para o aspecto de que:

A economia por si só não democratiza a riqueza. Deixada a si mesma, numa sociedade em que já estão concentrados, além da riqueza e da renda, o conhecimento e o poder, a economia – mesmo em crescimento – não é capaz de democratizar a riqueza porque não é capaz de estabelecer oportunidades iguais de acesso à propriedade produtiva e condições iguais para os diversos empreendimentos. (2002, p.107).

Refletindo sobre as condições sócio-econômicas de parcela significativa da população, pode-se constatar a existência de um fosso entre a promessa de desenvolvimento com melhoria da qualidade de vida e a realidade que se impõe no cotidiano dessas pessoas, que está aquém de uma vida digna.

A desigualdade talvez seja o que melhor caracteriza esse modelo de desenvolvimento o qual privilegia o aspecto econômico em detrimento do humano e social. Prova disso é a recente publicação, em Nova Iorque, do Projeto do Milênio das Nações Unidas 2005. Um plano prático para atingir os Objetivos de Desenvolvimento em todo Milênio (ODM) que tem como meta reduzir a fome em 50% da população que vive em estado de extrema pobreza até 2015. Segundo dados estimativos do referido Projeto, na América Latina e Caribe são 128 milhões de pessoas na linha de pobreza, dentre os quais 49 milhões sofrem de desnutrição grave. Para essas pessoas, a que veio a modernidade?

O Brasil é um país marcado pelas desigualdades. Dados do Relatório sobre Fome e Pobreza da Coleção de Estudos Temáticos sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - 2005, divulgados pelo PNUD, chamam atenção para as discrepâncias entre as unidades da federação. Cita o estado de São Paulo, que embora seja “o mais rico”, com a menor proporção de pobres (menos de 15%), sua grande população o coloca entre os três estados com o maior contingente de pessoas que recebem até meio salário mínimo. “Se o Estado fosse desconsiderado na compilação

dos dados, a queda da pobreza no país poderia chegar a 43% e a redução da indigência passaria de 34,8% para 45,1% .”

De acordo com os ensinamentos de Pedro Demo: “As desigualdades sociais são fenômenos histórico-estrutural [...] Possuem a resistência das estruturas, mas perfazem também a dinâmica histórica aberta de cada sociedade.” (2006, p.20).

Outra espécie de desigualdade lancinante, são as reproduções ideológicas que acarretam profundas desigualdades de gênero na sociedade, na medida em que atribui valores diferenciados a homens e mulheres, reproduz a divisão sexual do trabalho, comprometendo a plena inserção das mulheres na organização política e econômica, ou seja, acesso em plenitude na esfera pública. Essa situação é bem melhor traduzida na seguinte citação:

Ocorre nas sociedades que simples diferenças se transmutem em desigualdade, porque as diferenças não tendem a conviver na igualdade. Por exemplo, entre homem e mulher há diferença de teor biológico, psicológico, histórico. Na trama das relações sociais, entretanto, tais diferenças evoluem facilmente para confrontos, como é o caso do patriarcalismo. (DEMO, 2006, p.20).

Uma das evidências mais significativas dessa desigualdade se constata no mercado de trabalho, com relação aos rendimentos auferidos por cada um. O quadro se agrava quando analisado à luz da variável raça; o salário recebido por hora trabalhada, em reais, era assim distribuído: homens brancos: 7,16; mulheres brancas: 5,69; homens negros: 3,45 e mulheres negras: 2,78. ³⁵

Estas são facetas de um Brasil que priva os indivíduos de proteção contra os riscos gerados pela modernidade, como ensina Giddens: “O mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso” (1991, p.19). E neste País o perigo e a violência rondam os brasileiros, e, mais especificamente as brasileiras, a cada esquina e em muitos lares.

Por outro lado, embora as comunidades ribeirinhas tenham um modo próprio de viver, de se relacionar com a natureza e de produzir, diferentemente do relacionada com o “estilo” do mundo moderno, como sendo “o mundo industrializado” e associado a

³⁵ Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE 2003), divulgado em junho de 2004.

“uma outra dimensão da modernidade o capitalismo...”. (NOLASCO., 2001, p.125), em alguns aspectos os ribeirinhos não estão imunes às influências da modernidade.

É fácil perceber a influência que a televisão acarreta na vida das pessoas. Mesmo residindo em locais de difícil acesso ao “mundo” urbano, os jovens buscam acompanhar o estilo de se vestir e a forma de pentear e pintar os cabelos, de usar adereços como vários brincos fixados numa mesma orelha, os penteados no estilo “ouricado”, enfim copiam o que vêem na televisão. É como se tratasse de um recorte entre o real e o imaginário popular que o mundo televisivo impõe aos cidadãos.

A distração proporcionada pelos meios de comunicação é facilitada, mas muito do que é mostrado não tem como ser materializado na praticidade da vida das pessoas, como tênis de marca que está em alta, roupas transadas de grife famosa e por isso caríssima, todo um chamado de incentivo ao consumo desenfreado, causando, aos que não tem condições de adquirir, frustração e até revolta. Principalmente, quando se tratar dos países ditos emergentes, onde o capitalismo tem levado a maior parte da população à condições indignas de vida, motivada em parte pela concentração de renda, de um lado a riqueza astronômica de uma minoria e de outro a extrema pobreza da maioria.

Pobreza aqui entendida não só como insuficiência de renda ou carência material, mas, também, como insuficiência de desenvolvimento, no dizer de Franco; “falta de capacidade de desenvolver potencialidade e [...] de aproveitar potencialidades”. (2002, p.38).

E as comunidades ribeirinhas apresentam carências tanto nos aspectos materiais, de infra-estrutura, deficiências dos serviços de saúde, educação, restrição de geração de emprego, associada à insuficiência de recursos financeiros e tecnológicos, entre outros fatores como já expostos nos capítulos anteriores, possibilitando a interpretação de que vivem uma forma de vida não cidadã, ou como diz Milton Santos: “[...] abandono de cada um à sua própria sorte.” (2002, p.19).

Essa situação de carência de serviços públicos que deveriam ser oferecidos aos ribeirinhos, remete a reflexão acerca de cidadania e seu significado. “O conceito de cidadania permite pensar a relação entre a sociedade civil e o Estado e necessidade social que gera a afirmação de direitos.” (SOARES, 2003, p.90).

Oportuno lembrar que na contemporaneidade as mulheres estão inseridas na condição de cidadãs, logo, com capacidade de reivindicar direitos de interesse público. Mas, na época em que a idéia de cidadania foi concebida, as mulheres não estavam incluídas nessa condição:

Os gregos conceberam a idéia de cidadania como um atributo de homens livres, que seriam as pessoas aptas para as atividades políticas, ficando as mulheres, os servos e os escravos relegados a um lugar à margem dos assuntos de interesse público. Historicamente, a construção das identidades de homens e mulheres se tem configurado a partir da dicotomia entre as esferas pública e privada, com atribuições de papéis, atitudes e valores previamente definidos segundo modelos naturais. (BRITO, 2001, p.291).

Após séculos de várias lutas travadas por organização de mulheres e grupos feministas, o que possibilitou várias conquistas; entre elas a da inserção da mulher como agentes integradoras dos processos sociais, permitindo, assim, a visibilidade social das mesmas, ainda que em alguns recantos elas permaneçam no anonimato.

5.1 MODERNIDADE E GÊNERO

Para Giddens (1991, p.11): modernidade “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVIII que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”.

Fala-se em modernidade no Brasil e nos vem de imediato a pergunta: “O que significa modernidade no caso brasileiro?” Para iniciarmos a questão, nos parece oportuno compreender a própria modernidade como um processo histórico que vai ao longo do tempo operando transformações que envolvem relações sociais, situações diversificadas e de interesses, nem sempre convergentes, como econômicos, sociais e políticos.

No Brasil, modernizar o país significava sair do “atraso” em que se encontrava, em outras palavras, ser moderno significava estar em consonância com o mundo, acompanhar as tendências sócio-culturais e econômicas. O país precisava se

industrializar, era a ordem nacional veiculada através das elites empreendedoras brasileiras.

O feminismo e seus ideais de luta, surgem no momento de maior encrudelecimento do regime militar, os primeiros anos da década de 70, coincidindo com o período que se convencionou chamar de modernização da sociedade por meio do “milagre econômico”. Na concepção de Golberg (1987) o movimento feminista teria sido gerado num contexto peculiar caracterizado pelo entrelaçamento da modernização da sociedade e da consolidação do regime autoritário; causando forte impacto sobre as estruturas socioeconômicas, as instituições políticas e, principalmente, influenciando o modo de pensar e de agir das pessoas, notadamente das mulheres.

A sociedade testemunha a emergência desse expressivo movimento feminista, embora os homens e muitas mulheres tenham se voltado contra o movimento, mas graças a ele foi possibilitado trazer à tona a dimensão social e histórica das relações de gênero, até então encoberta pela obscuridade por séculos de silenciamento.

Movimento questionador não só da supremacia masculina que subordinava a mulher em vários aspectos da vida em sociedade, como também dos códigos da sexualidade feminina e dos modelos de comportamento impostos que deveriam ser rigorosamente utilizados pelas mulheres; passando a constituir-se em inegável força política e de pujante potencial de transformação social, considerado por muitos como um movimento revolucionário, por ter conseguido vitórias ao longo de séculos. Como nas palavras de Alves:

Tais conquistas gradativas, que representam, no conjunto, profunda ruptura com uma tradição histórica de mais de 4 mil anos, asseguram plenamente ao movimento de mulheres nascido na década de 60 inquestionável caráter revolucionário, não sendo exagerado afirmar ter ele construído, no século XX, a única revolução que deu certo – apesar de obviamente inacabada. (2001, p.72).

No contexto de um processo de modernização acelerado, desencadeado pela ditadura militar e conhecido como “milagre econômico”, as mulheres também entram em cena e mergulham no mundo do trabalho buscando conciliar as atividades públicas com as da área privada, passam a se organizar e a lutar por direitos e efetivação da

cidadania, denunciando as múltiplas formas da dominação patriarcal, entendido como o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2004).

Segundo Giddens “a ordem social emergente da modernidade é capitalista tanto em seu sistema econômico como em suas outras instituições”. (1991 p.20). E nessa nova ordem de opressão capitalista as mulheres continuam amargando uma trilha hostil na sua caminhada histórica.

Neil Smith chama atenção para o tratamento das mulheres na sociedade capitalista, igualando-se ao tratamento que é dado à natureza:

Assim como a natureza exterior, as mulheres são objetos que a humanidade tenta dominar e oprimir, arruinar e tornar românticos; elas são objetos de conquista e penetração (...). As mulheres são postas em pedestais somente quando sua dominação social está garantida; precisamente como se faz com relação à natureza, a romantização é aí uma forma de controle. (1988, p. 43).

Heleieth Saffioti (1985) considera que capitalismo e patriarcado se constroem simultaneamente, e que os conceitos de “classe e gênero” são utilizados, um, para análise das relações capitalistas e, o outro, para fundamentar e dar explicações às relações patriarcais.

Enquanto sistema de dominação masculina, o patriarcado encrudelece a discriminação das mulheres; quer no local de trabalho ou no lar. O capitalismo se utiliza da forma de organização patriarcal das famílias em seu benefício. Estabelece-se a separação entre o público e o privado; mais especificamente, entre o trabalho "reprodutivo" e "produtivo".

Segundo Neil Smith, as sociedades humanas primitivas não diferenciavam “lugar” de “sociedade”, só passando a ocorrer com o desenvolvimento das economias sociais baseadas em troca de mercadorias, e com ela uma ruptura na unidade entre lugar e natureza:

Esta separação poderia ser descrita em termos de lugares específicos – o lugar onde se realiza a caça e onde ocorrem as guerras, enquanto lugar oposto aquele onde se realizam as colheitas e onde as crianças nascem. Mas também poderia ser descrita em termos de divisão sexual do trabalho, em que os homens geralmente controlam o primeiro espaço e as mulheres operam fundamentalmente no segundo. (Engels *apud* Smith, 1988 p. 124).

A modernidade traz uma visão fragmentada de mundo, e a sociedade patriarcal, por sua vez, satisfaz-se com a racionalidade, com o controle das relações sociais e se caracteriza, principalmente, pela dependência. Todo o fortalecimento se deu no sentido de separar para melhor controlar. Surge daí a separação entre homens e mulheres, jovens e velhos, raças, etnias e credos.

A idéia de modernidade, além de reportar ao novo, levava-se a crer numa ordem social mais justa e fraterna, que levariam todos a uma ordem social mais feliz e segura. No entanto, a realidade é outra bem distinta. O que se presencia hoje é um mundo repleto de violência, guerras, de muito medo, em que as pessoas tendem a se distanciar umas das outras, fazendo imperar o individualismo e com isso destruir a força que se opera através da cooperação entre os povos, como é mais perceptível e tradicional nas comunidades ribeirinhas.

É necessário construir um desenvolvimento alicerçado “no contexto de princípios éticos relativos ao bem-estar das gerações atuais e futuras” (CAVALCANTI, 2002 p. 28). Fala-se, nesse novo milênio, da necessidade de buscar outro modelo alternativo para o desenvolvimento que busque tanto o crescimento econômico, quanto o social e humano.

A modernidade prometia à humanidade a redenção, mas com ela um conjunto complexo de possibilidades veio de forma indissociável e poderia ser assim entendida:

Um tipo de experiência vital - experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo que sabemos, tudo que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta, de contradição, de ambigüidade e angústia. (Berman, *apud* Peres, 2001, p.138).

Providenciais as palavras de Berman, pois possibilita refletir sobre “[...] encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento[...]”. Vive-se em um país onde o moderno convive bem com a tradição, mas que não foi capaz de oportunizar um desenvolvimento igual para todos e todas.

A modernidade brasileira esteve centrada na economia, e a industrialização a opção para o desenvolvimento. Desenvolvimento aqui colocado como sendo um “processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se autônomo” (PEREIRA, 1972, p.21). E modernizar o país significava tirar o Brasil do atraso em que se encontrava, acompanhar a ordem urbano-industrial. As questões sociais foram postas de lado, desencadeando um descompasso entre o crescimento econômico e as condições de vida de significativa parcela da população.

É importante ressaltar que a sociedade moderna influencia a organização social, gerando um grande aumento de consumo e da produção, assumindo para si a complexidade marcada pela divisão social do trabalho, (NOLASCO, 2001), na qual a valorização da mulher foi esmaecida entre outras razões culturais e simbólicas, pela fragmentação e a diferenciação dos papéis.

Sendo culturalmente atribuído às mulheres o trabalho dito reprodutivo, cuidar da casa, dos filhos e idosos, ou seja, de tudo o que é feito para uso e consumo da família, torna-se pouco valorizado, segundo a ótica capitalista. Diferentemente da visão que se tem do trabalho do homem, quando a esse é atribuído o trabalho dito produtivo, de reconhecimento social por ser atribuído valor econômico, que interessa ao capital.

É preciso lembrar que nas sociedades pré-modernas ainda não havia uma divisão entre a produção de bens e a gestão doméstica. Segundo Kurz:

A modernização não atenuou o patriarcado, antes o agravou. ... A moderna economia de mercado, ... transformou a produção de bens numa esfera ... da maximização empresarial abstrata dos lucros, e, com isso, num aspecto central da esfera pública burguesa dominada pelo sexo masculino. Capitalistas e empresários, como bem se sabe, assim como políticos são, sobretudo homens. (2000, p.)

De onde se deduz que o projeto que inaugurou a modernidade excluiu a mulher ou a põe em segundo plano e, dessa forma, tornam-se necessárias às mudanças de paradigmas, de uma redistribuição e reavaliação dos papéis desempenhados por homens e mulheres, determinados culturalmente pelas assimetrias de gênero, de forma que as mulheres legitimem suas identidades com agentes atuantes no processo de desenvolvimento econômico e socialmente justo.

Mas esta modernidade ainda não beneficiou as comunidades ribeirinhas em estudo, a ponto de proporcionar-lhes uma vida digna. Percebe-se certa acomodação com relação ao que à vida lhes possibilitou. No entanto, em outros depoimentos o sonho de ter uma vida melhor permanece vivo, e a tenacidade em algumas das vozes produz uma dose de emoção e a certeza de que nem tudo está perdido.

Depreende-se esse entendimento ao se indagar acerca de perspectivas futuras, quais os sonhos ou desejos para o futuro que ainda não haviam realizado, assim se pronunciaram:

Não tenho, tô no final da vida. (Rosa, 74 anos)

Uma casa bem grande de madeira. (Rita, 34 anos)

Estudar, aprender a ler, escrever e rever o meu filho que está em Cariacica no Espírito Santo. (Marisa, 43 anos)

Ter uma casa de alvenaria, com as coisas toda que uma casa precisa, isso me deixava muito feliz. (Estela, 27 anos)

Queria ter condições de ajudar todos os meus filhos. Ao morrer saber que deixei todos bem. (Raimunda, 45 anos).

Estudar, coisa que sempre sonhei mais tive que parar. Chegou os filhos e a coisa foi dificultando e o estudo ficou pra nem sei quando mais. (Tânia, 29 anos)

Não tenho sonhos. Vou tentar estudar, vou ver no que vai dar. (Catarina, 40 anos)

Quero poder ter mais para poder ajudar os outros. Se acertar na tele sena ainda vou ajudar os outros. (Lourdes, 47 anos)

Fazer uma viagem e levar os meus filhos para conhecer o mar. (Eugênia, 31 anos)

Não só a saúde a felicidade também. Não tenho mais sonhos só isso me basta. (Maristela, 84 anos)

Ser sabida, saber ler bem e escrever.(Tereza, 44 anos)

Ter um emprego, dançar, ir para um banho que assisti no Fantástico.
(Francisca, 57 anos)

Queria ver nessa vida os meus filhos melhor do que eu e o pai deles. Porque esses meninos de hoje tem sonho alto, gostaria de ver todos feliz, com o seu emprego e uma vida melhor, com menos sacrifício. (Elenice, 46 anos).

Algumas não quiseram se pronunciar, talvez porque já não sonhem mais ou porque nunca ousaram externar os seus sonhos, tendo a vida marcada pela dureza da realidade que se apresenta no dia a dia na vida dessas mulheres. Da análise desses depoimentos e na ausência de fala de outras mulheres, nota-se uma certa resignação com a vida que levam, é como se o futuro não tivesse mais nada a oferecer a elas e o desânimo ocupou o espaço da esperança dessas mulheres.

Dos depoimentos colhidos, das conversas às margens do Madeira em finais de tarde, do bate papo descontraído após as refeições, da conversa ao pé do fogão, do muito que foi ouvido e partilhado com essas mulheres, percebe-se que as carências são inúmeras, como a ausência de oferta de emprego que possibilite tanto a permanência dos filhos na comunidade quanto à empregabilidade de muitas mulheres, a inexistência de assistência integral à saúde da mulher, algumas sequer manuseiam com dinheiro, sendo tolhida de qualquer liberdade de ação, entre tantas outras dificuldades, pode conduzi-las a um estado de desânimo, possivelmente por não terem conseguido até então uma qualidade de vida melhor para elas próprias e de suas famílias.

As necessidades individuais e coletivas estão relacionadas com a carência de infra-estrutura e das precárias condições de vida do lugar, tornando-se oportuna a indagação: Estão as comunidades ribeirinhas excluídas das políticas públicas nas esferas Municipal, Estadual e Federal? Como tornar possível essa inclusão? A complexidade é enorme, e para essa relação sociedade civil e Estado e a necessidade social que geram direitos, não são fáceis as respostas. Mas é assim que se constrói a ciência, com indagações e dúvidas que levam o pesquisador a buscar respostas e oferecer alternativas.

Já é por demais debatido que nesse modelo de desenvolvimento, com base no sistema de produção capitalista, quem não teve como se adequar às novas condições impostas ficou excluído do mercado e também de muitos dos direitos sociais. É o caso dessas comunidades que se encontram “às margens” de políticas públicas que possibilite oportunizar uma condição digna de vida às pessoas, como a garantia de oferta de educação continuada e de qualidade, meios de transporte adequado aos alunos que moram em outras comunidades que não tem escola e/ou séries além do ensino fundamental incompleto, serviços de transporte fluvial com barcos que ofereçam segurança e o número de vagas de acordo com a demanda, merenda escolar disponível desde os primeiros dias letivos das aulas. Porque em muitas escolas os materiais para elaboração da merenda só chegam meses depois do início do período letivo e, ainda assim, em algumas delas não dá para atender a todos durante todo o ano. Constatou-se que em Terra Caída, alguns produtos da merenda já chegaram com prazo de validade vencido. Foi feita a identificação, mas até aquele momento, não haviam tomado providências para comunicar à Secretaria Municipal de Educação.

Quanto ao sistema de saúde, atualmente no Brasil os Programas de saúde integram a dimensão gênero, existindo neles o reconhecimento de que a clientela a ser atendida não é homogênea, inclusive com módulos voltados à mulher em programas de caráter mais geral, como fruto das demandas sociais desde a década de 70. No entanto, os serviços de saúde ofertados nas comunidades não atendem às demandas e muito menos às especificidades de todas as mulheres, praticamente se restringindo o atendimento apenas a idade reprodutiva da mulher.

Diante desse quadro será possível falarmos em “bem-estar”, poder, crescimento pessoal e profissional, quando nos referimos à vida das mulheres nas comunidades ribeirinhas?

Primeiramente o “bem-estar” do indivíduo tem haver com a qualidade de vida que leva. Em que pese a inexistência de um consenso acerca desse conceito, utilizamos o que a Organização Mundial de Saúde (1974) considera: “Trata-se da percepção, por parte de indivíduos ou grupos, da satisfação das suas necessidades e

daquilo que não lhes é recusado nas ocasiões propícias à sua realização e à sua felicidade.”

Em meio às intempéries do cotidiano, mulheres rurais de uma maneira geral, com ênfase às ribeirinhas, são mais vinculadas a estruturas familiares tradicionais, têm menor acesso à educação e à saúde. No tocante à saúde, a OMS considera: “Saúde é um estado de completo bem estar físico, mental e social e não apenas ausência de doenças ou enfermidades”. A constituição garante às mulheres o acesso aos serviços de saúde inclusive nos seus aspectos preventivos.

Vários depoimentos ilustram como estão sendo oferecidos os serviços de saúde ofertados nessas comunidades. Registrou-se o caso em que a parteira não conseguiu realizar o parto de uma mulher, sendo preciso transportá-la até Porto Velho, tendo a viagem sido feita em uma voadeira, deitada e coberta com lençóis em meio às contrações. Foram horas de muita angústia, sofrimento e desespero da mãe com medo de que ela ou a criança não sobrevivessem. O parto foi efetuado, através de cesariana em Porto Velho, e segundo a mãe, o médico chegou a informá-la que por pouco a criança não morreu.

Estas e outras são situações que se repetem a cada dia nas comunidades ribeirinhas, como ataques de jacarés, principalmente no período de cheia que eles conseguem alcançar os igapós e igarapés, situação essa que tem dificultado a pesca, alegando os ribeirinhos ser uma das razões da diminuição de peixe no rio e nos igarapés e igapós. No entanto, não se vislumbra, a curto espaço de tempo, uma atuação mais precisa do poder público.

Entre tantas outras dificuldades e desafios que são postos às mulheres no dia a dia, muitas delas sequer têm consciência de que é um direito participarem das discussões relacionadas ao planejamento das ações públicas para essas comunidades. Algumas alegam nem saber onde e quando discutem o “tal” planejamento para as comunidades, assim não são ouvidas nas suas necessidades específicas e dessa forma, não têm como garantir a inclusão de suas necessidades nos Programas de Políticas Públicas.

Por isso a necessidade de inclusão da perspectiva de gênero nos programas rurais que antevêja as especificidades, regiões onde estão inseridas mulheres, para que elas possam ter condições de, em conjunto com os homens, participarem da construção do desenvolvimento das comunidades locais onde vivem, trabalham e lutam cotidianamente para a manutenção de suas famílias.

Para tanto, é necessário resgatar o civismo entre os indivíduos, como Putnam nos ensina:

O civismo guarda uma relação tão estreita como desempenho institucional e o desenvolvimento regional que estatisticamente é difícil distinguir entre os três, se bem que, marginalmente, o civismo é de todos o maior determinante da satisfação com a vida. (1996, p.127).

A modernidade apresentou-se como um projeto capaz de resolver as mazelas do mundo. Apresentou a possibilidade de construção de um mundo novo, vinculado à idéia de ordem e progresso, criando a ilusão de que os homens seriam felizes, na medida que fosse alcançado o bem estar social. Afinal, qual o sentido da vida para os ribeirinhos, o que esperam dela quando se sentem à margem das políticas públicas?

Falar em modernidade – novo, mudanças rápidas, desenvolvimento – e o modo de vida das comunidades ribeirinhas – produção artesanal, mudanças lentas, estagnação econômica – nos leva a imaginar uma cortina que separa os dois universos: um mundo moderno dos avanços da ciência e da tecnologia e o outro tradicional, como o modo do trabalho artesanal, baseado na economia de subsistência.

O fato é que essa modernidade não ultrapassou o umbral de muitas portas. Qual o significado da modernidade para o modo de vida da população ribeirinha? Que projeto de modernidade é esse que traz no seu bojo um modelo de desenvolvimento que tem como prática a exclusão de tantas pessoas?

A modernidade deveria ter compromisso com a cidadania. E como se falar em cidadania quando famílias inteiras permanecem prisioneiras da pobreza, não apenas a que se refere a bens materiais, ou quando seus valores não são respeitados, quando muitos são acometidos de doenças que nos países modernos (países do primeiro

mundo) já foram abolidas, como a lepra, dengue, tuberculose, doença de Chagas, malária e tantas outras. Mas, principalmente, a pobreza política que tem como base a ignorância, não a cultural já que os povos estão inseridos em contextos culturais, mas aquela pobreza que:

Trata-se da ignorância *historicamente cultivada*, por meio da qual se mantêm grandes maiorias como massa de manobra, cujo destino está lavrado na sustentação dos privilégios de minorias cada vez mais minoritárias. Assim pobreza pode ser mais bem definida, não como apenas carência material, mas como repressão do acesso a oportunidades disponíveis em cada sociedade. (DEMO, 2006, p.30).

Ao se questionar o modelo desse desenvolvimento excludente, parece razoável a proposta de desenvolvimento sustentável, que traz na sua lógica alternativas de garantir para todas as pessoas trabalho, renda, educação, saúde, moradia, sem degradação ao meio ambiente, enfim, igualdade de oportunidades e uma qualidade de vida melhor, onde seja justificado o sentido da vida nesse planeta terra.

Entre tantos obstáculos enfrentados pelos ribeirinhos, parece que o maior deles reside no fato de não terem uma forma de organização, como associações fortes e atuantes, cooperativas, que facilitassem a união dos membros da comunidade e ampliasse a possibilidade de juntos discutirem os problemas que são comuns a todos. No dizer de Putnam (1999), típico de uma comunidade não cívica, caracterizando-se pela incapacidade de seus habitantes de agir em conjunto pelo bem comum do grupo. Putnam defende a tese de que existe uma relação entre o civismo de uma comunidade e a qualidade de seu governo.

Para a efetivação de uma comunidade cívica, é imprescindível estimular a participação de homens e mulheres nas associações e/ou cooperativas, possibilitando a criação de sistemas sociais dotados de maiores potencialidades e força para reivindicar o acesso na construção de programas que influenciem na elaboração de Políticas Públicas, levando em conta a cultura local e o conhecimento acumulado de homens e mulheres, como agentes impulsionadores do desenvolvimento dessas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho fica a sensação gratificante da troca de aprendizado, fruto da interação com o “mundo” ribeirinho e da relação e convívio com as mulheres e homens que se dispuseram a abrir suas portas, concedendo uma parte do tempo para falar acerca do cotidiano de suas famílias.

As questões enfocadas por essa pesquisa permitiram traçar contornos mais nítidos em torno da complexidade que envolve o cotidiano das mulheres ribeirinhas das comunidades do Baixo Madeira: Terra Caída e Vila do Cujubim Grande. Estudar e desvendar o dia a dia delas, possibilitou trazer à tona a importância do trabalho dessas mulheres, dando-lhes a oportunidade de falar de si mesmo, dos seus laboriosos dias, de suas famílias e com isso minimizar os efeitos da invisibilidade que pairam sobre suas vidas.

Ao se utilizar gênero como categoria de análise possibilitou compreender melhor as relações estabelecidas entre homens e mulheres no contexto ribeirinho onde vivenciam as suas experiências cotidianas, as relações familiares, os papéis desempenhados pelos membros da família e a importância que é dado a cada um. O que permitiu descrever o cotidiano levando em conta o conjunto das relações humanas, através de uma outra forma de olhar, buscando ir além do que é plenamente quantificável e do que seja considerado economicamente mensurável.

O aspecto mais importante dessa categoria é a distinção que é feita entre gênero e sexo, sendo que este se refere “a categoria biológica , enquanto gênero é a expressão culturalmente determinada da diferença sexual. O gênero como categoria social analisa a organização desigual e discriminatória da sociedade segundo o sexo.” (COLLING, 2004, p.29-30).

Passadas quase quatro décadas dos movimentos reivindicatórios feministas, por igualdade de oportunidades para as mulheres e acesso à condição de cidadãs, as mulheres das comunidades ribeirinhas continuam a mitigar os mesmos problemas, como opressão, subordinação, jornada exaustiva de trabalho, ainda enfrentam as

dificuldades de acesso aos serviços públicos sociais, considerados como direitos fundamentais.

A condição de invisibilidade traduzida pelo não reconhecimento e valorização do trabalho feminino nas comunidades ribeirinhas, vem acarretando problemas para o acesso das mulheres às políticas públicas, como a dificuldade de reconhecimento na condição de trabalhadora rural, dificultando a aposentadoria; principalmente, quando se trata de mulheres que não estão politicamente organizadas. A expressão popular: “cada uma por si e Deus por todas” retrata muito bem a realidade.

Os estudos e pesquisas na Amazônia, poucos são os que enfocam a importância do papel desempenhado pelas mulheres, notadamente quando se trata de reconhecer as atividades domésticas como “trabalho”, esquecendo-se de que na organização de caráter familiar a produção e reprodução estão imbricadas e que as mulheres atuam nas mais diversas áreas.

No entanto, a ideologia dominante relega a um segundo plano os trabalhos realizados pelas mulheres, considerando-os com complementaridade aos trabalhos do homem. Essa é uma das razões que impossibilita que as mulheres assumam posição de reconhecimento social, e dessa forma permaneçam na condição de excluídas e marginalizadas; ainda que muitas nem consigam perceber a condição em que estão inseridas, indo ao encontro do que Demo chama de cidadania pequena, segundo ele:

Ao lado da pobreza material, existe a questão não menos grave da pobreza política. Esta ressalta no pobre, para além da condição de expropriado materialmente, o fato de que o expropriado é ignorante ou mantido ignorante com respeito a esta condição. Não é apenas carente. É sobretudo excluído. (2001, p.87-88).

Em que pese os movimentos organizados de mulheres terem aberto novos espaços de interlocução com as instituições, as Políticas Públicas não conseguem alcançar as mulheres ribeirinhas, no sentido de ampliação de cidadania social e política, numa perspectiva mais democrática. Não se pode esquecer que os movimentos sociais urbanos, através da presença de um número considerável de mulheres, tiveram

importância fundamental, ao se organizarem para reivindicar acesso a bens e serviços públicos.

Devido ao distanciamento geográfico, muitas delas sem condições financeiras de se deslocarem para Porto Velho em razão do valor expressivo das passagens, oportunidades que não foram oferecidas para estudarem, ou a impossibilidade de não fazê-lo em razão das ocupações em cuidar de filhos e do marido, atrelado a tudo isso mais o trabalho na roça, tornam-se empecilhos para se organizarem, no entanto, são movidas por uma consciência crítica de buscarem formas alternativas de lutarem por seus direitos.

O direito à educação de qualidade, possibilitará promover a inserção social dessas mulheres, como agentes sociais protagonistas de suas histórias de vida que se confundem com a própria história do surgimento das comunidades ribeirinhas.

Outro aspecto a ser considerado como prioritário no que se refere à qualidade de vida das pessoas, é o acesso aos recursos básicos de infra-estrutura, como água tratada, saneamento básico, orientações para tratamento do lixo, com acompanhamento dos agentes de saúde, e a implantação de telefone público, uma vez que, muitas comunidades ficam totalmente sem possibilidade de se comunicarem, isoladas do resto do mundo, como nas comunidades pesquisadas, as quais não contam com esse serviço. Sem falar que em Terra Caída a distribuição de energia deixa a desejar, dificultando o funcionamento dos aparelhos domésticos entre outros.

Uma assistência à saúde de forma integral, como a prevista pelo Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - PAISM, que não atendesse apenas a gestantes e mulheres no pós-parto, mas a mulher em todas as fases da vida, desde a idade infantil, adolescência e na terceira idade, abrangendo tanto o aspecto curativo quanto o preventivo. Este através de programas educacionais, que envolvessem tanto os homens quanto as mulheres, principalmente voltados para a higiene e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Abrindo espaço para a concretização de justiça de gênero, onde homens e mulheres fossem cômicos da importância de cada um no processo da busca de uma vida mais saudável.

Torna-se necessário implementar programas que auxiliem no desenvolvimento dessas comunidades, que priorizem as políticas, que estimulem e garantam a inclusão

produtiva, social e política das mulheres, que sejam plenamente integradas no processo como agentes de desenvolvimento, reconhecendo-se que o trabalho desempenhado por elas no âmbito doméstico e fora de casa é essencial para manter a economia.

A função de um Estado Democrático é elaborar políticas que reconheçam as especificidades das mulheres, as desigualdades existentes entre homens e mulheres e as especificidades de cada um para a oferta de serviços como o de saúde. Ações públicas que possam propiciar o fortalecimento dessas mulheres enquanto agentes que participam dos processos de manutenção de suas famílias e da organização das comunidades, são todas bem vindas, como o acesso à titularidade da terra e condições de financiamento, que até hoje não tiveram a mulher como beneficiária.

Um desenvolvimento que valorize o aspecto social, a especificidade de cada região, que tenha como base a inclusão dos saberes e potencialidades existentes nas comunidades ribeirinhas, de forma que os moradores possam se sentir co-responsáveis pelo processo. Não se pode esquecer que o elemento principal do ponto de vista do desenvolvimento são os seres humanos. Assim, abrem-se espaços para a construção da igualdade de oportunidades para todos e todas.

Há de se mencionar, também, o aspecto de que tanto a produção agrícola, quanto à economia local, estão passando por um processo de estagnação já há algum tempo e que alternativas de sustentabilidade econômica e social precisam ser urgentemente viabilizadas, através de ações conjuntas entre o Município, o Estado e a Federação, levando sempre em consideração o envolvimento dos ribeirinhos com seus saberes e suas potencialidades, ainda que possam parecer adormecidas.

Os Programas como Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, não são instrumentos capazes de potencializar o desenvolvimento dessas comunidades, sem que os fatores que servem de base ao desenvolvimento como infra-estrutura, oferta de educação e atendimento de saúde com qualidade, geração de emprego e renda para homens e mulheres em idade produtiva, não sejam atendidos. Ao contrário, essa atuação assistencialista do Estado pode levá-los ao processo de acomodação.

São dilemas de uma sociedade que se diz democrática, mas que comporta altos níveis de desigualdade social e não tem alcançado a propalada distribuição de renda de forma equânime e não oferece condições dignas de vida a uma parcela significativa da população.

A conquista de direitos pelas mulheres de uma maneira geral, principalmente as que estão em localização geográfica menos favorecida, tem esbarrado em uma democracia frágil, muito distante dos padrões de um desenvolvimento sustentável que prevê condições de vida favorável para todos, no aspecto econômico, humano e social. A ampliação da cidadania acontece, quando houver a distribuição de direitos junto à população. Como enuncia Soares: “A cidadania é transformada por uma abordagem que fica vinculada ao bem-estar material e espiritual cotidiano; permitem reclassificar os regimes democráticos pela qualidade de vida coletiva que estes conseguem oferecer as pessoas.” (2003, p.92).

A valorização do papel da mulher ribeirinha é condição *sine qua non* para que possam ser reconhecidas, ouvidas quando da elaboração de propostas de Programas de Governo e de Projetos que visem o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas, das quais contribuíram, lado a lado com os homens, para a formação e organização dessas comunidades que se encontram à margem das políticas públicas.

Todavia, o mais importante é a transformação da consciência ingênua para a consciência crítica dessas mulheres, para que não apenas reconheçam os seus direitos, mas que tenham condições de reconhecer a vivência diferenciada de homens e mulheres, a qual põe em evidência desigualdades que devem ser superadas, elevando a auto-estima dessas mulheres e possibilitando a garantia de uma cidadania não pequena, mas do tamanho de sua força e coragem. Para tanto, o incentivo à educação para essas mulheres é condição importante, inclusive no que se refere à potencialidade das associações que já existem e das que se propõem serem instituídas.

Há, ainda, muitas outras questões relacionadas com o modo e condições de vida dessas populações ribeirinhas, que necessitam de estudos mais aprofundados, até pela dimensão que comporta o termo cotidiano. No entanto, motivada pela pesquisa realizada e da análise efetuada, cabe aqui destacar as seguintes reflexões:

RECOMENDAÇÕES

1ª) Que as Políticas Públicas na área da Educação, criem mecanismos para adequar os Programas à realidade dos ribeirinhos, no que se refere à oferta de educação continuada, compreendendo a Educação Básica e a Educação de Jovens e Adultos, de forma a atender a demanda. Sendo necessário, também, desvincular o calendário letivo rural do urbano, levando-se em conta o tempo das “águas altas” e do período do plantio e colheita, já que a produção familiar conta com a contribuição de todos os membros do grupo.³⁶

2ª) Na área da saúde que seja efetivada a implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), com o desenvolvimento de ações de atenção à saúde em todas as etapas da vida da mulher. Como ações voltadas ao controle de doenças sexualmente transmissíveis, de prevenção do câncer do colo do útero e de mama e também na área de planejamento familiar.

3ª) Os ribeirinhos mantêm, tradicionalmente, um modo de vida baseado em práticas argroextrativistas e pesca. Demonstram em suas atitudes e comportamentos uma relação de equilíbrio com o meio ambiente. Ainda assim, faz-se necessário a inclusão de programas, com perspectiva de gênero, que apresentem em seu conteúdo temáticas sobre desenvolvimento sustentável. Enfatizando que a igualdade de gênero é concebida hoje como condição essencial para alcançar o desenvolvimento eqüitativo, participativo e justo.

4ª) A tradicional divisão sexual do trabalho, que a priori tem as mulheres como responsáveis pelo trabalho doméstico, tem acarretado a iniciação, muito cedo, das meninas no mundo “invisível” do trabalho, reforçando a socialização das meninas para assumirem os mesmos papéis, dificultando a possibilidade de uma vivência pública, ideologicamente mais valorizada. É preciso problematizar essa questão, na escola, na família, nas associações, não apenas pelo fato do trabalho em si, mas pela

³⁶ De acordo com o § 2º do Art. 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei n.º 9.394 de 1996.

desvalorização do mesmo na sociedade, gerando discriminação por ser reconhecida, geralmente, como “coisa de mulher.”

5ª) O fortalecimento das Associações existentes e a criação de outras com a presença das mulheres, pode se tornar uma alternativa viável para a participação delas nos processos sociais e políticos, favorecendo a inclusão das mesmas nas tomadas de decisões, em tudo que disser respeito às suas vidas e questões que envolvam a comunidade. Enfim, uma ação consciente na busca de uma qualidade de vida melhor para todos e todas.

6ª) Influenciar no acesso das mulheres ribeirinhas às políticas que robusteçam o seu papel na condição de agricultora, como programas de formação profissional e geração de renda, programas de apoio à comercialização da produção da agricultura familiar, resgate do serviço público de transporte fluvial para escoamento da produção, acesso a títulos de propriedade e também assegurar a participação das mulheres nas políticas de preservação ambiental.

7ª) Buscar alternativas para promover debates entre homens e mulheres, procurando sensibilizar os homens para que compreendam que é necessário ocorrer mudanças na vida pessoal e doméstica, porque os problemas da vida privada são também problemas de ordem política.

8ª) A promoção da igualdade entre homens e mulheres, passa, primeiramente, pela autonomia e auto-sustentação das mulheres, de romper com as tradicionais relações de subordinação. Para tanto, ações que objetivem a geração de renda e que as mulheres possam se tornar independentes financeiramente, é condição indispensável e urgente.

Participar e analisar o cotidiano das famílias ribeirinhas, mergulhar no universo singular dessas comunidades, navegar em águas escuras e de forte correnteza do Rio Madeira, sentir em uma pequena rabeta, a sensação do banzeiro, adentrar-se em meio ao verde nas trilhas que se espalham e se esparramam em um verdadeiro “mundo”

novo, faz-se abrir novos horizontes e promessas de novas pesquisas em meio a um campo vasto e ainda pouco estudado da cultura ribeirinha.

Talvez essa seja a mais fecunda essência de uma pesquisa, saber que há uma imensidão de questões a serem exploradas e a busca das respostas abre espaço para outros olhares e novos saberes.

Assim caminha a humanidade, da mesma forma que avança a ciência.

REFERÊNCIAS: BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos; D'INCAO (orgs). **Mulher e Modernidade na Amazônia**. Belém/PA: GEPEM/CEJUP, 1997.

ALVES, J. A. Lindgren. Excessos do Culturalismo: Pós-Modernidade ou Americanização da Esquerda. In: **Impulso** Revista de Ciências Sociais e Humanas. Piracicaba, UNIMEP: V.12, nº 29, 2001.p.65-83.

AMARAL, Januário; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SOUZA, Mariluce Paes de Souza (orgs.) **Pesquisa na Amazônia: Intervenção para o Desenvolvimento**. Porto Velho/RO: Edufro,2001.

ARENDT, Hannah. As esferas pública e privada. In: **A condição Humana**. 6ª ed, Rio de Janeiro: Forense universitária, 1993.

BAUER, Carlos. Breve História da Mulher no Mundo Ocidental.São Paulo; Pulsar, 2001.

BARROSO, Carmen e COSTA, Albertina Oliveira (orgs). **Mulher, mulheres**. São Paulo, Cortez: Fundação Carlos Chagas, 1983.

BENHABIB, Sheyla e CONRNELL Drucilla. **Feminismo Como Crítica da Modernidade**. Tradução Nathanael da Costa Caixeiro.Rio de Janeiro. Editora Rosa dos Tempos, 1981.

BERQUÓ, Elza. **Perfil Demográfico das Chefias Femininas no Brasil**. Trabalho apresentado no Seminário “Estudos de Gênero face aos dilemas da sociedade brasileira”, promovido pelo III Programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira da Fundação Carlos Chagas. Itu, 2001.

BOURDIEU, Alain. **A Questão local**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRUSCHINI, Cristina. O Trabalho da Mulher no Brasil: Tendências Recentes. In: **MULHER BRASILEIRA É ASSIM**. SAFFIOTI Heleieth; VARGAS, Mônica Muñoz (orgs.) Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS;UNICEF, 1994.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, editora 34, 2004.

BUARQUE, Cristina. **A Dimensão de Gênero no Mundo Rural Brasileiro Contemporâneo**. Seminário Internacional: Gênero no Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. Natal 2003.

_____. **Integração da Perspectiva de Gênero no Setor da Reforma Agrária**. Brasília, 2002.

CARVALHO, Maria do Carmo B. et al. **A família Contemporânea em Debate**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CEMIN, Arneide Bandeira. **COLONIZAÇÃO E NATUREZA: análise da relação social do homem com a natureza na colonização agrícola em Rondônia**. Porto Alegre, 1992. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFRS.

COLLING, Ana. **A Construção Histórica do Feminino e do Masculino**.IN: Gênero e Cultura: Questões Contemporâneas. STREY,Marlene; CABEDA,Sonia; PREHN, Denise (orgs.). Coleção Gênero e Contemporaneidade, 1. Porto Alegre, 2004.

CÔRREA,Vanessa Petreli & ORTEGA,Antônio César. PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – **Qual o seu real objetivo e público alvo?** . XL Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia rural em Passo Fundo-RS.

COSTA, Ana Alice Alcântara. Trajetória e Perspectivas do Feminismo para o Próximo Milênio. In: Metamorfoses, Gênero na perspectiva interdisciplinar. PASSOS Elizete; ALVES, Ívia; Macedo Márcia (orgs). Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Salvador: Coleção Bahianas. Vol.3, UFBA.

CRUZ, Tereza Almedia. **Da resistência que brota do cotidiano à construção da organização de mulheres trabalhadoras rurais**. Monografia em História.Rio Branco – Acre.1999.

CUNHA, Euclides da. A Margem da História. Lisboa:Porto, 1992

DAMATTA, Roberto. **A Casa e A Rua. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo, Centauro, 2002.

FECHINE, Elaine Filgueiras G. **Opressão e a violência presentes no cotidiano das mulheres**. IN: *Presença Mulher (Edição Especial) – Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente*. Ano XI Nº 31 Março de 2003. p. 29-34.

FERREIRA, Ibadeci dos Santos. **O Ribeirinho na Várzea do Rio Madeira: Potencial Agrícola de Várzea**. Monografia em Geografia, UNIR, 1995.

FERREIRA, M., ÁLVARES, M.L., SANTOS, E.F. (orgs). **Os Poderes e os Saberes das Mulheres: A Construção do Gênero**. São Luiz: EDUFMA/Núcleo, 2000.

FIGUEIREDO, Expedita Fátima de. Aspectos do Cotidiano nas Comunidades Ribeirinhas. In: **Nos Banheiros do Rio**. Organizado por SILVA

FIGUEIREDO, Silvio Lima. **Ecoturismo, Festas e Rituais na Amazônia**. Belém: NAEA/UFGA, 1999.

FONSECA, Cláudia. **A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar**. BIB, Rio de Janeiro, n.21, 1986.

FRANCO, Augusto. **Pobreza e Desenvolvimento Local**. Brasília; ARCA Sociedade do Conhecimento, 2002.

_____. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Brasília, Instituto de Política, 2.ed. 2000.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. 13.ed. Porto Alegre: [s.ed.], 2004.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. Companhia Editora Nacional, 6ª Ed., 1977.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: editora Universidade Paulista, 1991.

GIFFIN, K., COSTA, S. H. (orgs). **Questões da Saúde Reprodutiva**. Rio de Janeiro; editora Fiocruz, 1999.

GIL, Carlos Antonio. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo: metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante**. Tese de Mestrado defendida na UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro. 1987.

HALBAWCHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo. Vértice. 1990.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2ª Ed., 1993.

HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo Gênero? A Antropologia da Mulher no Brasil. In: **UMA QUESTÃO DE GÊNERO**. COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (Orgs) Fundação Carlos Chagas. Rio de Janeiro :Rosa dos Tempos, 1992
HELLER.....

HILLESHEIM, Betina. **Trabalho Doméstico: “O Serviço de Sempre”**. In: Gênero e Cultura: Questões Contemporâneas. STREY, Marlene N.; CABEDA, SÔNIA t. Lisboa; PREHN, Denise R. (Orgs.). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

IBGE - **Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil**, 2000.

_____. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, 2000 - Rondônia.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernidade. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. São Paulo: Paz e Terra,1993.

_____. **O Eterno Sexo Frágil**.Folha de São Paulo. São Paulo, 09 jan.2000.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). **Família Brasileira, a base de tudo**. 6ª ed.São Paulo; Cortez Editora, 2004.

LAURETIS, Teresa de. **A Tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). Tendências e Impasses – O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro.Rocco, 1994.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica Uma Poética do Imaginário**. Belém: CEJUP, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

MACEDO, Márcia dos Santos. **Tecendo os Fios e Segurando as Pontas: Trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador**. 1999. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFBA.

MAIA, Cláudia e LOPES, Maria de Fátima. **As Desigualdades de Gênero no Contexto do Desenvolvimento Humano**. UNIMONTES CIENTÍFICA. V.1, N.1, Montes Claros. 2001.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo:Abril Cultural, 1978.

MAMA - Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia. Agenda 21 das Mulheres da Floresta. Brasília: 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MENDES, Mary Alves. **Mulheres no PREZEIS: conquistando a cidadania e redefinindo as relações de gênero**. Recife, 2000. Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFPE.

MINAYO, Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo. São Paulo: Hucitec – ABRASCO, 1992.

_____. PESQUISA SOCIAL: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTALI, Lília. **Família e Trabalho na Reestruturação Produtiva: Ausência de Políticas de Emprego e Deterioração das condições de Vida**. XXII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1998.

MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecília; GOMES Márcia (Orgs). **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. Salvador: NEIM/UFBA, 2000.

MOTTA MAUÉS, Maria Angélica. **“Trabalhadeiras” & “Camarados”: Relações de Gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica**. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA, 1993.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **O Espaço Ribeirinho**. São Paulo, Terceira Margem Editora Didática,2000.

_____, Maria das Graças Silva . **Parteiras Ribeirinhas: Saúde da Mulher e o Poder Local**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido. PARÁ/UFPA. 2004.

NETTO, José Paulo e CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **COTIDIANO: Conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 5ª ed. 2000.

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan à Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais.** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

OLIVEIRA, Dalva Felipe de. **Mulher, Trabalho e Vida no Campo: Um estudo junto às mulheres da comunidade rural do Ligeiro-Cariri Paraibano.** Dissertação de Mestrado em Sociologia. Paraíba/UFPB, 1996.

OLIVEIRA, Sônia; SABÓIA, Ana L. et alli. **Gênero e Participação Social – dimensões preliminares da responsabilidade feminina por domicílios.** XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, 2002.

OMETO, Ana Maria Holland. Discriminação Contra a Mão-de-obra Feminina. In: **Impulso Revista de Ciências Sociais e Humanas.** Piracicaba.SP, 2001. v.1 p.159-173.

PEREIRA, Batista Suely Wilma. A Transversalidade das Representações sobre Saúde e Doença: Uma Abordagem Empírica. In: **Pesquisa na Amazônia: Intervenção para o Desenvolvimento.** AMARAL, Januário José; CALDAS, Fabíola Lins (orgs). Porto Velho/Ro.EDUFRO,2002.

PEREIRA, I.C.Bresser. **Desenvolvimento e Crise no Brasil.** São Paulo: Brasiliense,1972.

PERES, Maria Thereza Miguel. **Revisitando a Modernidade Brasileira: Nacionalismo e Desenvolvimento.** In: Impulso Revista de Ciências Sociais e Humanas. Piracicaba, UNIMEP: V.12, nº 29, 2001.p.137--153.

PERROT, Michele. **Os Excluídos da História.: Operários, Mulheres e Prisioneiros.** São Paulo: Paz e Terra, 2001. Traduzido por Denise Bottmann.

PRITCHARD, E.E. Evans. **Os Nuer.** São Paulo: Perspectiva, 2 ed.1999.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,1996.

QUINTAS, Fátima. **A Mulher e a Família no Final do Século XX.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2000.

RAGO, Margareth. SER MULHER NO SÉCULO XXI: Ou Carta de Alforria. In: **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** VENTURI,RECAMÁN & OLIVEIRA (orgs.).São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica. Para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação.** São Paulo: Loyola, 2002.

RANGEL, Ronaldo. **O Capitalismo na Nova Ordem: um ensaio de interpretação.** Belo Horizonte: Editora "O Lutador". 1992.

RUA, Maria das graças & ABRAMOVAY M. **Companheiras de Luta ou "Coordenadoras de Panelas"?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Força de Trabalho Feminina: no interior das cifras,** in Perspectivas, São Paulo, nº 8, p.95 a 141,1985.

SANTANA, Mônica Cristina Silva. Participação Política e Reprodutiva: Estudos das Relações de Gênero no Assentamento – Quissamã. Dissertação de Mestrado, UFPB,1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade.** São Paulo, Cortez, 2001.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: Studio Nobel, Coleção espaços, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 21º ed. São Paulo, Cortez, 2000.

SILVA, Cleide Bezerra da e CARBONESI, Maria Anastácia Ribeiro Maia. **A mulher no contexto das políticas públicas nacionais.** Apresentado no Pré-Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas. Ouro Preto –MG, Nov.2002.

SILVA, Josué da Costa. **O rio a comunidade e o viver.** São Paulo. Tese de doutorado. USP/FFLCH. 2000.

SILVA, Josué da Costa; SOUZA FILHO, Theóphilo Alves de. O viver ribeirinho. In: **Nos Banheiros do Rio.** SILVA, Josué da Costa; SOUZA, Mariluce Paes de; FIGUEIREDO, Expedita Fátima Gomes de; SOUZA, Lucileide Feitosa, PEREIRA, Wilma Suely Batista (orgs.) Porto Velho: Edufro, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: **uma categoria útil de análise histórica.** **Educação e Realidade,** Porto Alegre, v,16, n.2, p.5-22, jul-dez, 1990.

SIMONIAN, Lúcia T.L **Mulheres Seringueiras na Amazônia Brasileira; uma vida de trabalho silenciado.** In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda & D'INCAO, Maria Angela

(Org.). *A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: GEPEM, 1995.

_____. **Mulheres da Floresta Amazônica Entre o Trabalho e a Cultura**. Belém:UFPA/NAEA, 2001.

Serviço Social e Sociedade – **Famílias**. Revista Quadrimestral de Serviço Social, Ano XXIII, n.71.Cortez, 2002.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual. Natureza, Capital e a Produção de Espaço**. Rio de Janeiro: Ed.Bertrand Brasil S.A. 1988.

TOURINHO, Euryly, Kang. **A Mulher Migrante na Fronteira da Educação; Alunas do PROHACAP em Rondônia**. Porto Velho, 2004 Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.UNIR.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **INTRODUÇÃO À PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**. A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo, Atlas, 1992.

WOLFF, Cristina Scheibe .**MULHERES DA FLORESTA: Uma História: Alto Juruá, Acre (1890-1945)**.São Paulo: Hucitec,1999.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

BRITO, Maria Noemi Castilhos. Gênero e Cidadania: Referenciais Analíticos. Estudos Feministas, ano 9. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8616.pdf.> Acesso em junho,2006.

CERDEIRA, Cleide Maria Bocado. Os Primórdios da Inserção Sociocultural da Mulher Brasileira. Disponível em: <http://www.unibero.edu.br>. Acesso em março, 2006.

GUARIM, Vera Lúcia. Sustentabilidade Ambiental em Comunidades Ribeirinhas Tradicionais. In: III Simpósio sobre Recursos Natruais e Sócio-econômico do Pantanal: Os desafios do Novo Milênio.CorumbáMS. Disponível em: <www.cpap.embrapa/agencia/congresso/Socio/GUARIM-072.pdf.> Acesso: maio de 2006.

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Gênero no Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. Seminário Internacional. Natal,2003. Disponível em:< www.iica.org.br>. Acesso:abril,2004.

MELO, Lígia Albuquerque. A realidade da mulher agricultora sertaneja no crédito do PRONAF. In: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD. Disponível em: <<http://.nead.org.br/boletim/boletim.php?boletim=252¬icia=1281>> . Acesso em: novembro, 2004.

ORTIZ, Renato. Globalização, Modernidade e Cultura. In: Revista Semear v.6. Disponível em: <<http://www.Letras.puc-rio.br/catedra/revista/6sem-09.html>> . Acesso em abril, 2005.

RAGO, Margareth. Feminizar é Preciso por uma cultura filógena. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/spp/v15n3/a09v15n3.pdf>. Acesso em: julho, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero e Patriarcado. Apresentado no Encontro de Capacitação sobre Recursos Humanos e Violência de Gênero. Disponível em: www.mur.com.br. Acesso em fevereiro de 2006.

SCOTT, Joan. Mulheres Chefes de Família: Abordagens e Temas para as Políticas Públicas. Disponível em: www.abep.org.br. Acesso em: outubro, 2003.

WOORTEMAN, Klass. O Modo de Produção Doméstico em Duas Perspectivas: Chayanov e schalins. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/serie293empdf.pdf>> Acesso: setembro, 2005.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)